

DANIELE DE OLIVEIRA

A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA IRONIA EM CRÔNICAS  
POLÍTICAS DE LUIS FERNANDO VERÍSSIMO

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais  
Belo Horizonte  
2006

DANIELE DE OLIVEIRA

A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA IRONIA EM CRÔNICAS  
POLÍTICAS DE LUIS FERNANDO VERÍSSIMO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Língua Portuguesa.

Área de concentração: Lingüística

Linha de pesquisa: Discurso e Enunciação

Orientador: Prof. Dr. Hugo Mari

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais  
Belo Horizonte  
2006

Dissertação aprovada em 10 de março de 2006 pela Banca composta pelos seguintes professores:

---

Prof. Dr. Édson Nascimento Campos (UFMG)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lélia Parreira Duarte (PUC Minas)

---

Prof. Dr. Hugo Mari (Orientador – PUC Minas)

## Agradecimentos

Aos meus pais, que tornaram este sonho possível.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Hugo Mari, pelos muitos momentos de aprendizagem e pela confiança em mim depositada, agradeço de forma especial.

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lélia Maria Parreira Duarte, pela ajuda sempre prestimosa.

## Resumo

O objetivo central deste trabalho é analisar como se dá a construção do discurso irônico nas crônicas políticas de Luis Fernando Veríssimo. Para tanto, foram selecionadas trinta crônicas publicadas no jornal *O Globo*, no ano de 2004. Em primeiro lugar, será feito um levantamento teórico com autores contemporâneos que trabalharam a questão da ironia. As concepções selecionadas para compor o quadro teórico deste trabalho são: a) a ironia como menção (SPERBER; WILSON, 1978); b) a ironia como contradição argumentativa (BERRENDONNER, 1987); c) a ironia como fenômeno polifônico (DUCROT, 1987); d) a ironia como tropo (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980). Em segundo lugar, a ironia será abordada do ponto de vista argumentativo, destacando-se a polifonia como uma de suas estratégias de argumentação. Partir-se-á das formulações sobre argumentação de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) e Anscombe e Ducrot (1976), passar-se-á pelos índices de ironia propostos por Schoentjes (2001) e chegar-se-á ao dialogismo bakhtiniano e, por fim, à concepção de ironia como fenômeno polifônico, elaborada por Ducrot (1977, 1987). Em terceiro lugar, far-se-á uma breve reflexão sobre a questão do gênero. Tendo como base a noção de Foucault (1972) sobre formação discursiva, a definição de gênero proposta por Bakhtin (2003) e concepções atuais advindas da formulação bakhtiniana, tentar-se-á chegar a uma caracterização do gênero crônica. Por fim, será feita uma análise das crônicas selecionadas, tendo em vista o quadro teórico montado.

Palavras-chave: discurso, ironia, crônica

## Sumário

Introdução	07
I- A ironia	09
a) A ironia como menção	15
b) A ironia como contradição argumentativa	18
c) A ironia como fenômeno no polifônico	25
d) A ironia como tropo	28
II- A argumentação irônica	34
a) A polifonia como estratégia argumentativa da ironia	39
III- A questão do gênero: a crônica opinativa	45
IV- A construção discursiva da ironia em crônicas políticas de Luis Fernando Veríssimo	57
a) Critérios de análise	58
b) O governo Lula e a herança do governo FHC	61
c) A hipocrisia do governo Lula	71
d) Manutenção da submissão ao FMI	75
e) O <i>ilógico político brasileiro</i>	77
f) Piadas infelizes	86
g) O Partido dos Trabalhadores	87
h) Lembranças históricas	94
i) O Ministério da Defesa	98
j) Além do Brasil	99
Conclusão	104
Referências bibliográficas	108
Anexo - Crônicas de Luis Fernando Veríssimo ( <i>O Globo</i> - 2004)	113

## Introdução

O principal objetivo deste trabalho é analisar a construção do discurso irônico nas crônicas de teor político de Luis Fernando Veríssimo, sob a perspectiva da heterogeneidade mostrada — relação entre os elementos internos e os elementos externos do discurso —, enfocando uma de suas marcas: a polifonia. Para tanto, este trabalho foi dividido em quatro capítulos.

No primeiro, serão apresentados os pressupostos teóricos que embasaram o trabalho. A partir da definição de ironia apresentada no *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, segundo a qual a ironia é constituída basicamente por uma contradição e, ainda, trata-se de um conceito estável, serão apresentadas novas concepções que nos mostram a fragilidade da definição tradicional de ironia: *“figura pela qual se quer fazer entender o contrário do que se diz”* (BERRENDONNER, 1987, p. 43).

A primeira concepção a ser abordada é a de Dan Sperber e Deirdre Wilson (1978), segundo a qual a ironia é uma *menção*, tendo em vista a contraposição entre *emprego* e *menção* feita na filosofia. Alain Berrendonner (1987) aponta em seu trabalho a carência de uma “teoria das menções” no conceito desenvolvido por Sperber e Wilson (1978). Para preencher essa lacuna, propõe o que denominou teoria “rudimentar” das menções, concluindo que a ironia é uma “*contradição argumentativa*”. Oswald Ducrot (1987), baseando-se em Sperber e Wilson (1978) e em Berrendonner (1987), descreve a ironia com o intuito de embasar sua teoria polifônica da enunciação, segundo a qual há uma distinção entre “*locutor*” e “*enunciador*”. Por fim, Catherine Kerbrat-Orecchioni (1980) questiona a concepção elaborada por Sperber e Wilson (1978) e concebe a ironia como um “*tropo*”, ou

seja, uma figura que promove uma inversão semântica da hierarquia usual dos sentidos das proposições.

No segundo capítulo, a ironia será abordada do ponto de vista argumentativo, destacando-se a polifonia como uma de suas estratégias de argumentação. Nesse capítulo, também serão explorados os “*índices de ironia*” (SCHOENTJES, 2001), isto é, marcas lingüísticas utilizadas pelo ironista e que se manifestam por meio da escrita.

No terceiro capítulo, far-se-á uma breve reflexão sobre a questão do gênero discursivo, tendo como base o gênero crônica. Partindo do conceito de formação discursiva, elaborado por Foucault (1972), passando pela definição de gênero elaborada por Bakhtin (2003) e, posteriormente, por alguns teóricos contemporâneos (MAINGUENEAU, 2002; BRONCKART, 2003; e MARCUSCHI, 2003), tentar-se-á chegar a uma caracterização do gênero crônica.

No quarto e último capítulo, será feita uma análise dos trechos selecionados para constituir o *corpus* deste trabalho, tendo como base os pressupostos teóricos apresentados nos outros capítulos. Primeiramente, serão apresentadas as categorias de análise utilizadas, em seguida, os trechos das crônicas serão agrupados por temas, tendo em vista que todos os temas estão inseridos em um tema mais amplo, que é a política. É importante ressaltar que cada trecho de crônica será analisado separadamente.



## I - A ironia

A noção de ironia é, em geral, muito vaga. Uma pesquisa rápida sobre esse tema mostra facilmente que o conceito varia quase tanto quanto são os estudiosos do assunto. São muitas definições, muitas distinções e muitas variedades encontradas na literatura especializada. Esta variedade conceitual vai de encontro à definição do dicionário, em que encontramos o seguinte:

**ironia** *s.f.* (s XV cf. FichIVPM) 1 RET figura por meio da qual se diz o contrário do que se quer dar a entender, uso de palavra ou frase de sentido diverso ou oposto ao que deveria ser empr., para definir ou denominar algo [A ironia ressalta do contexto.] 1.1 LIT esta figura, que se caracteriza pelo emprego inteligente de contrastes, us. literariamente para criar ou ressaltar certos efeitos humorísticos 2 m. q. *ASTEÍSMO* ('uso sutil e delicado da crítica irônica') 3 qualquer comentário ou afirmação irônica 4 *p. ext.* uso de palavra, expressão ou acepção de caráter sarcástico; zombaria 5 *fig.* Contraste ou incongruência entre o resultado real de uma seqüência de acontecimentos e o que seria o resultado normal ou esperado 5.1 *fig.* Acontecimento ou resultado marcado por esse contraste ou incongruência < *uma i. do destino* > (HOUAISS, 2001, p. 1651, grifos no original)

A definição que encontramos no *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* refere-se diretamente à tradicional definição de ironia como "*figura pela qual se quer fazer entender o contrário do que se diz*" (BERRENDONNER, 1987, p. 43) e parece sugerir uma estabilidade, no mínimo, questionável. O dicionário limita o alcance da ironia, que é um fenômeno mais amplo, como defendem os estudiosos da questão. Sperber e Wilson (1978), por exemplo, recusam a noção figurativa de ironia e que ela seja representada por uma contradição, pois, para eles, a ironia origina-se nos ecos, ou seja, em procedimentos de

citação. A idéia de contradição encontrada no dicionário e também na definição tradicional é, pois, insuficiente para descrevê-la.

A fórmula tradicional e o dicionário postulam que a ironia pode ser composta de uma “*contradição explícita*” (neste caso, deve-se perguntar se o enunciado contém ou não um fato de discurso referido), de uma “*contra-verdade*” (aqui, deve-se perguntar sobre o conhecimento do falante sobre a realidade referencial e a avaliação que faz dela) ou ainda de uma “*contradição implícita*” (em que se deve comparar as intenções argumentativas rivais). Nesta definição<sup>1</sup>, entretanto, percebe-se a total falta de homogeneidade dos fenômenos atribuídos à ironia — enunciativo, contextual, explícito, implícito — e também não se considera a especificidade de cada um deles.

Deve-se ressaltar, ainda, que a contradição não deve ser entendida como uma característica particular da ironia, como parece sugerir sua definição tradicional. Há, conforme Berrendonner (1987), outras formas de contradição não-irônicas como:

a) *a metáfora*, que é uma forma de “*contradição explícita*”, inscrita no significado de enunciado literal. Analisemos o trecho<sup>2</sup> abaixo:

(1) *O enfoque e o tom da matéria do correspondente do “Times” (não li, me contaram) não são novidade (...) A própria arrogância da peça não é maliciosa, é um hábito de pensamento senhorial (“Jornalistas americanos”, O Globo, 20/05/04)*

Em (1) são atribuídas várias propriedades a um mesmo objeto, “*peça*” (ou matéria

<sup>1</sup> Trata-se da definição tradicional e da definição do dicionário, que estão sendo usados como ponto de partida para a discussão de outros conceitos mais elaborados da categoria.

<sup>2</sup> Todas as crônicas que integram o *corpus* deste trabalho estão no Anexo, na ordem em que aparecem no texto.

jornalística): ser arrogante, ser maliciosa, ter hábito. Essas propriedades são aplicadas, em geral, a objetos que tenham o traço [+ humano]. O que gera a contradição é a sua aplicação a *peça*, que tem o traço [- humano].

(b) o *enunciado performativo*, uma “*contra-verdade*” não-irônica. Por exemplo, uma professora, sentada à sua mesa, com os olhos voltados para um livro, diz para a turma, que está agitada:

(2) *Prometo que vou levá-los à direção da escola.*

Ao dizer isso, sem alterar seu tom de voz habitual, disse nada mais do que uma “*contraverdade*”. De fato, o conteúdo denotativo da proposição é claramente desmentido pela situação referencial imediata, ou seja, há uma contradição significada.

(c) a *litote*, que é uma “*contradição implícita*”, como em

(3) *Guardadas as óbvias desproporções, China é para os liberais um pouco o que Cuba é para a esquerda: o problema é saber até onde elogiar. Cuba é um exemplo de independência dos Estados Unidos e de prioridades sociais mantidas apesar da penúria e do boicote. Quanto à restrição de direitos políticos, a repressão a dissidentes e a eternização do Fidel, é melhor mudar de assunto.* (“O modelo”, *O Globo*, 27/05/04)

em que é possível perceber, nas entrelinhas do enunciado, uma crítica ao modelo de governo cubano. Ao enumerar algumas características do governo cubano, o enunciador cria a expectativa no leitor de que irá comentá-las em seguida. Mas o que acontece é uma mudança de assunto, ou seja, para ele, é melhor nem comentar tais características. Essa

quebra de expectativa pode ser entendida como um enunciado litótico, uma vez que se diz menos do que poderia, deixando entender algo mais. Creio que aqui pode ser inferida uma crítica ao modelo de governo cubano, uma vez que há recusa em comentar algo com o que não se concorda.

Pode-se dizer que a contradição não é apenas uma especificidade da ironia, mas que, além disso, é o índice de um funcionamento figurado, como o tropo semântico que, com o emprego figurado de determinada palavra ou expressão, gera uma contradição.

No *Houaiss*, a ironia é relacionada também ao “*asteísmo*”, que pode ser entendido como “*uso sutil e delicado da crítica irônica*”, ou seja, por meio do asteísmo, seríamos capazes de fazer uma crítica ou censura utilizando-nos de uma louvação ou elogio. Relação não reconhecida por Kerbrat-Orecchioni, pois, segundo a autora, “*a ironia é essencialmente desvalorizante*” (apud MUECKE, 1978, p. 479).

Há ainda uma referência à ironia como uma forma de “*zombaria*”. Segundo o mesmo *Houaiss*, zombaria é uma “*ação ou dito depreciativo; atitude ou manifestação de desdém, menosprezo ou ridicularização de alguém ou algo; escárnio, achincalhão*” (2001, p. 2909). De fato, a ironia revela, também, uma visão crítica sobre as pessoas ou acontecimentos, assim como a zombaria.

Em poucas palavras, pode-se dizer que o *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* relaciona a ironia principalmente (e sob o ponto de vista que interessa a este trabalho) à contradição, ao asteísmo e à zombaria. Diante do exposto, podemos ver que a contradição não é uma característica essencial da ironia, mas, sim, um de seus elementos. Assim como o asteísmo, que não deve ser considerado um sinônimo de ironia, pois, na verdade, é uma das formas de uso dela, na qual a linguagem é sutil e delicada. E, por fim, a zombaria que é, de fato, uma forma de ironia.

Esta aparente estabilidade do termo proposta pelo *Dicionário Houaiss* limita a ironia, não permite perceber a amplitude desse fenômeno. Mesmo admitindo a contradição<sup>3</sup> como um de seus elementos de base, este não é o único modo de caracterizá-la. Essa suposta estabilidade vai de encontro ao que nos diz D. C. Muecke. Para ele,

*Le concept d'ironie est, pour différentes raisons, un concept instable, amorphe et vague. Il ne veut pas dire aujourd'hui ce qu'il voulait dire aux siècles précédents; il ne signifie pas la même chose en tel pays et en tel autre, dans la rue et en bibliothèque, pour un historien et pour un critique littéraire.*<sup>4</sup> (1978, p. 478)

De fato, a ironia pode variar conforme o lugar onde ocorre, o contexto no qual está inserida, de acordo com os participantes do ato comunicativo, com a época em que se dá, etc.

Muecke (1995, p. 40), citando Schlegel, refere-se à ironia também como a forma do paradoxo, considerando-o como seu princípio. Assim, ela seria a análise da tese e da antítese (em oposição à síntese), o que nos remeteria ao conceito de ironia como uma contradição.

Dessa forma, é correto afirmar que a ironia é um fenômeno aberto a múltiplas interpretações, e que nenhuma delas deve ser considerada correta, pois convivem como partes que são de sua estrutura, ou seja, a ironia elimina a estabilidade do sentido das palavras, permitindo a possibilidade de inúmeros sentidos i(ni)magináveis.

<sup>3</sup> Importante ressaltar que, neste trabalho, a contradição é entendida como valor argumentativo diverso e não simplesmente contrário.

<sup>4</sup> “O conceito de ironia é, por diferentes razões, um conceito instável, amorfo e vago. Ele não quer dizer hoje o que queria dizer nos séculos anteriores; não significa a mesma coisa em tal país e num outro, na rua e na biblioteca, para um historiador e para um crítico literário”. (Tradução livre).

Além disso, a ironia só se realiza no processo comunicativo,

*ela não é um instrumento retórico estático a ser utilizado, mas nasce nas relações entre significados e também entre pessoas e emissões e, às vezes, entre intenções e interpretações.* (HUTCHEON, 2000, p. 30)

Assim, ela deve ser *atribuída* a determinado texto ou enunciação e está apenas potencialmente associada a um fato. Dito de outra forma: para ser considerada ironia, ela deve ser produzida como tal por seu autor e interpretada pelo destinatário “escolhido” por ele. Desse modo, se um locutor emite uma proposição irônica e ela é reconhecida como tal pelo alocutário, pode-se dizer que houve uma simetria entre eles. No caso, entretanto, de essa mesma proposição não ser percebida como irônica pelo alocutário ou de o alocutário atribuir um sentido irônico a uma proposição não-irônica, o que ocorrerá é uma assimetria entre o locutor e o alocutário.

Os protagonistas da cena irônica são o *ironista*, aquele que produziu a ironia, e o *interpretador*, aquele que a decifra. Vale ressaltar que o interpretador pode ser o destinatário visado pelo ironista ou não, ou seja, será quem for capaz de interpretá-la. Sendo assim, ao ironista não é dado o poder de escolher o interpretador de suas ironias.

Para Hutcheon (2000, p. 28) o interpretador é *"aquele que decide se a elocução é irônica (ou não) e, então, qual sentido irônico particular ela pode ter"*.(grifo no original) Esta constatação leva a autora a questionar quem, de fato, deve ser considerado o “ironista”, uma vez que a ironia só se realiza quando interpretada, e esse processo de interpretação e atribuição de ironia acontece à revelia das intenções de seu autor, o dito ironista. Já Duarte (1994, p. 55), refere-se ao ironista como *"aquele que percebe dualidades ou múltiplas possibilidades de sentido e as explora em enunciados irônicos"*, ou seja,

aquele que produz a ironia. O ironista (para manter a terminologia mais utilizada) e o interpretador são, de fato, os protagonistas da cena irônica. Mas não se pode deixar de lado o alvo da ironia, pois é a partir deste terceiro elemento que ela é produzida.

Há autores que lembram ainda de um quarto elemento, que também atuaria na cena irônica, “*l’opinion publique, représentée par ON*”<sup>5</sup> (BORGES, 1988, p. 48, grifo no original), que seria um desdobramento do locutor, o núcleo da ironia, localizado entre a opinião veiculada pelo texto/enunciado irônico e a de seu locutor.

A instabilidade do conceito de ironia, explicitada por Muecke (1995), é confirmada pelas diferentes análises encontradas na literatura recente sobre o assunto.

#### **a) A ironia como menção**

Dan Sperber e Deirdre Wilson (1978) concebem a ironia como “*menção*”, tendo em vista a contraposição entre *emprego* e *menção* feita na filosofia lógica. Para eles, “*lorsque l’on emploie une expression on désigne ce que cette expression désigne; lorsque l’on mentionne une expression on désigne cette expression*”<sup>6</sup> (SPERBER; WILSON, 1978, p. 404). Em outras palavras, quando uma expressão é empregada, faz-se uso do que esta expressão representa; já quando uma expressão é mencionada, faz-se uso dela mesma.

A interpretação da ironia como menção possui, a princípio, uma característica de eco mais ou menos próximo. São pensamentos ou propósitos, reais ou imaginários,

---

<sup>5</sup> “A opinião pública, representada por alguém”. (Tradução livre).

<sup>6</sup> “Quando empregamos uma expressão, designamos o que esta expressão designa; quando mencionamos uma expressão, designamos esta expressão.” (Tradução livre).

atribuídos a indivíduos determinados ou indeterminados, sendo que o eco é manifesto ou, ao menos, lembrado.

A crônica “Cooptação” (*O Globo*, 05/12/04) é encerrada com um enunciado irônico que faz eco a uma crítica à “instabilidade” dos conceitos petistas, muito em voga quando da sua publicação:

(4) *Está certo que revissem seus conceitos, aceitassem a cooptação e trocassem de camiseta, mas precisava soltar foguetes?*

Nesse momento o PT comandava o País, na pessoa do Presidente Lula, e dava mostras claras de enfraquecimento ao manter no governo o modelo de administração que o partido sempre criticou e que, antes de chegar ao poder, propunha mudar. O comentário final de Veríssimo apenas reflete uma indignação geral da população, principalmente daqueles que apoiaram o PT na sua ascensão ao governo federal. O locutor produz ironia neste enunciado por meio da falta de ajuste entre as expressões “*aceitassem a cooptação*” e “*soltar foguetes*”. Aceitar a cooptação, ou seja, manter o modelo administrativo (outrora tão criticado pelo PT de Lula) não é, para o locutor, motivo para comemoração, ou seja, não é motivo para soltar foguetes. O locutor permite, assim, que o alocutário perceba o eco de seu pensamento, de sua opinião que, aparentemente, expõe sua insatisfação com a cooptação adotada pelo Governo Lula.

Dessa forma, Sperber e Wilson (1978) sustentam que as menções são interpretadas como o eco de um enunciado ou de um pensamento no qual o locutor assinala a falta de ajuste ou de pertinência. Esta concepção permite descrever de forma mais elaborada um leque maior de ironias do que a concepção tradicional.



Para os autores as semelhanças e diferenças entre ironia e paródia devem-se ao fato de que a paródia é uma menção de proposição (estilo direto) e a ironia é uma menção de expressão (estilo indireto livre). Aqui também o tom irônico se inscreve, permitindo ao locutor marcar sua atitude diretamente no enunciado ou no pensamento do qual ele se faz eco.

Um outro aspecto que pode ser esclarecido por esta concepção é a mudança de registro de expressão, muito comum na ironia, e que ocorre, por exemplo, quando se passa do estilo coloquial a um estilo mais formal. Ou vice-versa, como citado em (4). Nesse enunciado, o tom é coloquial, mas, ao utilizar a expressão “*soltar foguetes*”, típica da linguagem oral, o locutor promove uma mudança de registro de expressão, o que salienta ainda mais sua crítica irônica às contradições no comportamento do Governo Lula.

Tendo em vista que as normas são gerais e invocadas a todo momento, são também muito presentes no espírito para que sua menção seja um eco. O que não ocorre com os julgamentos críticos que são particulares e, portanto, sua menção apenas ocasionalmente faz eco a uma lembrança. Nas palavras de Sperber e Wilson (1978, p. 410),

*En face d'une réalité imparfaite on peut toujours mentionner ironiquement la norme; en face d'une réalité parfaite, il faut pouvoir évoquer le souvenir d'une crainte ou d'un doute pour que la mention d'un jugement dépréciatif ait valeur d'ironie.*<sup>7</sup>

Para eles, frente à imperfeição da realidade, a norma é mencionada ironicamente; e, frente à perfeição da realidade, é preciso buscar a lembrança de um temor ou de uma dúvida para que a ironia surja da menção de um julgamento depreciativo.

---

<sup>7</sup> “Frente a uma realidade imperfeita, podemos sempre mencionar ironicamente a norma; frente a uma realidade perfeita, é necessário poder evocar a lembrança de um temor ou de uma suspeita de que a menção de um julgamento depreciativo tenha valor de ironia.” (Tradução livre).

Na concepção de ironia desenvolvida por Sperber e Wilson (1978), os mecanismos utilizados são os subentendidos e a separação entre emprego e menção. Esses dois mecanismos equivalem, na concepção clássica de ironia, aos sentidos figurados e à separação entre sentido literal e sentido figurado, respectivamente. O que vai diferenciar as duas concepções é o mecanismo do eco que determina o alvo e é característica da concepção da ironia como menção.

Entender a ironia como menção permite inferir qual ironia terá um alvo — neste caso, também qual será este alvo — e qual não terá. O eco distante e vago significa uma ironia sem alvo determinado, ao passo que o eco próximo e preciso significa que o alvo é a pessoa de quem é feito eco. Dessa forma, o locutor pode fazer eco a si mesmo, auto-ironia, ou pode fazer eco ao destinatário, sarcasmo.

Assim, o que na concepção clássica de ironia é uma função do conteúdo proposicional do enunciado, na concepção de Sperber e Wilson (1978) é uma função da clareza do eco.

### **b) A ironia como contradição argumentativa**

Berrendonner (1987), ao elaborar sua concepção de ironia, faz antes uma crítica à concepção de Sperber e Wilson (1978). Para ele, ainda que a teoria das menções tenha mostrado uma relação até então desconhecida entre a ironia e o discurso referido, ela permanece insuficiente. Para Berrendonner, ainda falta uma “*teoria das menções*”, pois se, por um lado, existem analogias entre a ironia e o discurso referido, por outro, existem também dúvidas quanto à sua distinção em numerosos aspectos.

Com o objetivo de preencher essa lacuna deixada por Sperber e Wilson (1978), Berrendonner (1987, p. 163-176) elaborou uma teoria, “*rudimentar*”, de acordo com suas próprias palavras, dos ditos de menção. Trata-se, na realidade, de uma distinção entre as diversas formas de menção:

*Menções explícitas (ou diretas)* – caracterizadas pelas seguintes propriedades: a)  $E\emptyset$  (ou enunciação referida) é diferente de  $E1$  (ou enunciação meta);<sup>8</sup> b) a estrutura sintática do enunciado permite, através da segmentação, distinguir os constituintes de  $E\emptyset$  e  $E1$ ; c) opacidade referencial, ou seja, uma referência tem  $E\emptyset$  como origem de suas coordenadas e a outra refere-se a  $E1$ . Uma enunciação é referencialmente opaca quando possui duas redes de referência dêitica completamente fechadas, ou seja, um dêitico que pertença ao enunciado referido somente terá valor com relação a  $E\emptyset$ , seu valor nunca poderá se estabelecer em direção a  $E1$ .

A partir dessa formulação, pode-se dizer que o discurso referido em estilo direto, com aspas, é o exemplo mais característico das menções explícitas. Como em

(5) *Não faz muito, dizer que você simpatizava com o PT provocava um certo sorriso. Dependendo de quem, ou do quê você era, o sorriso poderia significar surpresa (“E o PT existe?!”), irritação polida (Ih, outro burguês com culpa...), condescendência (“Eu também me preocupo com os humildes”) ou pena (“Quanta ingenuidade”).* (“O fim de um certo sorriso”, *O Globo*, 04/11/04).

Está claro que o enunciador de (5) não se responsabiliza pelo conteúdo das citações entre aspas. Além disso, no plano do significante, (5) é um enunciado explicitamente dividido entre aspas duplas e aspas simples. Sendo que as aspas duplas são constituídas

pela enunciação referida, E $\emptyset$ , e as aspas simples constituem a enunciação meta, E1. Por fim, a menção de E $\emptyset$  na estrutura constitui uma fronteira opaca, intransponível, para as relações referenciais, ou seja, as referências de E $\emptyset$  e E1 são específicas de cada uma delas. As expressões “*irritação polida*” (aspas duplas) e “*Th, outro burguês com culpa...*” (aspas simples), por exemplo, não possuem as mesmas referências, mesmo que a segunda seja um exemplo, uma ilustração da primeira. Cada uma dessas expressões possui, na realidade, referências específicas a cada uma delas.

*Menções evocadas (ou indiretas)* – caracterizadas pelas propriedades a) e b), mas não c). Em outras palavras, a única diferença entre as menções explícitas e as menções evocadas é que estas últimas não possuem opacidade referencial. Um bom exemplo são as orações negativas

(6) *A miragem não era miragem, o PT cresceu, chegou ao poder federal.*  
 (“O fim de um certo sorriso”, *O Globo*, 04/11/04)

Aqui, o enunciado negativo, E1, é a refutação metalingüística de uma enunciação primária, E $\emptyset$ , positiva. E $\emptyset$  só é evocada para ser repelida. No exemplo citado, a enunciação primária é *A miragem era miragem...*, que é refutada, ou seja, apenas evocada indiretamente. Pode-se dizer, portanto, que, nas orações negativas, só há uma rede de referências, E $\emptyset$  e E1 não são enunciações autônomas, como ocorre nas menções explícitas.

---

<sup>8</sup> Entende-se por enunciação referida, E $\emptyset$ , o enunciado proferido de fato, com seu sentido denotativo ou literal; e por enunciação meta, E1, o sentido realmente almejado pelo locutor, um sentido conotativo ou figurado.

*Enunciações autoevocativas* – caracterizadas pela auto-referencialidade. Nesse caso, E1 e E $\emptyset$  não são enunciações distintas, pois representam o mesmo ato locutório. Dito de outra forma, E1 e E $\emptyset$  são aqui dois aspectos diferentes da mesma gesticulação locutória e, portanto, constituem o mesmo ato de enunciação. Como em

(7) *Que, pensando bem, nenhum candidato brasileiro representava exatamente, fora da ficção.* (“Um gaúcho paradoxal”, *O Globo*, 26/08/04)

em que a expressão “*pensando bem*” pode ser considerada um advérbio de enunciação, pois não incide sobre o conteúdo proposicional, mas sobre o próprio ato de enunciação. Em outras palavras, a expressão destacada não faz parte do conteúdo afirmado e, por isso, tem-se aqui dupla enunciação, na qual “*pensando bem*” é um juízo a propósito da enunciação primária. No entanto, não se trata de enunciações distintas, pois constituem o mesmo ato de enunciação.

*Enunciações-eco indiretas* – caracterizadas apenas pela propriedade (a). Aqui as enunciações (distintas) devem poder ser relacionadas a enunciadores diferentes. Mas é a impossibilidade de o enunciado ser “*sintaticamente segmentável*” em dois constituintes que diferencia esta menção das outras já citadas. Como em

(8) *Nosso consolo é que nada disso tem a ver com nosso café com leite.*  
 (“Nosso café com leite”, *O Globo*, 05/08/04.)

Em (8), pode-se perceber o fenômeno polifonia, uma vez que o enunciador recorre a um dito popular, o que significa assumir seu conteúdo e mostrar que concorda com ele. Pensar se determinado assunto ou fato “*tem a ver ou não com nosso café com leite*” é o

mesmo que pensar se determinado assunto ou fato se relaciona ou não com nosso cotidiano. E pode se observar também que, apesar de se constatar a existência de duas vozes distintas nessa enunciação, não se pode segmentá-las sintaticamente. A própria enunciação é o eco, a reprodução de inúmeras enunciações anônimas anteriores.

*Ecos diretos* – caracterizadas pelas propriedades (a) e (b), mas não pela propriedade (c). O eco é muito semelhante ao “estilo direto”, ou seja, a uma dupla rede de referentes dêiticos. Como em

(9) *“Faz de conta que o Brizola morreu”, me disse. E, quando eu ia saindo do seu gabinete, acrescentou: “Ah, e o Hélder Câmara também”. (“Sem aspas, desta vez”, O Globo, 24/06/04.)*

Em (9), as falas *“Faz de conta que o Brizola morreu”* e *“Ah, e o Hélder Câmara também”* não pertencem ao enunciador, mas a seu interlocutor. Nessa crônica, o enunciador, dentre outros comentários, relata/relembra um diálogo entre ele e o editor do jornal para o qual já trabalhara. Quando o enunciador reproduz a fala do editor do jornal, ocorre o eco direto que se assemelha ao estilo direto. O valor da enunciação, E1, refere-se ao acontecimento locutório mencionado em eco, E $\emptyset$ , mesmo que o enunciado completo se refira a E1, realizado pelo autor da crônica.

A hipótese de Berrendonner é que o sexto tipo de menção, uma combinação vazia de propriedades, corresponderia às menções irônicas. O efeito de antífrase estaria no fato de que uma enunciação crítica, E1, ficaria completamente implícita em uma enunciação E $\emptyset$ . A crítica estaria inserida em um predicado vazio, e este último, por sua vez, seria atribuído à

menção e funcionaria com a obrigação de remeter-se à gesticulação locutória, E1, com o objetivo de encontrar o valor predicado em função de Eø.

Um exemplo que ilustra bem a hipótese de Berrendonner é

(10) *O realmente relevante, e escandaloso para quem procura escândalos, no governo Lula é o fato de o primeiro ano do primeiro governo de origem popular no Brasil ter coincidido com o ano em que os banqueiros lucraram como nunca no país. Mas esta é outra rinha de galos, e não tem muita graça. (“Relevâncias e irrelevâncias”, O Globo, 31/10/04.)*

no qual a crítica implícita é à incoerência de um governo de origem popular favorecer aos banqueiros, e não à maioria da população, como era de se esperar. Nessa enunciação, Eø refere-se à pressuposição lógica de que um governo de origem popular deva favorecer ao povo, maioria da população, e não aos banqueiros, minoria privilegiada economicamente. Dessa forma, o locutor enuncia e, ao mesmo tempo, deixa transparecer uma discordância entre os sentidos de Eø e E1, ou seja, por meio de uma manobra locutória, permite perceber a antífrase. Sendo assim, pode-se afirmar que, nesse exemplo, ocorre uma contradição argumentativa, ou ironia. E seu autor não se expõe a uma eventual incoerência.

Para Berrendonner sua hipótese explica o fato, tradicionalmente observado, de que os índices de ironia são, em sua essência, comportamentais. É por meio da gesticulação locutória que se torna possível enxergar a antífrase, que Eø significa, no mínimo, uma crítica.

Pode-se perceber aqui o caráter policódico<sup>9</sup> da ironia, pois, se a palavra é um gesto, é natural que se coloque em prática sistemas semióticos complementares, signos

---

<sup>9</sup> Policódico ou vários códigos, como a comunicação que, além do código lingüístico, se utiliza também do gestual.

lingüísticos e sintomas<sup>10</sup> gestuais. O “como” da ironia é baseado neste caráter necessariamente policódico da comunicação. Se duas mensagens co-ocorrem em determinado enunciado, é possível estabelecer entre elas uma discordância de valores (contradição). Assim, o enunciado pode negar a enunciação e vice-versa. A ironia não é, portanto, nada além do paradoxo do mentiroso em sua origem<sup>11</sup>. Ela não está reduzida a um exercício de escolha. Ela funciona em seu meio natural, que é a pluricodicidade da comunicação.

Dizer uma ironia é, pois, admitir que a própria enunciação, quando realizada, é falsa, o que permite afirmar que, na ironia, ocorre o fenômeno da menção auto-evocadora. Para Berrendonner (1987), o mesmo ato de enunciação acumula todas as funções na ironia, a saber: afirmação de um discurso, tema desse discurso, comentário predicativo desse tema e enunciação desse comentário.

A uma mesma proposição, normalmente, não se permite argumentar ao mesmo tempo em um sentido e no seu contrário. Fato que ocorre na ironia. Por isso a percepção de uma contradição. Mas esta contradição não está na verdade referencial nem no valor argumentativo de determinada proposição, e, sim, no fato de que a ironia, ao apresentar um argumento, simultaneamente apresenta o seu contrário. Vale ressaltar que estes valores argumentativos são também compatíveis e acumuláveis, ou seja, direcionam-se para um mesmo sentido. Eles não são opostos.

---

<sup>10</sup> O sintoma é um caso particular de índice, que se baseia na relação da parte com o todo, sendo que o índice é um signo motivado cujos significado e significante co-ocorrem; há uma contigüidade existencial. Se desta contigüidade entre representante e representado resulta uma relação da parte com o todo, então trata-se de um *sintoma*. Um sintoma significa, ao mesmo tempo, um objeto e seu atributo.

<sup>11</sup> Discordando da afirmação de Berrendonner, que concebe a ironia como o “paradoxo do mentiroso”, acreditamos que a ironia é provocada, na verdade, pela tensão entre os possíveis sentidos encontrados em determinado enunciado.



Para Berrendonner (1987) a ironia é, primeiramente, uma contradição argumentativa. No entanto, a idéia de contrário deve ser entendida como valor argumentativo inverso, e não, simplesmente, antônimo.

Se entendemos a ironia como a superposição de dois valores argumentativos contraditórios, podemos perceber a dualidade irônica de alguns termos. Essa dualidade deve-se à possibilidade de um mesmo termo ter dois valores argumentativos ao mesmo tempo, o que lhe permite ser objeto de uma antífrase sobre cada um deles e, então, possuir duas significações irônicas distintas.

Entendendo a ironia como um paradoxo argumentativo, como o fez Berrendonner (1987), é possível perceber sua utilidade: poder argumentar sem precisar sofrer as conseqüências, ou seja, sem arriscar um encerramento ou a possibilidade de uma incoerência.

### **c) A ironia como fenômeno polifônico**

Na teoria polifônica da enunciação desenvolvida por Oswald Ducrot (1987), a ironia é (ao lado da negação) o primeiro exemplo a ilustrar a pertinência discursiva da noção de enunciação.

Para Ducrot (1987, p. 182),

*Há de fato casos em que, de uma maneira quase evidente, o autor real tem pouca relação com o locutor, ou seja, com o ser apresentado, no enunciado, como aquele a quem se deve atribuir a responsabilidade da ocorrência do enunciado.*

Em outras palavras, em dada enunciação pode-se perceber a presença de mais de um enunciador. Obviamente, a enunciação, do ponto de vista empírico, pertence a um único sujeito falante. Mas é possível encontrar nela mais de uma voz, ou seja, expressão de ponto de vista, posição, atitude dos “enunciadores”. O enunciador “fala” por meio do sujeito empírico. Apenas suas idéias são expressas, não suas próprias palavras.

Baseando-se no artigo (“Les ironies comme mentions”, 1978) de Sperber e Wilson e no capítulo 5 (“De la ironía”, 1987) de Berrendonner, Ducrot (1987) descreve a ironia com o objetivo de embasar sua teoria polifônica da enunciação.

A primeira observação que deve ser feita é que Ducrot substituiu a expressão “*mencionar um discurso*”, utilizada por Sperber e Wilson, pela expressão “*fazer ouvir uma voz*”. De acordo com esse autor, o termo “*mencionar*” é ambíguo, e esta ambigüidade permite a compreensão da ironia como uma forma de discurso relatado. Fato que impossibilita a tese de Sperber e Wilson, uma vez que relatar que alguém sustentou um discurso absurdo não é irônico.

*Para que nasça a ironia, é necessário que toda marca de relato desapareça, é necessário “fazer como se” este discurso fosse realmente sustentado, e sustentado na própria enunciação. (DUCROT, 1987, p. 198)*

Certamente a ironia não é possível em um discurso relatado, mas, sim, no discurso direto ou, ao menos, em sua simulação (“fazer como se”). Dessa forma, o locutor “faz ouvir” um discurso absurdo de um outro, um discurso distanciado.

Diante do exposto, Ducrot formula, então, sua versão da tese de Sperber e Wilson, baseando-se na distinção entre locutor e enunciadores. Para Ducrot, a ironia surge de uma proposição proferida por um locutor (primeira voz presente na enunciação), que não se

responsabiliza por ela, ao contrário, considera-a absurda. Esta proposição, na verdade, expressa a posição de um enunciador (segunda voz presente na enunciação). O locutor é o responsável empírico pela proposição, mas a origem da idéia contida nela está no enunciador. Como no seguinte trecho:

(11) *E o ilógico político brasileiro continua. Está presente no curioso governo Lula, que decepcionou todo mundo, a direita que esperava o pior e a esquerda que esperava o melhor, e por isso é um sucesso.* (“Um gaúcho paradoxal”, *O Globo*, 26/08/04)

Nesta proposição, é possível perceber a existência de duas vozes. A primeira, do locutor, autor da crônica, que faz uma afirmação sobre o governo Lula, caracterizando-o como “*um sucesso*”, mesmo tendo desapontado tanto a direita quanto a esquerda. A segunda voz seria a de grande parte da população que, àquela época, manifestava sua insatisfação com o governo e, por isso, talvez o qualificasse como “um fracasso”. O contexto político no qual o Brasil estava inserido e que ocasionou essa descrença generalizada da população no governo Lula permite afirmar que caracterizar tal governo como “*um sucesso*” é uma crítica que aqui se manifestou sob a forma de uma ironia. Creio que, neste caso, o locutor, de fato, fez uma afirmação com a qual não concorda, que não assume como sua, para, assim, fazer sua crítica ao governo em questão.

Com esta distinção, Ducrot explica o caráter paradoxal da ironia explicitado por Berrendonner. De acordo com Berrendonner, a posição absurda está diretamente expressa na enunciação irônica, mas não é atribuída ao locutor empírico, pois ele só é responsável pelas palavras. Os pontos de vista demonstrados na enunciação são atribuídos a uma outra personagem, o enunciador.

É bom lembrar que o enunciador absurdo pode ser assimilado a alguém diferente do alocutário, como na auto-ironia (zombar de si mesmo), ou não, o enunciador absurdo não precisa ser assimilado a alguém determinado, como acontece no humor. De fato, o humor é uma forma de ironia na qual o enunciador absurdo não possui identidade especificável.

#### **d) A ironia como tropo**

Catherine Kerbrat-Orecchioni considera a ironia como um tropo. Ao admitir a pertinência de outras aproximações em seu artigo “L’ironie comme trope” (1980), destaca como “*muito sensata*” a concepção de Sperber e Wilson<sup>12</sup> (1978), ainda que tenha algumas reservas ao modelo desses autores.

Para a autora, os dois tratamentos da ironia, como tropo e como processo citacional, não são incompatíveis. Mas a ironia não deve ser caracterizada como eco, uma vez que nem todos os ecos são irônicos. A especificidade do eco irônico reside em uma inversão semântica, ou seja, quando L<sub>0</sub> cita L<sub>1</sub>, distancia-se dos conteúdos citados, dando a entender que pensa de forma diferente ou até mesmo oposta.

Pode-se falar em tropo quando em uma proposição há a seguinte condição: existência de um significante único ao qual se atribuem dois níveis semânticos (e/ou pragmáticos), os quais são hierarquizados em termos de sentido literal = conotado (primeiro); e sentido derivado = denotado (segundo)<sup>13</sup> (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980, p. 110).

---

<sup>12</sup> Modelo de análise já exposto neste capítulo.

<sup>13</sup> No nosso ponto de vista a ironia se caracteriza pela tensão entre os sentidos literal e derivado, e não por sua hierarquização como propõe Kerbrat-Orecchioni.

Como exemplo de tropo irônico, pode-se retomar a clássica seqüência “Que belo dia!”, dita ironicamente em um dia de temporal. O sentido literal, S1, com valor positivo, atualiza-se primeiro; se algum fato, nesse caso o temporal, torna S1 inaceitável, então busca-se um S2, construído a partir de S1 com o auxílio da circunstância (co-texto e contexto). Dessa forma, o “verdadeiro” sentido é S2, pois é ele que vai assegurar a coerência interna e a adequação externa.

*Le trope opère ainsi un renversement de la hiérarchie usuelle des niveaux sémantiques: dès lors qu'elle [l'ironie] est identifiée, la valeur dérivée se trouve promue au rang de valeur dénotative, cependant que le sens littéral se trouve dégradé sous forme de trace connotée.*<sup>14</sup> (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980, p. 111, grifo no original)

Em outras palavras: o tropo promove uma inversão semântica da hierarquia usual dos sentidos das proposições, o que permite ao sentido derivado ocupar o lugar de sentido denotado, já que, como tropo, é este o sentido que prevalece. Por outro lado, esse mesmo sentido denotado se apresenta com traços de um sentido conotado.

É por isso que, ao contrário das proposições literais, aquelas que possuem um tropo exigem uma interpretação mais complexa. Além disso, o tropo irônico é aquele cuja decodificação é mais aleatória, pois seus marcadores são apenas índices presumitivos e não marcadores infalíveis.

No entanto, é importante salientar que “*l'ironie ne détient pas le monopole de ces attermoiements interprétatifs*”<sup>15</sup> (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980, p. 117). Além da

<sup>14</sup> “O tropo opera, dessa forma, uma inversão da hierarquia usual dos níveis semânticos: assim que ela [a ironia] é identificada, o valor derivado é promovido ao lugar de valor denotativo, entretanto o sentido literal é enfraquecido sob forma de traço conotado.” (Tradução livre).

<sup>15</sup> “A ironia não detém o monopólio dessas demoras interpretativas.” (Tradução livre).

ironia, a metáfora, a metonímia, a litote e a transposição<sup>16</sup> são também suscetíveis a desconsiderações.

Mas qual é então a especificidade do tropo irônico?

De acordo com Kerbrat-Orecchioni (1980), trata-se da constituição dupla do tropo: uma característica semântica e outra pragmática.

É comum encontrarmos nos estudos sobre o tropo irônico que a ironia geralmente utiliza a antífrase para se fazer presente. Mas muitas vezes deparamo-nos com proposições irônicas não constituídas por uma antífrase, como a hipérbole ou a litote, em cujas estruturas pode-se encontrar apenas um deslocamento semântico. Ao enunciar *p*, o locutor deixa fazer entender *não-p*, entretanto *não-p* não é sempre o contrário de *p*. Assim, a ironia, muitas vezes, é apenas uma forma de zombaria, sem nenhuma espécie de antífrase, o que se costuma denominar “ironia situacional”.

Retomando a definição do *Houaiss*, segundo a qual a ironia é composta pela antífrase e pelo escarnecimento ou zombaria, é preciso investigar se esses dois elementos, que são relativamente autônomos, são capazes de, sozinhos, manterem a ironia de determinada proposição.

Para Kerbrat-Orecchioni (1980), o escarnecimento sem antífrase só é considerado ironia por alguns retóricos, em oposição à intuição comum. E, em contrapartida,

*bien dès cas de railleries ne comportant aucune antiphrase, aucun décalage sémantique d'aucune sorte, sont volontiers taxés d'ironie*<sup>17</sup>  
(KERBRAT-ORECCHIONI, 1980, p. 120)

<sup>16</sup> Transposição da função gramatical própria de um elemento lingüístico, p. exemplo, *gostava de estar lá por gostaria*.

<sup>17</sup> “Muitos casos de zombaria não permitem nenhuma antífrase, nenhum deslocamento semântico de nenhum tipo, são facilmente taxados de ironia.” (Tradução livre).

o que, segundo a autora, permite inferir que o componente pragmático da ironia é dominante em relação ao componente semântico. De fato, é o valor pragmático de dada proposição que permitirá o reconhecimento da ironia e não apenas sua estrutura semântica. Ironizar é antes zombar do que falar por antífrase.

A ironia como tropo pressupõe a existência de dois significados, S1, ou sentido literal, e S2, ou sentido derivado, sendo que o sentido realmente assumido por Lø é S2. Dessa forma, poder-se-ia dizer que Lø é responsável também por S1, uma vez que, mesmo sem o assumir, é quem o profere. O que permite à ironia constituir um tropo, ou seja, a atribuição de dupla carga semântica a um único significante, por um mesmo enunciador.

Mas é evidente que S1 pode ter sido recuperado de um outro discurso de um outro enunciador. Para Kerbrat-Orecchioni (1980) essa “*gymnastique argumentative*”<sup>18</sup> é, por vezes, árdua e pouco convincente.

No trecho

*Você lê essas histórias de fortunas migrando entre os poucos bolsos de sempre, indo para paraísos fiscais e contas ofishór e voltando disfarçadas, o milagre de dinheiro estéril gerando mais dinheiro estéril, a grande e interminável farrá do capital no Brasil, e é como se lesse sobre os buracos negros, algo que não lhe diz respeito, que se passa longe do seu café com leite. E no entanto a moral desse bordel é a moral dominante no país, agora, incrivelmente, mais do que nunca. (...) Mas aparentemente as leis da física são mais flexíveis do que a ortodoxia do bordel. (“Nosso café com leite”, O Globo, 05/08/04)*

é possível perceber a dupla carga semântica do enunciado em dois momentos. No primeiro, S1 ou sentido literal é o que foi proferido pelo enunciador: que “*a grande e interminável farrá do capital no Brasil (...) se passa longe do seu café com leite*”, ou seja, que a grande movimentação financeira que ocorre no meio político não se relaciona diretamente com

---

<sup>18</sup> “Ginástica argumentativa.” (Tradução livre.)

nosso cotidiano. Mas além do sentido literal há também um S2 ou sentido derivado, que é o que realmente o enunciador visa fazer entender, ou seja, que essa “*farra*” está sim diretamente relacionada ao nosso cotidiano, que a origem desse dinheiro é exatamente o bolso de cada cidadão brasileiro que, com o pagamento de impostos, alimenta essa “*farra interminável*”.

O que percebemos nesse trecho é, portanto, um tropo irônico constituído por uma antífrase. Dito de outra forma, aqui o enunciador profere *p*, deixando fazer entender *não-p*.

Mas, em um segundo momento, o enunciador produz um outro tropo irônico sem utilizar antífrase alguma, quando afirma que “*a moral desse bordel é a moral dominante no país, agora, incrivelmente, mais do que nunca*”. Aqui o enunciador não pretende fazer entender o contrário do que disse, trata-se apenas de uma zombaria com o governo (que o enunciador chama de “*border*”). A crítica é, provavelmente, ao fato de esse governo/bordel ter mantido a “*farra do capital*”, pois o governo em questão é proveniente de um partido de esquerda, o PT, que, antes de se tornar governo, criticava duramente essa “*farra*”. O adjetivo “*incrivelmente*” talvez seja a palavra que mais destaca essa crítica ao governo. Ela salienta a incoerência entre as propostas apresentadas pelo candidato à presidência e as atitudes realmente tomadas pelo presidente.

Está claro que o enunciador mantém certa distância do sentido literal, o que não é o mesmo que fazer uma citação. De acordo com a autora em questão,

*le maniement de l'ironie suppose un dédoublement de l'énonciateur, corrélatif du dédoublement sémantique qui la constitue*<sup>19</sup> (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980, p. 123, grifo no original)

<sup>19</sup> “A administração da ironia supõe um desdobramento do enunciador, correlativo ao desdobramento semântico que a ironia constitui.” (Tradução livre).



o que não permite afirmar que Lø não assuma o enunciado literal na ironia.

Fazendo uma distinção entre ironia situacional e ironia não situacional, a autora propõe a oposição desses dois tipos de ironia de acordo com a natureza do alvo e o sentido da inversão semântica.

Na ironia situacional, o alvo é o enunciador citado, ou seja, o verdadeiro responsável pelo que está sendo dito. Já na ironia não situacional, o alvo é a situação do sujeito da seqüência irônica e o atuante, que pode ser o responsável por ela. É importante lembrar que esses alvos podem se misturar ou, ainda, associar-se a outros alvos.

O sentido da inversão semântica não oferece nenhuma dificuldade na ironia situacional, que pode explorar tanto avaliações negativas quanto positivas. O objetivo da ironia não situacional é desqualificar o objeto de que trata. Dito de outra forma: é fazer uma afirmação positiva sobre algo cujo conceito, na realidade, é negativo.

Kerbrat-Orecchioni conclui seu trabalho realçando o caráter ambíguo da ironia, pois

*une fois identifié à coup sûr le sens derive, celui-ci vient (...), dans l'ironie, ôter toute pertinence au sens littéral.*<sup>20</sup> (1980, p. 127)

Em outras palavras, a ironia visa a uma interferência semântica e à incerteza interpretativa que postula.

---

<sup>20</sup> “Uma vez identificado com certeza o sentido derivado, este vem (...), na ironia, tirar toda a pertinência do sentido literal.” (Tradução livre).

## II - A argumentação irônica

Entende-se por argumentação as estratégias usadas na linguagem para transmitir idéias e, na medida do possível, influenciar o destinatário de determinada mensagem.

A *retórica clássica* tinha por objeto principal a persuasão na arte de falar em público. Dessa forma, ocupava-se do uso da linguagem falada com o objetivo de conseguir a adesão da multidão, reunida em praça pública, a alguma tese. Ampliando os estudos da retórica clássica, a chamada *nova retórica* enfatiza os textos escritos como seu objeto de análise, tendo como justificativa a importância que hoje em dia têm os textos impressos.

O que foi mantido da retórica clássica é a noção de *auditório*, noção essa que está indissolavelmente atrelada ao discurso. O auditório é constituído pelas pessoas de quem o orador quer obter adesão por meio de sua argumentação. Sabe-se que "*todo discurso se dirige a um auditório*" (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 7), mas é comum, no texto escrito, seu autor se "esquecer", consciente ou inconscientemente, desse detalhe importante. É possível que isso se deva à ausência material de leitores.

O orador deve adaptar-se a seu auditório sob pena de não obter êxito em seus propósitos, e essa adaptação não se refere apenas às condições prévias da argumentação, mas também a seu desenvolvimento. Em outras palavras, a argumentação refere-se inteiramente a seu auditório. E o auditório, por sua vez, deve ser aproximado da realidade, tanto quanto possível, pelo orador. De fato, uma imagem inadequada do auditório pode levar uma argumentação persuasiva a ter efeito contrário sobre ele.

Ao exporem o ridículo e seu papel na argumentação, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) refletem brevemente sobre o fenômeno da ironia.

Para esses autores *"a argumentação quase-lógica"*<sup>21</sup> *pelo ridículo consistirá em admitir momentaneamente uma tese oposta àquela que se quer defender"* (1996, p. 235), mostrando a incompatibilidade entre essas teses e as crenças do orador para, assim, chegar, finalmente, à verdade da tese que sustenta.

Eles ilustram tal gênero de raciocínio com a figura da ironia, pois, por meio dela defende-se, aparentemente, um ponto de vista, quando, na verdade, quer-se defender seu oposto. Trata-se de uma argumentação indireta.

Na argumentação irônica, é fundamental que haja, por parte do auditório, um *"conhecimento prévio das posições do orador"* (1996, p. 236), ou seja, é necessário que o orador e o auditório partilhem um mínimo de conhecimentos para que sejam conhecidos os reais pontos de vista defendidos pelo orador. O que dá à ironia um caráter mais social do que o humor.

Além disso, para que uma argumentação seja caracterizada como irônica, de acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca, é necessário que o orador trabalhe com o ridículo, *"aquilo que merece ser sancionado pelo riso"* (1996, p. 233) e, ainda, o ridículo como *"uma afirmação (...) [que] entra em conflito, sem justificção, com uma opinião aceita"* (1996, p. 233). Em outras palavras, a argumentação irônica far-se-ia pelo ridículo com a demonstração pelo absurdo.

O destinatário da enunciação argumentativa deve prolongar o sentido dos enunciados que lhe são apresentados de acordo com as direções postuladas pelo locutor. O locutor, por sua vez, deve orientar seus enunciados para que sigam os princípios da *"força"* e do *"valor"* argumentativo (ANSCOMBRE; DUCROT, 1976).

---

<sup>21</sup> *"O que caracteriza a argumentação quase-lógica é (...) seu caráter não-formal e o esforço mental de que necessita sua redução ao formal"* (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 220)

O “*valor argumentativo*” baseia-se no valor de verdade de determinado enunciado. É preciso, então, que se dêem os meios que determinem quais condições devem ser realizadas para que o enunciado possa ser considerado como verdadeiro. Já a “*força argumentativa*” vem do efeito litótico que pressupõe uma gradação das significações literais de determinado enunciado. A litote estará na significação mais forte dentre as significações literais.

Para Anscombre e Ducrot (1976), a argumentação é uma característica constitutiva de muitos enunciados, pois, quando são proferidos pelo locutor, possuem a intenção de conduzir o receptor a determinado tipo de conclusão. Quando o locutor opta por uma certa conclusão, exclui as demais. O que não significa dizer que outras conclusões não possam ser tiradas de tal enunciado, mas essas outras, decerto, não revelarão o valor argumentativo deste.

O ironista que se manifesta por meio da escrita tem apenas o uso lingüístico como apoio, ao contrário da prática no nível oral, que pode lançar mão de uma rica linguagem gestual e também da entonação irônica. Na escrita, é preciso escolher, mesmo que inconsciente ou automaticamente, elementos capazes de transmitir a ironia de uma mensagem.

Se o ironista deseja fazer conhecer sua opinião, ele deve assinalar a “armadilha” que prepara em seu discurso. Dessa forma, deverá se servir de um dos seguintes “*indices de l'ironie*”<sup>22</sup> (SCHOENTJES, 2001):

- *pontuação*: na escrita não existem marcas explícitas e unívocas de ironia, como acontece na fala, na qual existe também a linguagem do corpo (gestual). Sendo

assim, o ironista utiliza as marcas de pontuação existentes, como o ponto de exclamação e as reticências. A primeira faz com que a proposição seja inaceitável por meio do exagero, e a segunda, por meio da dúvida que suscita no leitor. No entanto, a forma por excelência de marcar graficamente o tom irônico são as aspas (ou o itálico que produz o mesmo efeito).

- *palavras de alerta*: algumas palavras de alerta produzem o mesmo efeito de exagero que o ponto de exclamação, como, por exemplo, adjetivos ou diminutivos de um modo geral, que na ironia podem ser empregados como formas enganadoras de afeição. Nesse caso, o sentido primeiro da palavra apaga-se facilmente quando o sentido irônico é percebido.
- *repetições*: a repetição é um procedimento oratório do qual o ironista se serve para manipular seu leitor e, assim, induzi-lo a considerar como contraverdade o que antes aceitava por verdade.
- *justaposições*: a justaposição de elementos contraditórios faz nascer a ironia de situação. Assim, ao inserir no mesmo discurso fatos incompatíveis, contradições internas ou raciocínios falsos, o ironista “obriga” seu público a se questionar sobre o sentido de suas palavras. Essa ruptura discursiva pode ocorrer também no nível global de uma obra, com a justaposição de episódios (contraditórios) inteiros.
- *simplificações*: simplificar é reduzir a complexidade do mundo real, como fez Sócrates ao definir o homem como um “bípede sem penas”.

---

<sup>22</sup> “Índices de ironia.” (Tradução livre).

- *desvios*: na escrita, o desvio de estilo é uma maneira freqüente de marcar a ironia. A mudança de tom em um mesmo texto pode ser um índice de ironia subjacente. Como exemplos de desvios de estilo existem as seguintes figuras:
  - *litote*: permite ao ironista fazer entender mais, dizendo menos, ou seja, é uma economia importante de meios.
  - *hipérbole*: parte do princípio inverso ao da litote, nela diz-se mais para significar menos; nesse caso, a intenção irônica surge do excesso.
  - *oxímoro*: opera com a fusão de palavras cujos significados parecem contraditórios; a ironia surge quando a tensão entre os termos aparentemente contrários é mantida.

Além desses índices, o ironista poderá utilizar a antífrase, considerada por muitos estudiosos da questão como a transformação irônica de base.

Na antífrase, ocorre um jogo entre os sentidos literal e subentendido de determinado enunciado, e cada um deles conduz ao outro. Dito de outro modo, trata-se do "*paradoxo enunciativo*" do qual fala Berrendonner (1987).

Em poucas palavras, a inversão de sentidos ou o uso diferenciado de algumas palavras ou expressões ou, ainda, o uso de pontuação fora dos padrões, provoca, por si só, um certo deslocamento em relação ao restante do contexto e a ironia, assim, "*salta aos olhos*" por se distinguir dos demais enunciados (BORGES, 1988, p. 43).

Dessa forma, por meio da ironia, é possível mostrar convicções, ou seja, ela é uma forma de argumentação indireta, ambígua, na qual o ironista não só simula como também

chama a atenção para sua simulação. O ironista procura, assim, fazer crer na veracidade do seu discurso, sendo que suas palavras não veiculam exatamente esse discurso.

No nível do texto há a "*argumentation tendancieuse*"<sup>23</sup> (BORGES, 1988, p. 45), na qual o ironista esconde sua intenção de influenciar o ponto de vista do receptor. A argumentação terá êxito se o receptor não perceber o movimento do ironista e se deixar influenciar.

Para Borges (1988, p. 47) a ironia é, então, duplamente representada no texto: a "*ironie du premier degré*"<sup>24</sup> refere-se aos "*procédés ironiques appliqués par le linguistique sur le contenu dérivé*",<sup>25</sup> e a "*ironie du deuxième degré*",<sup>26</sup> que se refere à intenção do autor do texto "*au niveau du discours et de l'organisation des idées que vont déboucher sur la réalisation d'un texte au double contenu*".<sup>27</sup>

Pode-se dizer, assim, que a ironia é um procedimento de estilo que tem por objetivo a persuasão, ou seja, é um julgamento crítico, e a intenção de quem a utiliza é influenciar seu interlocutor. Tem, portanto, um valor argumentativo subentendido ou potencial.

#### **a) A polifonia como estratégia argumentativa da ironia**

Ducrot (1977, 1987) afirma que a língua não é um simples código, uma vez que ela não é constituída de significados restritos e homogêneos, ela não é um instrumento de comunicação fechado. Fazendo coro com o dialogismo bakhtiniano, Ducrot concebe a língua como essencialmente polifônica.

---

<sup>23</sup> "Argumentação tendenciosa". (Tradução livre).

<sup>24</sup> "Ironia de primeiro grau". (Tradução livre).

<sup>25</sup> "Procedimentos irônicos aplicados pela lingüística sobre o conteúdo derivado". (Tradução livre).

<sup>26</sup> "Ironia de segundo grau". (Tradução livre).

De acordo com Bakhtin, o dialogismo é princípio constitutivo da linguagem e também condição para a produção de sentido do discurso. Bakhtin critica a concepção de língua como "*sistema de normas rígidas e imutáveis*" (1997, p. 90) do objetivismo abstrato para, então, apontar a natureza social da língua, uma "*corrente evolutiva ininterrupta*" (1997, p. 90). Dessa forma, importa para o locutor não o "*aspecto da forma lingüística*" (1997, p. 92) que é sempre igual, mas a "*nova significação que essa forma adquire no contexto*" (1997:92). Dito de outro modo, é necessário considerar a enunciação completa, pois não é possível dissociar língua e contexto.

Denominando de "*ficção científica*" a passiva relação entre falante e ouvinte, estabelecida por Saussure, Bakhtin postula o "*processo complexo e amplamente ativo da comunicação discursiva*" (2003, p. 271). Para ele,

*toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (embora o grau desse ativismo seja bastante diverso); toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante. (2003, p. 271)*

De fato, ao compreender o significado do discurso, o ouvinte concorda ou não com ele, o que já caracteriza uma resposta. Esta resposta pode ou não ser verbalizada e, se for, ela pode ser proferida no momento imediatamente após a enunciação que a provocou ou em um outro momento posterior.

Dado o caráter social da enunciação, ela não pode ser considerada como individual no sentido estrito do termo. "*Cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados*" (2003, p. 272) e não pode, portanto, ser considerado

---

<sup>27</sup> "No nível do discurso e da organização das idéias que vão desembocar na realização de um texto que tem um duplo conteúdo". (Tradução livre).



fora dessa corrente. A linguagem é constituída pelo dialogismo e esse, por sua vez, é condição para a produção de sentidos e propriedade intrínseca de uma língua viva.

Dessa forma, pode-se perceber também a interação verbal como constituinte do dialogismo da linguagem. *"Nosso discurso (...) é pleno de palavras dos outros"* (2003, p. 294), ou seja, nossas enunciações são sempre influenciadas por discursos alheios, elas sempre expressam outras vozes além da nossa.

No processo discursivo não há como evitar essa interação mútua com o discurso alheio, uma vez que o falante não é um Adão detentor da primeira palavra. Seu discurso é, na verdade, *"um palco de encontro com opiniões (...) ou com pontos de vista"* (2003, p. 300) alheios, ou seja, constitui-se inevitavelmente do discurso do outro.

É possível apontar duas concepções do dialogismo: o diálogo entre interlocutores e o diálogo entre discursos. Para Bakhtin,

*o diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra "diálogo" num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja.* (1997, p. 123)

Pode-se dizer, então, que o dialogismo, além de estar inserido no produto texto/discurso, é também característica inerente da linguagem.

Retomando o dialogismo bakhtiniano, Ducrot (1987) elabora sua teoria polifônica da enunciação, contestando a teoria da unicidade do sujeito. Para essa teoria, o sujeito é *"dotado de toda atividade psico-fisiológica necessária à produção do enunciado (...); o autor, a origem dos atos ilocutórios realizados na produção do enunciado (...); designado em um enunciado pelas marcas da primeira pessoa"* (DUCROT, 1987, p. 178-179).

Lembrando que o sentido do enunciado é uma descrição de sua enunciação, Ducrot afirma que, para tal descrição, o enunciado fornece indicações sobre o eventual autor (ou autores) da enunciação. Sendo assim, sua teoria é fundamentada na existência de um ou mais sujeitos que seriam a origem da enunciação e na necessidade de se fazer distinção entre esses sujeitos, ou ao menos entre os “*locutores*” e os “*enunciadores*”. O locutor, em uma das formas de polifonia, é o responsável pelo enunciado, sendo que é possível um único enunciado “pertencer” a dois locutores distintos, como no discurso relatado em estilo direto. Nele, há um locutor (ser do discurso) e um sujeito falante (ser empírico).

Ducrot distingue ainda, na noção de locutor, o “*locutor enquanto tal*”, L, e o “*locutor enquanto ser do mundo*”,  $\lambda$ . Dessa forma, L é o responsável pela enunciação e  $\lambda$  é a pessoa que fala, a origem do enunciado. Esses dois locutores podem ser seres de discurso, constituídos no sentido do enunciado.

O enunciador é o ser que se expressa por meio da enunciação. Nela, só se percebe seu ponto de vista, sua posição, sua atitude e não suas palavras precisas. Essa é a forma de polifonia mais freqüente. Para ilustrar a noção de enunciador, Ducrot faz uma analogia com o teatro “*Direi que o enunciador está para o locutor assim como a personagem está para o autor.*” (1987, p. 192). Em outras palavras: o locutor é o responsável pela enunciação, mas as atitudes nela encontradas são atribuídas ao enunciador, distante do locutor. Para mostrar a eficácia da noção de enunciador, Ducrot faz um estudo de dois casos de dupla enunciação: a ironia e a negação.

Para Ducrot, a ironia ocorre quando o locutor profere determinado enunciado, mas não se responsabiliza por ele, deixando claro que o considera absurdo. Nesse caso, pode-se

perceber uma segunda voz no enunciado, a do enunciador, responsável pelo ponto de vista expresso.<sup>28</sup>

Na antífrase, figura bastante comum na ironia, é possível, de fato, perceber ao menos duas vozes presentes em dada proposição. Se não me identifico com o sentido exposto em minha proposição, mas com o seu contrário, deixo entrever aí uma segunda voz, a do verdadeiro autor das palavras de minha proposição.

Dessa forma, a ironia pressupõe a existência de um (ou mais) enunciador que será o responsável pelo(s) ponto(s) de vista exposto(s) no enunciado, além do locutor, responsável empírico pelas palavras proferidas. Em outras palavras, no enunciado irônico estão presentes diferentes vozes. O que nos leva a perceber que na ironia é preciso considerar tanto o aspecto literal quanto o aspecto subentendido das proposições.

O subentendido é o implícito pragmático de um texto. Os implícitos são "*conteúdos que não constituem, em princípio, o objeto verdadeiro da enunciação, mas que aparecem através dos conteúdos explícitos*" (MAINGUENEAU, 2000, p. 81). Assim, entende-se por implícito pragmático, ou subentendido, os conteúdos que dependem do contexto no qual está inserido o enunciado para serem inferidos. Isto é, o subentendido pressupõe a existência de um contexto particular, um cálculo do interlocutor e a possibilidade de sua recusa do enunciador, que pode refugiar-se na literalidade do enunciado.

Para Ducrot (1977), através dos implícitos e dos pressupostos,<sup>29</sup> pode-se chegar ao não-dito no discurso. Por meio do que é dito é possível chegar ao não-dito, cujas

---

<sup>28</sup> A concepção de Ducrot sobre a ironia, como fenômeno polifônico, já foi desenvolvida no primeiro capítulo deste trabalho.

<sup>29</sup> Os pressupostos são os implícitos semânticos, relacionam-se com o conteúdo lingüístico do enunciado, ou seja, não vão além do que está dito no enunciado.

pressuposições e implicações estão contidas de forma velada ou camuflada em todo discurso.

A ironia pode, então, ser entendida sob essa ótica, pois seu enunciado mostra apenas parte das proposições da representação conceitual, e a outra parte deve ser procurada no subentendido (BORGES, 1988, p. 70). É importante ressaltar que o enunciado irônico tem de ser visto em sua totalidade: do ponto de vista do sentido literal e do ponto de vista do sentido subentendido, simultaneamente, sob pena de não ser compreendido.

Pode-se dizer, por fim, que a polifonia é parte integrante das estratégias de manifestação da ironia no texto opinativo. A análise desse fenômeno demonstra que as palavras dizem mais do que parecem estar dizendo. Ou seja, a estrutura lingüística é apenas um dos componentes da construção do sentido do texto. E a ironia se constrói justamente por meio das relações entre o implícito e o explícito e entre as diversas vozes que atravessam um discurso.

### III - A questão do gênero: a crônica opinativa

A noção de formação discursiva introduzida por Foucault (1972) e posteriormente desenvolvida por Pêcheux (1988) é basilar para o desenvolvimento de uma teoria sobre a questão do gênero discursivo. No entanto, é Bakhtin (2003, sendo a primeira edição datada de 1992) quem elabora uma teoria fundadora e diretamente relacionada à questão do gênero.

Para Foucault (1972, p. 43),

*no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão,<sup>30</sup> e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção que se trata de uma formação discursiva.*

A noção de formação discursiva introduzida por Foucault (1972) refere-se, então, a um conjunto de enunciados que possui um sistema de regras historicamente determinadas. Sendo assim, o propósito de Foucault é assumi-las sob o ângulo dos acontecimentos discursivos, isto é, relacioná-las, ou, em outras palavras, estabelecer relações entre enunciados, entre grupos de enunciados, entre enunciados e grupos de enunciados e acontecimentos de uma ordem diferente (técnica, econômica, social, política).

Essas relações discursivas

---

<sup>30</sup> No sistema de dispersão mencionado por Foucault, o enunciado toma forma de acordo com o contexto histórico, ou seja, ele é um acontecimento discursivo que “nem a língua nem o sentido pode esgotar inteiramente” (Foucault, 1969:32 apud Gregolin, 2004:28)

*estão, de alguma maneira, no limite do discurso: oferecem-lhe objetos de que ele pode falar, ou antes (...) determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou quais objetos (...) Essas relações caracterizam (...) o próprio discurso enquanto prática.* (FOUCAULT, 1972, p. 61)

Dito de outra forma: não são relações internas (não religam entre si os conceitos ou as palavras; não estabelecem uma arquitetura entre as frases ou as proposições) nem externas ao discurso (não o limitam, nem lhe impõem certas formas).

Ampliando a definição de Foucault, Pêcheux (1988, p. 160) denomina

*formação discursiva, aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito.* (grifos no original)

ou seja, o sentido do enunciado é determinado pela formação discursiva na qual está inserido.

Dessa forma, pode-se falar em formação discursiva a cada vez que ocorrerem certas regularidades entre os tipos de enunciações, os conceitos e as escolhas temáticas que podem ser observadas nos enunciados efetivos. E se a formação discursiva determina o “*que pode e deve ser dito*”, ela vai determinar também certos tipos de gêneros, como, por exemplo, a crônica opinativa.

Tendo por base as noções fundadoras de Bakhtin sobre a questão do gênero, encontram-se hoje, na literatura especializada, diferentes “definições” do que se entende por gênero discursivo. Antes mesmo das “definições” propriamente ditas da noção de gênero, concebida atualmente, é importante fazer uma breve distinção entre gênero textual e tipo textual. De acordo com Marcuschi (2003), o tipo textual é uma seqüência teoricamente definida pela natureza lingüística de sua composição (aspectos lexicais,

sintáticos, tempos verbais, relações lógicas). São eles: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção.

O gênero textual, por sua vez, refere-se aos textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sócio-comunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característicos. Eles são inúmeros, como, por exemplo, sermão, carta pessoal, horóscopo, receita culinária, piada, bate-papo virtual, etc. Em outras palavras: os gêneros textuais baseiam-se em critérios sócio-comunicativos e discursivos, ao passo que os tipos textuais baseiam-se em critérios lingüísticos e formais.

A classificação em tipos textuais parece problemática na medida em que, dada a complexidade dos gêneros, não se pode caracterizar um texto por um único tipo. Na verdade, os gêneros, em geral, são compostos por vários tipos, como ocorre na crônica opinativa, na qual podem coexistir segmentos narrativos, descritivos e argumentativos. O que se pode afirmar é a predominância de seqüências textuais em determinados gêneros. Passemos, agora, a algumas das atuais “definições” de gênero discursivo.

Para Maingueneau (2002, p. 65), *"trata-se (...) de atividades sociais que, por isso mesmo, são submetidas a um critério de êxito, [ou seja], são submetidos a condições de êxito"*, quais sejam, uma finalidade reconhecida, o estatuto de parceiros legítimos, o lugar e o momento legítimos, um suporte material e uma organização textual.

As “*condições de êxito*” de que fala Maingueneau não são rígidas, ao contrário, são flexíveis, o que permite ao texto transitar livremente entre um discurso e outro sem se

descaracterizar totalmente. Além disso, as “*condições de êxito*” permitem que a troca<sup>31</sup> comunicativa seja bem-sucedida.

Bronckart (2003, p. 138), por sua vez, afirma que

*os gêneros não podem nunca ser objeto de uma classificação racional, estável e definitiva. (...) Qualquer que seja o gênero a que pertençam, os textos, de fato, são constituídos, segundo modalidades muito variáveis, por segmentos de estatutos diferentes (segmentos de exposição teórica, de relato, de diálogo, etc.). E é unicamente no nível desses segmentos que podem ser identificadas regularidades de organização e de marcação lingüística.*

Com sua “definição”, Bronckart retoma uma noção basilar para a questão do gênero, que é a noção foucaultiana de formação discursiva.<sup>32</sup> Para Foucault (1972, p. 43), cada formação discursiva é baseada em regularidades constitutivas presentes entre certo número de enunciados, sendo a heterogeneidade dos gêneros discursivos um fator que impede uma classificação exata.

Marcuschi (2003, p. 19), nos diz que

*os gêneros não são instrumentos estanques e enrigecedores da ação criativa. Caracterizam-se como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos. Surgem emparelhados a necessidades e atividades sócio-culturais, bem como na relação com inovações tecnológicas.*

e, com isso, evidencia que o número de gêneros, que é ilimitado, varia também de acordo com as necessidades da sociedade à qual pertence. Fato que se constata facilmente ao se

---

<sup>31</sup> “Chamamos *trocas* as interações em que os participantes podem ser enunciadore e co-enunciadore, sendo que suas enunciações se determinam uma à outra”. (MAINGUENEAU, 2000, p. 146) (grifo no original).

<sup>32</sup> Concepção já abordada no início deste capítulo.



comparar a quantidade limitada de gêneros textuais que as sociedades de cultura essencialmente oral desenvolveram, passando pela multiplicação dos gêneros que ocorreu com o advento da escrita (por volta do século VII a.C.) e também por outra multiplicação, com a chegada da cultura impressa (a partir do século XV) e ainda, com a industrialização (a partir do século XVIII) que provoca outra grande ampliação e, por fim, os dias atuais, a era da cultura eletrônica, onde testemunhamos uma explosão de novos gêneros.

Todas essas “definições” retomam, de uma forma ou de outra, a noção fundadora de Bakhtin, segundo a qual os gêneros do discurso são “*tipos relativamente estáveis de enunciados*” (2003, p. 262). Além disso, podemos salientar também o apelo social (para Maingueneau: “*atividades sociais*”, e para Marcuschi: “*atividades sócio-culturais*”) e as regularidades lingüísticas (para Bronckart: “*regularidades de organização e de marcação lingüística*”), aspectos também apontados por Bakhtin.

É válido comentar que essa “*relativa estabilidade*”, que é inerente a um dado gênero, chama a atenção e deve ser compreendida como algo passível de alteração, aprimoramento ou expansão. Em se tratando de linguagem, que é atividade verbal, modificações podem ocorrer em função de desenvolvimento social, de influência de outras culturas, ou de outros tantos fatores com que a língua tem relação direta, até mesmo com o próprio passar do tempo. Diante do caráter inesgotável das atividades humanas e de seu constante processo de crescimento e evolução, torna-se impossível definir quantitativamente os gêneros, que se diferenciam e se ampliam. É o uso que acarreta a possibilidade de transformação.

Um dos aspectos mais marcantes dos gêneros, que se refere diretamente à questão do *uso*, é o fato de que devemos considerar o gênero como um meio social de produção e de recepção do discurso. Para classificar determinado enunciado como pertencente a dado

gênero, é necessário verificar suas condições de produção, circulação e recepção. E, ainda, é de extrema relevância observar que o gênero, como fenômeno social que é, só existe em determinada situação comunicativa e sócio-histórica. Caso se modifiquem tais condições, é possível que um mesmo enunciado passe a pertencer a outro gênero.

Bakhtin, então, com sua proposta de conceituação para os gêneros do discurso veio suprir a necessidade de se compreender os enunciados como fenômenos sociais, resultantes da atividade humana, caracterizados por uma estrutura básica, suscetível a determinadas modificações. Um gênero do discurso é parte de um repertório de formas disponíveis nos movimentos de linguagem e de comunicação de uma sociedade. Desse modo, só existe relacionado à sociedade que o utiliza.

Indissociável da sociedade e disponível em sua memória discursiva, o domínio de um gênero permite ao falante prever quadros de sentidos e comportamentos nas diferentes situações de comunicação com as quais se depara. Conhecer determinado gênero significa ser capaz de prever regras de conduta, seleção vocabular e estrutura de composição utilizadas. A competência sócio-comunicativa dos falantes leva-os à detecção do que é ou não adequado em cada prática social. E, ainda, quanto mais competente e experiente for o indivíduo, mais proficiente ele será na diferenciação de determinados gêneros e na facilidade de reconhecimento das estruturas formais e de sentido que os compõem.

A vivência das situações de comunicação e o contato com os diferentes gêneros que surgem na vida cotidiana exercitam a competência lingüística<sup>33</sup> do falante/ouvinte produtor de enunciados. À medida que um indivíduo avança em grau de escolaridade, ele tende a tornar-se cada vez mais proficiente na operacionalização de variadas categorias textuais. Da

mesma forma, experiência de vida e cultura geral fazem os falantes evoluir discursivamente. Sendo assim, é fundamental percebermos o gênero como um produto social e, como tal, heterogêneo, variado e suscetível a mudanças.

Como a crônica um texto curto que além de relatar também faz um comentário/reflexão sobre fatos do cotidiano em geral. O que lhe permite abordar uma variedade bastante grande de temas. Sua linguagem costuma ser mais coloquial, o que gera uma proximidade com o leitor. Nas palavras de Arrigucci Jr. (1987, p. 51),

*são vários os significados da palavra crônica. Todos, porém, implicam a noção de tempo, presente no próprio termo, que procede do grego chronos. Um leitor atual pode não se dar conta desse vínculo de origem que faz dela uma forma do tempo e da memória, um meio de representação temporal dos eventos passados (...) trata-se de um relato em permanente relação com o tempo, de onde tira, como memória escrita, sua matéria principal, o que fica do vivido. (grifos no original)*

O que pode ser resumido na intrínseca relação entre a crônica e o tempo como sua característica constitutiva. Essa relação existe desde o princípio: a crônica medieval, por exemplo, constituía-se da narração de fatos históricos de acordo com uma ordem cronológica, o que a caracterizava como crônica histórica. Pode-se dizer, então, que a crônica é precursora do discurso da História e que, como esta, retrata a experiência progressiva do tempo, o que a torna o documento de toda uma época.

No caso da crônica opinativa, principalmente a política, é importante também que o leitor possua certo conhecimento prévio do assunto que está sendo comentado. Em geral, por se tratar de um texto curto, o autor não fornece todos os detalhes do acontecimento em

---

<sup>33</sup> Entende-se por competência lingüística a capacidade humana que, aliada ao social, faz com que consigamos, perante determinada estrutura e contexto, definir a que categoria um dado enunciado pertence. Essa competência é inerente ao ser humano social, que interage, comunica, cria e recria.

questão, contando, assim, com os conhecimentos de seu interlocutor para que seu texto seja compreendido de forma satisfatória.

Portanto, pode-se concluir a respeito da crônica, com Mendes (2004, p. 130), que

*de uma lado, tais características são obviamente bastante difusas para definir aquilo que seria a natureza discursiva da crônica em relação a outros gêneros similares; de outro lado, esse caráter difuso talvez seja o traço mais típico da crônica enquanto tal.*

O que nos remete à relativa estabilidade dos enunciados que caracteriza os gêneros de acordo com Bakhtin (2003, p. 262). Para ele, a estabilidade é relativa devido à infinitude das possibilidades da atividade humana, ressaltando-se, também, a “*extrema heterogeneidade dos gêneros do discurso*” (2003, p. 262), tanto orais quanto escritos.

No entanto, é possível afirmar que cada gênero possui três características básicas: a “*construção composicional*”, o “*conteúdo temático*” e o “*estilo*” (BAKHTIN, 2003). As condições de produção de um enunciado é que vão determinar o conjunto de regularidades constitutivas de tais categorias. Para tentar identificar e analisar essas características do gênero crônica opinativa política, será utilizada a crônica “Cooptação”, de Luís Fernando Veríssimo (*O Globo*, em 05/12/04), que trata basicamente da capacidade de adaptação que têm os partidos políticos brasileiros. De forma bem-humorada, Veríssimo critica esse hábito de *trocar de camiseta* dos nossos partidos políticos, especialmente do PT, partido que estava e ainda está no Governo do nosso País.

Mendes (2004) faz uma leitura pertinente das três categorias propostas por Bakhtin.

A começar pela

*“construção composicional” [que] envolve, principalmente, uma dimensão seqüencial relativa ao encadeamento sintático-discursivo do texto/enunciado como um todo. Além de, nas palavras do próprio Bakhtin,*

*o “tipo de estruturação e de conclusão do todo” e também o “tipo de relação entre o locutor e os outros parceiros da comunicação verbal”.*

No primeiro parágrafo da crônica, o enunciador faz uma breve explicação sobre o sentido do recente termo *cooptar*: *“cooptar no sentido de se apoderar malandramente, dominar absorvendo ou modificar adaptando”*, além de demonstrar que se trata de *“um fenômeno da era da publicidade e da obsolescência instantânea, em que a vanguarda de um dia vira o corriqueiro do outro”*. A partir dessa explicação inicial, pode-se inferir que a crônica apresenta uma construção composicional predominantemente descritiva. De fato, nos parágrafos subseqüentes, o enunciador mostra como esse termo pode ser aplicado na política brasileira: *“Na política brasileira, toda novidade é cooptada pelo ‘centrão’”*. Por fim, de forma mais específica, demonstra como o PT tem se mostrado um mestre na arte de *cooptar*: *“o pacto do PT com a ‘Governabilidade’ poderia ser mais discreto, (...) estão vibrando com a derrota do que até ontem era a principal reivindicação do PT para chegar ao poder, a mudança do modelo”*.

Passando pela segunda categoria bakhtiniana,

*o “conteúdo temático” [que] constitui, de um modo geral, as representações semânticas e/ou redes conceituais dizíveis a partir de um determinado gênero inserido em um dado domínio discursivo.*

Pode-se afirmar que o domínio discursivo da crônica “Cooptação” é a política, e, dentro desse domínio, o autor faz uma crítica à volubilidade do PT. É possível dizer, então, que o tema dessa crônica é uma crítica política, tema recorrente nas crônicas opinativas de diversos jornais e revistas e, especialmente, nas crônicas de Veríssimo.

Chegando, por fim, ao

*estilo [que] refere-se à configuração formal dos recursos expressivos que materializam sob a forma de um texto reconhecido como exemplar de um determinado gênero. Em outras palavras, corresponde a um tipo de regularidade formal dos enunciados de um mesmo gênero.*

Percebe-se que o estilo da crônica “Cooptação” pode ser caracterizado pela linguagem simples, coloquial e bem-humorada de Veríssimo, o que certamente contribui para uma relação mais próxima com o leitor. Desperta atenção o termo usado para dar título à crônica, *cooptação*, e sua aplicação como estratégia lingüística para reforçar a crítica do autor. No dicionário *Houaiss*, a primeira acepção do termo *cooptar* é “admitir (alguém) em uma corporação, instituição etc., dispensando-o das formalidades e condições usuais de admissão”. É possível, então, formular uma hipótese de que o enunciador utilizou esse termo justamente para mostrar a inadequação, o não uso das “condições usuais de admissão” de novos conceitos e valores por parte dos partidos políticos e, principalmente, do PT. A crítica, está claro, não é à renovação de conceitos ou valores, mas à forma como ela se deu, o que se confirma com o uso da expressão “trocar de camiseta”. Essa expressão, normalmente, é usada de forma pejorativa, para apontar falta de fidelidade ou de coerência de alguma mudança brusca de posição: “*Está visto que revissem seus conceitos, aceitassem a cooptação e trocassem de camiseta, mas precisava soltar foguetes?*”.

No que concerne ao estilo, cabe acrescentar que

*todo “estilo” está indissoluvelmente ligado (...) aos gêneros do discurso. Todo enunciado (...) é individual e por isso pode refletir a individualidade do falante (ou de quem escreve), isto é, pode ter estilo individual. (BAKHTIN, 2003, p. 265)*

Mas é importante ressaltar que existem gêneros mais favoráveis a expor a individualidade do autor, como a literatura de ficção, que permite maior liberdade de ação no texto, do que

outros, como os documentos oficiais, que não permitem tal liberdade por se tratar de formas padronizadas nas quais o autor pouco, ou quase nada, pode interferir.

É importante ressaltar também que essas características apontadas por Bakhtin não funcionam de forma independente umas das outras, elas atuam em conjunto e simultaneamente na determinação de cada gênero discursivo. Esses parâmetros de regularidade discursiva estão potencialmente integrados nos textos e permitem sua inserção em determinado gênero discursivo. É possível ainda, por meio dessas regularidades, perceber como os sujeitos operam de modo a produzir os efeitos de sentido desejados.

Bakhtin (2003) propõe, ainda, uma divisão entre os gêneros discursivos, que podem ser primários (simples) ou secundários (complexos). Os gêneros primários se formam nas condições da comunicação discursiva imediata e estão, dessa forma, vinculados à realidade concreta e aos enunciados reais alheios. Já os secundários incorporam e reelaboram diversos gêneros primários, formando, assim, gêneros discursivos mais complexos (predominantemente escritos, como romances e pesquisas científicas).

Está claro que ainda não se pode conceituar o gênero discursivo com a precisão necessária. Mas podemos vê-lo como um processo geral de produção do sentido, de alguma forma estruturado em nossas práticas diárias de linguagem.

Mesmo que ainda não representem "*padrões de categorização rigorosos*" (MARI; SILVEIRA, 2004, p. 65), é possível experimentar essa diversidade discursiva nas práticas de linguagem do cotidiano. Sendo assim, a crônica opinativa, denominada gênero discursivo, não possui uma classificação "*estável e definitiva*", mas "*maleável e dinâmica*". É, portanto, uma prática social que apresenta suas regularidades lingüísticas, temáticas e composicionais. Pode-se dizer que a crônica opinativa constitui uma prática social, pois cumpre uma função de troca comunicativa que a caracteriza como tal, troca essa que

ocorre, geralmente, por meio do suporte material *jornal*. Apesar de não poder ser taxativamente classificada, possui características que a distinguem de outros gêneros similares, como seu caráter opinativo, sua capacidade de acolher uma enorme variedade de temas e seu tom coloquial. E ainda, por se tratar de um gênero que oscila entre o literário e o jornalístico, podemos afirmar, com Bakhtin (2003), que a crônica permite que seu autor a impregne com seu estilo pessoal, como o faz Luis Fernando Veríssimo, cronista brasileiro, bastante conhecido por seu estilo bem-humorado, irônico e simples de escrever.



#### **IV- A construção discursiva da ironia em crônicas políticas de Luis Fernando Veríssimo**

Um dos escritores mais lidos no Brasil é o gaúcho Luís Fernando Veríssimo, de acordo com a revista *Veja*, de 12 de março de 2003. Nessa época, ele aparecia na lista dos mais vendidos há oito anos consecutivos. A maior fatia de sua produção literária é representada por suas tirinhas e crônicas publicadas em jornal. Nelas destacam-se a ironia e seu ponto de vista muito peculiar sobre a nossa sociedade.

Política, economia, gastronomia, futebol, cinema, viagens, literatura, relacionamentos, sexualidade, infidelidades, choque entre gerações, todos esses assuntos, dentre tantos outros, representam fontes de temas para os textos de Veríssimo. A elegância e o tom coloquial de seus textos são os toques que fazem dele um grande criador popular. Neste trabalho, deter-nos-emos na análise de crônicas essencialmente políticas, publicadas durante o ano de 2004, no jornal *O Globo*. Acreditamos que tais crônicas representem uma mostra significativa do conjunto de sua obra por apresentarem as principais características de seus textos: o humor e a crítica, na maioria das vezes, irônica, à vida política da sociedade brasileira.

A seleção de tais crônicas deu-se por dois critérios principais: primeiro, que nelas estivesse tematizada alguma questão de política; e, segundo, que nelas fosse possível analisar o efeito de sentido da ironia.

### **a) Critérios de análise**

O principal objetivo deste trabalho é analisar a construção crítico-irônica das crônicas de Veríssimo para fatos e/ou pessoas que façam parte da política brasileira. Dentre os sinais característicos da ironia, podemos mencionar o uso da hipérbole, da metáfora, a exploração do elemento situacional (contexto), a polifonia, etc. No entanto, pode-se dizer que o mais utilizado por Veríssimo é o conhecimento partilhado com seu leitor. Temas contemporâneos e recorrentes na vida política diária da sociedade brasileira constituem a principal matéria-prima para suas crônicas. Embora também estejam presentes, nas crônicas selecionadas, sinais como jogos com implícitos, criação de neologismos, antíteses, metáforas, hipérbolos, etc., é o saber comum sobre a política nacional contemporânea a principal ferramenta na elaboração de seus textos que se pretendem irônicos.

Através da Análise do Discurso (AD), é possível analisar as diversas vozes que podem compor e se mesclar em um texto e as enunciações que a partir daí são criadas. Por meio da AD, é possível mostrar que a ironia, um processo discursivo que pode ser um grande instrumento de crítica política, só se estabelece se contar com a cumplicidade do receptor e só se concretiza se for percebida como tal pelo leitor/receptor. De fato, a ironia sempre corre o risco de não ser compreendida e, assim, não alcançar o efeito de sentido pretendido.

A percepção da ironia como fenômeno de linguagem se faz necessária para uma compreensão do sentido do discurso que estiver em questão. O sentido discursivo, sob a ótica de quem recebe a mensagem, é muito diferente do sentido lingüístico. Para Charaudeau (1999, p. 32),

*uma lingüística do discurso integra na sua análise as condições de produção do ato de linguagem e, ao fazê-lo, ela se constrói um objeto multidimensional que opera numa relação triangular entre o mundo como real construído, a linguagem como forma-sentido em difração, e um sujeito (je/tu) intersubjetivo em situação de interação social.*

Dessa forma, o sujeito correspondente ao *corpus* proposto pode ser considerado um “*sujeito cognitivo*”, pois é capaz de produzir e reconhecer operações e articulações discursivas. Dito de outra forma: é capaz de produzir e reconhecer “*relações anafóricas ou catafóricas, conexões coordenadas ou subordinas, (...) etc.*” (CHARAUDEAU, 1999, p. 33). Além disso, nosso objeto de estudo pode ser considerado “*categorizante*”, porque nos textos selecionados encontramos “*categorias instrumentais de análise que servem para analisar ou produzir configurações discursivas*” (CHARAUDEAU, 1999, p. 33).

A escolha desse *corpus* e dessa abordagem devem-se à necessidade de salientar o valor dos discursos irônicos e “*ao interesse pela forma como o procedimento irônico multiplica suas funções, configurando diversas estratégias de compreensão e representação do mundo.*” (BRAIT, 1996, p. 13). Outra razão, relacionada à lingüística do discurso, é que o *corpus* proposto representa um bom exemplo para distinguir discurso e texto. O discurso é o texto inserido em seu contexto. Assim, esse *corpus* afastado de seu contexto, perderia muito de seu sentido irônico.

Buscar-se-ão as formas de construção da ironia nas crônicas políticas de Luis Fernando Veríssimo. Para tanto, as crônicas selecionadas foram divididas em subgrupos temáticos, sendo que, como já dito, todas se inserem no tema *política*. Dentro desse tema, optamos por trabalhar com os seguintes assuntos: o governo Lula e a herança do governo FHC; a hipocrisia do governo Lula; manutenção da submissão ao FMI; “*o ilógico político*

*brasileiro*”; piadas infelizes; o Partido dos Trabalhadores; lembranças históricas; o Ministério da Defesa; além do Brasil.

Optamos por essa divisão por entendermos que, dessa forma, será possível recuperar os processos discursivos utilizados por Veríssimo na construção da ironia. A análise será feita tendo em vista apenas os trechos das crônicas considerados irônicos, não a sua totalidade.

Nossa proposta é, portanto, analisar a ironia presente nas crônicas de teor político sob a perspectiva da *heterogeneidade mostrada*, enfocando a *polifonia*. A heterogeneidade mostrada “*incide sobre as manifestações explícitas, recuperáveis a partir de uma diversidade de fontes de enunciação*” (MAINGUENEAU, 1997, p. 75), ou seja, é a relação entre os elementos internos e externos do discurso, sendo a polifonia uma de suas marcas. Para Ducrot (*apud* MAINGUENEAU, 1997, p. 76-77),

*há polifonia quando é possível distinguir em uma enunciação dois tipos de personagens, os enunciadores e os locutores. Por “locutor” entende-se um ser que no enunciado é apresentado como seu responsável. (...) Os “enunciadores” são seres cujas vozes estão presentes na enunciação sem que se lhes possa, entretanto, atribuir palavras precisas.*

O “*locutor*” é, então, o responsável empírico pela enunciação, em outras palavras, quem a profere. Já o “*enunciador*” tem seu ponto de vista expresso na enunciação sem, no entanto, se responsabilizar por ele. Isso se faz por meio de outras “vozes” que estão presentes no discurso, colocadas pelo “*locutor*”. Um bom exemplo de polifonia é o discurso irônico, no qual se percebem outras vozes além da do “*locutor*”. Na ironia, a posição do “*enunciador*” não é assumida pelo “*locutor*”, ao contrário, ela é considerada absurda, insustentável por este último.

Assim sendo, a proposta deste trabalho é, essencialmente, avaliar como se constitui o processo de construção discursiva da ironia e ressaltar a importância do contexto em sua realização. Isso significa tentar responder a questões do tipo: Como se constitui a ironia como fenômeno de linguagem? O que nos permite apreendê-la e identificá-la? Quais são as suas marcas discursivas? Qual é o papel do elemento situacional?

Com o intuito de chegar às respostas para tais questões, passar-se-á agora à análise dos temas elencados nas crônicas selecionadas.

### **b) O governo Lula e a herança do governo FHC**

A crítica mais recorrente nas crônicas de Veríssimo é, sem dúvida, ao modelo econômico adotado por Lula, herdado do governo Fernando Henrique Cardoso. Sabe-se que o PT, Partido dos Trabalhadores, ao qual Lula está filiado, é (ou pelo menos era) um partido de esquerda e que, portanto, sempre pregou a mudança do modelo econômico. Por isso a surpresa de toda a população quando percebeu que Lula agia da mesma forma que seu antecessor. FHC foi, durante todo o seu duplo mandato, alvo não só de críticas dos petistas, mas também de todos os simpatizantes da causa popular. O que provocou a surpresa e, porque não dizer, o choque na população, foi exatamente o fato de o primeiro governo brasileiro de esquerda agir da mesma forma que o próprio alvo de suas críticas.

Nas crônicas que compõem o *corpus* deste trabalho, a crítica irônica é constante, e sua composição discursivo-textual aparece de várias maneiras, seja por meio de hipérboles, paródias ou analogias, seja por meio de elogios à transparência da opção do governo.

Na crônica “Transatlânticos” (*O Globo*, 07/03/04), Veríssimo lembra a comparação entre o governo Lula e um transatlântico:

*Um transatlântico assim é sempre uma visão evocativa, e o que ele evoca acima de tudo é uma vida despreocupada, um doce se deixar levar. E um melancólico nos deixar pra trás. Foi-se o Queen Mary 2 e ficamos nós nesta província de sonhos frustrados. Lembrei também que nas primeiras explicações para o fato de o modelo econômico herdado pelo novo governo não mudar se alegava que era impossível fazer cavalo de pau com transatlântico. Uma boa imagem: não se muda a impulsão e a direção que um grande barco manteve durante doze anos de uma hora para outra. Mas já se passou um ano com o novo comando e este transatlântico não mudou um grau do seu rumo desastroso, o que dirá tentar uma manobra radical. Ninguém sabe que Brasil receberá o Queen Mary 2 quando ele voltar no próximo carnaval.*

Nessa crônica, Veríssimo relembra algumas de suas viagens de navio, nas quais fizera aniversário a bordo. Lembranças que, segundo o autor, foram suscitadas pela passagem do Queen Mary 2 pelo Rio de Janeiro, durante o carnaval de 2004. Por fim, ele relembra uma analogia entre um transatlântico e o Brasil, para tentar justificar a manutenção do modelo econômico pelo novo presidente, dito de esquerda.

O autor deixa entrever em suas palavras que concorda com tal comparação: é possível, sim, fazer uma analogia entre o Brasil, um país de dimensões continentais, e um transatlântico, um barco de dimensões monumentais. Para ele, o problema é que o transatlântico Brasil (ainda) não mudara sua direção em nem um grau de seu “rumo desastroso”. E é esta comparação que vai gerar a ironia do trecho.

Por meio da ironia, o autor justifica a inércia do governo Lula. De fato, para um transatlântico é realmente impossível uma manobra radical devido a seu tamanho. Um barco com essas dimensões comportaria, no máximo, uma pequena mudança de direção. A ironia desta comparação está no fato de que, para o autor, o transatlântico Brasil já poderia ter mudado seu rumo. Se não uma mudança radical, pelo menos “um grau do seu rumo

*desastroso*”. A comparação, portanto, demonstra a insatisfação do autor com o rumo tomado/mantido pelo transatlântico Brasil.

A crítica pode ser considerada irônica, pois o transatlântico Brasil não é um barco de fato e, portanto, poderia ter mudado seu rumo com o novo comandante/presidente que, por ser de esquerda, criou a expectativa de que mudanças radicais ou, pelo menos, grandes mudanças, ocorreriam.

Nesse exemplo, o que se vê é uma crítica à manutenção do modelo econômico promovida pelo governo Lula, pois o que se esperava dele era justamente uma mudança radical ou um “*cavalo de pau*”. Veríssimo reforça sua crítica ao finalizar, apontando para um futuro próximo que, tendo como base as atitudes incoerentes do governo Lula, não permite nenhum tipo de especulação sobre o futuro do país.

O autor faz uma analogia também na crônica “Baixas”, ao comparar a situação do Brasil com a aritmética:

*A aritmética com que a ortodoxia precisa conviver no Brasil é a da miséria renitente, da crescente emergência social nas ruas, da guerra de morte pela terra — enfim, das nossas baixas na campanha por respeitabilidade fiscal, já que a única moral que parece interessar é a moral contábil. Ninguém é insensível ao custo social da opção pela austeridade, mas aceitar a sua inevitabilidade é aderir à ética peculiar do mercado financeiro, que exclui todas as outras. Como os objetivos do modelo, em tese, são claros, a retórica com que o defendem é convincente e não há alternativa viável, ainda mais depois que a própria esquerda brasileira ao chegar ao poder declarou que não era de esquerda, a aritmética é — como decidiu a maioria do PT na sua última reunião — tolerável. O bom da aritmética é que ela é feita com números. No caso de baixas, é só esquecer que a cada número corresponde uma vida e você também pode ser um general vitorioso ou um economista neoclássico. (O Globo, 25/11/04)*

Aqui o autor usa a aritmética para se referir ao crescimento da miséria que gera um aumento significativo do número de mortes de brasileiros. Esse fato parece não interessar

ao governo, pois, segundo Veríssimo, “*a única moral que parece interessar é a moral contábil*”.

A manutenção do modelo econômico é criticada pelo autor nas afirmações “*ainda mais depois que a própria esquerda brasileira ao chegar ao poder declarou que não era de esquerda*” e “*como os objetivos do modelo, em tese, são claros (...) e não há alternativa viável*”.

Um comentário irônico finaliza o parágrafo retomando a analogia com a aritmética/números. De acordo com Veríssimo, as baixas (mortes) associadas a números permitem tanto a vitória de um general quanto a um economista ser considerado neoclássico. Está claro, entretanto, que essa não é a opinião do autor da crônica; é fácil perceber aí duas vozes: a primeira, que poderia ser atribuída a qualquer pessoa que compartilhasse das idéias de descaso do presidente para com a população (enunciador), e a segunda, a do próprio autor, Veríssimo, que, por meio de uma ironia, mostra sua posição de não apoio às atitudes do governo (locutor).

O uso da hipérbole ironiza a atitude do governo, uma vez que no enunciado é possível perceber que o autor faz uma afirmação, mas, ao mesmo tempo, deixa entrever o seu contrário. A ironia é construída, então, por meio da hipérbole que, por sua vez, se faz presente na palavra *só*, que, nesse caso, diminui o valor da vida humana, pois, de acordo com o enunciador, basta esquecer as vidas sacrificadas para se sentir vitorioso.

A partir desse trecho, pode-se afirmar com Hutcheon (2000, p. 36) que “*suas [da ironia] dimensões semântica e sintática não podem ser consideradas separadamente dos aspectos social, histórico e cultural de seus contextos de emprego e atribuição*”, ou seja, na ironia é sempre necessário considerar seu contexto para que ela alcance o efeito desejado, qual seja, criticar por meio da zombaria e/ou ridicularização de alguém ou de algo. De fato,



para que o trecho em questão seja compreendido, é necessário que o leitor possua conhecimentos sobre a política e a economia do Brasil. É preciso que tenha consciência da miséria na qual vive grande parte da população brasileira; da interminável luta pela posse de terras; e de que as baixas ocorridas em função de tal situação representam os brasileiros carentes mortos.

A ironia aqui só será possível se o leitor contribuir para tanto, dito de outra forma, se os conhecimentos do leitor forem suficientes para, por meio desse trecho, perceber o não-dito. *“O dito e o não dito coexistem para o interpretador, e cada um faz sentido em relação ao outro porque eles literalmente ‘interagem’ para criar o verdadeiro sentido irônico”* (Hutcheon, 2000, p. 30)

Mas é importante ressaltar também que a ironia pode ter (e, muitas vezes, tem) caráter ambíguo, podendo permitir várias interpretações. O leitor sempre tem a opção de concordar ou não com a posição do autor da ironia. No nosso exemplo, o autor critica o governo Lula, comparando-o com um general, vitorioso pelo grande número de baixas (mortes). Mas essa pode não ser a opinião de algum de seus leitores, que, talvez, credite essas mortes a outros fatores, e não ao modelo econômico adotado/mantido por Lula, como parece pensar Veríssimo.

A simplificação do problema em *“é só esquecer que a cada número corresponde uma vida”* é certamente a crítica mais contundente e irônica do trecho. Aqui também é possível perceber um enunciador distinto do locutor. Veríssimo faz uma afirmação, mas deixa entrever que sua opinião é contrária ao que foi dito. Em outras palavras, a ironia aparece em sua composição clássica, a contradição.

Em

*Se soubessem que o primeiro ano do governo Lula seria o melhor ano de suas vidas os banqueiros não teriam feito tudo o que fizeram para melar a sua eleição, lembra? Se soubessem que o primeiro ano do governo Lula acabaria com os banqueiros contentes, e ninguém mais, muita gente teria votado no Serra. (“A alegria dos banqueiros”, O Globo, 28/03/04)*

pode-se ver a construção de uma crítica irônica feita por meio de uma hipérbole em dois momentos.

Primeiro, quando Veríssimo fala que o primeiro ano do governo Lula foi o melhor ano da vida dos banqueiros, o que soa como um exagero, pois eleger tal ano como o melhor (ou pior) da vida de alguém é uma tarefa um tanto subjetiva. O exagero é usado provavelmente para salientar a incoerência de um governo de esquerda, do Partido dos Trabalhadores, favorecer a um grupo da elite brasileira e não à maioria da população, os economicamente desfavorecidos, que o elegeu. A hipérbole produz um sentido irônico, pois os banqueiros, classe que normalmente não apóia candidatos populares, nesse caso, na opinião do autor, foram os mais beneficiados, justamente por um governo que se auto-intitulava popular.

Segundo, quando o autor afirma que apenas os banqueiros ficaram contentes com o primeiro ano do governo Lula “*e ninguém mais*”, trata-se de um exagero que salienta a crítica do autor sobre o governo. De fato, ocorreu uma insatisfação muito grande nesse início de governo, mas generalizar, estendendo essa insatisfação a toda a população brasileira, com exceção dos banqueiros, soa como um exagero, pois, ao que parece, talvez esse “*ninguém mais*” se refira justamente a um grupo não tão pequeno da população, que incluía, além dos banqueiros, os empresários e todos os integrantes das classes mais favorecidas economicamente.

De acordo com Fontanier (*apud* GANS, 1975, p. 489),

*L'Hyperbole augmente ou diminue les choses avec excès, et les presente bien au-dessus ou bien au-dessous de ce qu'elles sont, dans la vue, non de tromper, mais d'amener à la verité même, et de fixer, par ce q'elle dit d'incroyable, ce qu'il faut réellement croire.*<sup>34</sup>

ou seja, a hipérbole aumenta ou diminui as coisas excessivamente com o intuito de conduzir à verdade.

Para que a hipérbole seja compreensível é necessário, que seja considerado não só seu ponto de vista semântico, mas também seu caráter de intenção referencial, ou seja, para Fontanier (*apud* GANS, 1975, p. 489) “*lês choses... sont*”<sup>35</sup>. Sendo assim, o valor real das palavras não está no exterior delas. O que está em destaque na definição de Fontanier é a categoria da reflexão, pois a hipérbole indica o que é realmente necessário acreditar sem dizê-lo. E para que ocorra essa retomada do enunciado literal é preciso que haja alguma reflexão, como em qualquer outra figura. A peculiaridade da hipérbole é que o sentido das palavras só é alcançado pelo leitor por meio de um julgamento sobre seu referente. Isso permite afirmar que na hipérbole não há uma transferência de sentido como nas outras figuras (metáfora, por exemplo), na verdade, sua interpretação está mais condicionada ao bom senso de seu leitor. Dito de outra forma: ela é capaz de persuadir explicitando essa intenção e sem fazer uso de qualquer oposição semântica.

A ironia nasce do exagero das afirmações aliado à incoerência das atitudes do presidente e, nesse caso, o autor zomba da situação. Quando Lula foi eleito, esperava-se dele um governo mais voltado para as classes populares, tanto que, Veríssimo nos lembra que os banqueiros tentaram “*melar*” sua eleição. A ironia está, então, na incoerência entre

---

<sup>34</sup> “A Hipérbole aumenta ou diminui as coisas com excesso, e as apresenta muito acima ou muito abaixo do que são, com o objetivo, não de enganar, mas de conduzir à própria verdade, e de fixar, pelo que diz de inacreditável, o que precisa realmente acreditar.” (Tradução livre).

o que se esperava de Lula e o que de fato aconteceu depois de sua eleição. O alvo da zombaria, em que a ironia se torna mais evidente, é o grupo de pessoas (os banqueiros) que, por um “erro” de julgamento, fez uma opção equivocada, tentando, inclusive, “melar” a eleição de Lula. Equivocada porque, se Lula acabou por favorecer os banqueiros em seu governo, seria mais coerente que o apoiassem desde o início da candidatura.

Veríssimo lança mão também da paródia para ironizar, desta vez com uma música, a não-mudança do modelo econômico que é retomada na crônica “Inconstâncias” (*O Globo*, 17/07/04), na qual o autor compara a atitude inconstante de Lula a duas situações que demonstravam instabilidade de outras personalidades: o então recente fim do casamento da modelo Luma de Oliveira com o empresário Eike Batista, que foi rapidamente substituído por um bombeiro, e a falta de fidelidade do cantor Zeca Pagodinho com relação à marca de cerveja que representava em peças publicitárias. Diz o autor, em forma de samba:

*E o Lula poderia aparecer num comercial cantando:*

*“Sim, eu fui da esquerda pura  
quando tinha a barba escura  
e era da oposição.*

*Hoje não aceito censura  
não mudar seria loucura  
na minha situação,  
meu irmão.*

*A minha barba ficou branca  
e quem manda mesmo é a banca  
portanto, atenção para a estrofe:  
não vou, como o Pagodinho,  
voltar para o outro caminho  
— continuo com o Palófi!”*

(“Inconstâncias”, *O Globo*, 17/07/04)

Nesse caso, o autor ridiculariza a pessoa do presidente Lula ao compor um samba utilizando como enunciador o próprio Lula, que admite suas inconstâncias e, na verdade,

---

<sup>35</sup> “as coisas... são.” (Tradução livre).

não exerce o poder de Presidente da República. Nesse samba “Lula” diz ainda que não pretende mudar sua posição e atuar como um presidente de esquerda, mas que vai manter sua atual posição. A zombaria surge na suposta fala do presidente, que é, na verdade, a opinião do autor da crônica sobre as atitudes do presidente naquele período. E é por meio da zombaria, feita a partir da troca de falas, que Veríssimo constrói a ironia do trecho.

Veríssimo não faz apenas críticas diretas ao governo Lula, mas também indiretas, como na crônica “Maquiagem” (*O Globo*, 14/11/04):

*Nisso tudo, louvem-se as escolhas do governo na área econômica, onde não recorreu a tinta, estuque, rouge ou blush para maquiá sua opção pelo que já havia. Neste caso, o fato é igual à intenção. E como se faz para mudar velhas mentalidades e estruturas e fazer valer a vontade de quem votou por outra coisa? Não tenho a menor idéia. Minha função aqui é só a de escolher metáforas.*

A crítica indireta pode ser exemplificada pelo uso do indeterminado “*louvem-se*”. De fato, a conotação do verbo “*louvar*” é positiva, o que faria crer que se trata de um elogio, mas a leitura do restante do enunciado mostra o contrário. Mostra que, na verdade, esse enunciado nada mais é do que mais uma crítica à incoerência das atitudes do governo.

Na expressão “*louvem-se as escolhas*” é possível perceber uma forma irônica de criticar o governo na área econômica, por meio de uma outra voz, que não a do autor do texto. Dessa forma, ele se vale de um indeterminado (“*louvem-se*”), ou seja, de uma voz que não pertence a ninguém especificamente, mas que também não lhe pertence.

Além disso, é possível perceber uma crítica às atitudes do governo Lula também na segunda parte do trecho citado. Nela o autor, depois de criticar, posiciona-se como alheio ao processo político. Talvez para se isentar de alguma culpa, pois as escolhas do presidente eleito pela população, na qual o autor da crônica se insere, não foram/são condizentes com

suas propostas eleitorais e, portanto, não foram/são condizentes com a vontade de quem o elegeu.

O que ocorre neste trecho é uma crítica à ausência de qualquer atitude de mudança. Dito de outra forma, o autor se vale de produtos de maquiagem para mostrar que, no setor econômico do governo, esses produtos foram dispensados. O que pode ser entendido como uma forma indireta, e irônica, de construir sua crítica.

Como último exemplo das críticas feitas por Veríssimo à manutenção do modelo econômico, promovida pelo governo Lula, veja-se o seguinte:

*(...) na mesma semana em que a nação se horrorizava com novas notícias de um dos mais cruéis e reincidentes efeitos da privação em que vive o país, a desumanidade do seu sistema carcerário, a mesma imprensa que denunciava o horror parecia ter se reunido e combinado exaltar como o grande, senão o único, sucesso do governo Lula, o ministro Palocci — que, com todas as suas boas intenções e qualidades pessoais, representa a continuação da política econômica responsável pela privação. O grande desafio para os grandes interessados na continuação da política do governo anterior é impedir que se faça a simples, singela, óbvia, inescapável ligação entre causa e efeito. É preciso, de todas as maneiras, evitar a conclusão de que os compromissos embutidos no modelo mantido são o que impede o investimento social que diminuiria o horror. Ou seja, a perigosa, impensável conclusão de que dois mais dois são quatro. (“Senso de proporção”, *O Globo*, 17/06/04)*

De acordo com Kerbrat-Orecchioni (1980), ironizar é antes zombar do que falar por antífrase, ou seja, para que um enunciado seja considerado irônico não é imprescindível que ele tenha sido construído a partir de uma contradição. Melhor dizendo, o sentido pretendido pelo autor deste enunciado não precisa ser baseado em uma contradição. Dessa forma, ainda segundo Kerbrat-Orecchioni (1980), pode-se afirmar que não é a estrutura semântica de dado enunciado que permitirá o reconhecimento da ironia, mas seu valor pragmático.

No trecho citado, Veríssimo apenas zomba da situação. Nesse caso, o autor ironiza o fato de a população não ser capaz de perceber “*a simples, singela, óbvia, inescapável ligação entre causa e efeito*”. Em outras palavras: para o autor, a população estava exaltando o ministro Palocci sem saber que se tratava de um legítimo representante da manutenção do modelo econômico, responsável pela “*privação em que vive o país*”, a qual, por sua vez, provoca todas as falhas no sistema carcerário brasileiro. Além disso, na mesma época em que o ministro era enaltecido como o grande sucesso do governo Lula, a precariedade do sistema carcerário estava, também, em evidência.

No entanto, o autor conclui seu enunciado com uma antífrase utilizada justamente para produzir o sentido irônico do texto. No trecho “*perigosa, impensável conclusão de que dois mais dois são quatro*”, há uma contradição entre as expressões “*impensável*” e “*dois mais dois são quatro*”, o que gera a ironia. De fato, de acordo com o senso comum, a expressão “*dois mais dois são quatro*” é utilizada para constatar a obviedade de algum fato e não que ele é “*impensável*”. Com essa contradição o autor resumiu, de forma precisa, a dificuldade que se tem de perceber o óbvio<sup>36</sup>.

Veríssimo ironiza, portanto, a falta de percepção dos brasileiros que, ao mesmo tempo que ficavam horrorizados com determinada situação, exaltavam um dos representantes da política que gerou tal situação.

### **c) A hipocrisia do governo Lula**

Outro tema recorrente nas crônicas de Veríssimo é a denominada hipocrisia do governo Lula. A hipocrisia pode ser entendida como uma dissimulação, o que, no caso de

---

<sup>36</sup> Uma outra leitura pertinente seria a possibilidade de o autor, ao criticar maus leitores, incapazes de ler o óbvio, estar tentando, assim, estimular bons leitores a entender a crítica feita.

uma pessoa pública, torna-se facilmente identificável. Sendo assim, as hipocrisias do Presidente da República são, de fato, alvos certos de críticas irônicas, pois o presidente assume discursos incoerentes com suas atitudes. Essa incoerência entre discurso e atitude é um rico material a ser explorado de forma irônica, uma vez que o comportamento esperado de um político, um homem público, que alcançou a presidência por meio do seu discurso, é, no mínimo, um comportamento coerente com o discurso que o elegeu.

Na crônica “Fogos de artifício” (*O Globo*, 17/07/04), Veríssimo, sem meias palavras, afirma que o Brasil e o governo Lula são hipócritas. O texto trata exatamente do “*holocausto de hipocrisias*” que, na opinião do autor, o Brasil vivia naquele momento. Depois de comentar a naturalidade com que se troca dinheiro por favores políticos, diz o autor:

*Como pano de fundo disto tudo, como o céu profundo atrás dos fogos, está a hipocrisia institucionalizada de um país em que o jogo é proibido e é onde mais se joga, e das maneiras mais variadas, em todo o mundo. E a da falta de uma legislação sobre financiamento de campanhas. Que pode vir, por ironia, junto com uma lei para regular os bingos. E por trás destas está a hipocrisia maior de todas essas palpitações morais sendo usadas para desestabilizar um governo que já tinha renunciado a tudo que o tornava impalatável para os donos do poder real — da pretensão a outra política econômica até a sua autodefinição como “esquerda” — e ainda assim precisa pagar pelo acinte de ter sido eleito. Já tinham exigido a história e a coerência do PT para ele poder fingir que governa. Por que poupar a ética?*

Como já dito, a hipocrisia é uma dissimulação, o que pode ser exemplificado pelo trecho citado. De fato, Veríssimo mostra-nos exatamente a incoerência entre o que o governo diz, a lei que proíbe os jogos, e o que o governo faz, o agenciamento de jogos.

Veríssimo afirma que o Brasil é o país onde mais se joga no mundo, apesar de o jogo ser proibido, ou seja, apesar de a lei proibir, o Estado é o maior agenciador de jogos no



país. O autor aponta também para a “*falta de uma legislação sobre financiamento de campanhas*”, fato sobre o qual ele nem reflete, deixando para o leitor a tarefa de inferir sua crítica. A ironia, como salienta o próprio autor, está justamente, na possibilidade de a legislação sobre financiamento de campanhas e a lei que iria regular os bingos serem aprovadas na mesma época. Isso pode ser entendido como uma crítica indireta à possibilidade de os jogos estarem financiando campanhas eleitorais, fato que reitera a crítica à hipocrisia do governo, ou seja, à incoerência entre seu discurso e sua atitude.

Mais uma vez, temos um exemplo da participação do leitor na construção da ironia. O autor não afirma diretamente, mas deixa nas entrelinhas uma comparação entre o financiamento de campanhas e os bingos. Uma hipótese é que ele esteja comparando as campanhas aos jogos, ou seja, nas campanhas também se paga pela vitória. A ironia está no não-dito que pode ser inferido pelo leitor. Nesse trecho é possível perceber o uso da litote, na qual, dizendo menos do que se poderia, faz-se entender mais, permitindo, assim, a ironia (BORGES, 1988, p. 43). Em outras palavras, Veríssimo apenas aponta a ironia da possibilidade de simultaneidade entre dois fatos “*Que pode vir [legislação sobre financiamento de campanhas], por ironia, junto com uma lei para regular os bingos*”, sem associá-los. Mas uma inferência possível é justamente a associação desses dois fatos. Sendo assim, poder-se-ia pensar que os bingos estariam financiando campanhas eleitorais.

A litote, nesse trecho, provoca ainda o aparecimento da ambigüidade, ou seja, da possibilidade de, em um mesmo enunciado, ser aceitável mais de uma interpretação. De acordo com Borges (1988, p. 53), a ambigüidade é uma característica da ironia. De fato, ao não expressar explicitamente seu ponto de vista, o autor não está sendo incoerente, apenas deixando o enunciado em aberto para que seu leitor infira sua posição conforme o contexto.

Dessa forma, o autor transgredir as normas lingüísticas com o objetivo de poder se esconder atrás de um ou outro dos valores argumentativos.

É bom lembrar que, na ironia, deve-se considerar tanto o sentido literal quanto o subentendido. Neste caso, o sentido literal do trecho em análise “*Que pode vir, por ironia, junto com uma lei para regular os bingos*” é apenas uma referência à simultaneidade das duas leis. O autor indica a ironia, mas não a explicita. E o subentendido possivelmente é a própria ironia da coincidência, qual seja, a possibilidade de duas leis, que regulam matérias tão díspares, aparecerem na mesma época. Dito de outra forma, é possível inferir neste enunciado uma aproximação entre as campanhas eleitorais e os bingos, ou seja, o fato de bingos estarem supostamente financiando de forma ilegal campanhas eleitorais.

No parágrafo seguinte, Veríssimo utiliza algumas expressões que reforçam ainda mais sua crítica à hipocrisia do governo, como “*os donos do poder real*”, para lembrar que o governo não está realmente nas mãos de Lula. O que nos remete à crônica “O eterno retorno” (*O Globo*, 11/07/04), que será analisada mais adiante, na qual Veríssimo afirma que o governo Lula é, na verdade, do PSDB, e não do PT, partido ao qual Lula pertence de fato. Essa afirmação possui uma contradição, pois, se a presidência está formalmente nas mãos do PT, não pode, portanto, pertencer ao PSDB. Essa contradição gera a ironia, uma vez que se trata de partidos com ideários políticos opostos, o que induz à crítica à manutenção do modelo econômico herdado de Fernando Henrique.

A palavra *acinte*, na expressão “*acinte de ter sido eleito*”, também está sendo usada de forma irônica. *Acinte* aqui pode ser associada à ousadia e pode ser considerada irônica, pois a eleição de Lula não foi um acontecimento acintoso. Pelo menos, não foi uma provocação. Na verdade, sua eleição foi apenas o resultado de um processo eleitoral que pode ter sido considerado acintoso pela direita, que era quem comandava o país até então.

Ainda zombando do não-governo petista, o autor afirma que o PT “*finge*” que governa. Crítica irônica, pois, se Lula foi eleito, o cargo de Presidente da República, assim como suas atribuições, deveria lhe pertencer. Parece que o nosso cronista credita a Lula apenas o cargo.

#### **d) Manutenção da submissão ao FMI**

Além da manutenção do modelo econômico herdado do governo FHC por Lula, da hipocrisia do governo Lula Veríssimo ironiza ainda a manutenção da submissão ao FMI (Fundo Monetário Internacional).

Na crônica “Esperando a neve” (*O Globo*, 25/07/04), Veríssimo conta um ataque de Israel ao Egito, no qual os egípcios, sem saber como se defender, pedem ajuda aos estrategistas russos, pois estes, devido à sua habilidade, haviam detido até o exército de Napoleão. Mas o único conselho foi “*Deixa eles virem*”. Quando os egípcios, impacientes por apenas esperar, se desesperaram, os russos explicaram: “*Quando vier a neve, eles ficarão imobilizados*”. Nessa crônica, o que provoca a ironia é a analogia feita pelo autor:

*Sempre me lembro desta história quando ouço as razões para seguir os conselhos de economistas liberais e do FMI — enfim, dos nossos estrategistas russos — sobre os apertos que temos de sofrer agora para merecer a redenção que virá com o tempo, como a neve.*

*Se a história de todos estes anos de economia de mercado e obediência ao conselho liberal na América Latina ensina alguma coisa é que a neve não vem nunca. Antes aumentou o deserto, agravou-se justamente a realidade que os conselheiros ignoram, a emergência social que transforma qualquer pedido de paciência e qualquer ortodoxia econômica, mesmo as mais bem intencionadas, numa forma de escárnio.*

*Brasileiro gosta de uma contradiçãozinha semântica. Na terra de corruptos impunes de maracutaias diárias, qual é o adjetivo mais elogioso?*

*Legal! Deve ser por isso que por aqui conseguiram transformar responsabilidade fiscal em antônimo de responsabilidade social. É o que dá confiar em estrategistas russos.*

A analogia entre os dois fatos produz a ironia na medida em que se trata de duas situações de difícil solução: o ataque israelense ao Egito e o aperto econômico em que vive a população brasileira, sempre à espera de uma solução que nunca acontece. A diferença entre as duas histórias é que, no caso do Brasil, para Veríssimo, a neve não vem nunca, ou seja, seguimos os conselhos do FMI e dos economistas liberais, pensando numa possível redenção e ela não vem.

Trata-se de uma analogia irônica, pois tanto os egípcios quanto os brasileiros estão à espera da neve. Mas o Brasil é um país tropical onde não há neve, ou seja, a neve/redenção nunca chegará. Dessa forma, pode-se inferir uma zombaria aos brasileiros por esperarem por algo que não existe, o que pode ser confirmado pelo emprego da expressão “*antes aumentou o deserto*”, que caracteriza exatamente esta espera pelo inalcançável<sup>37</sup>.

Já na crônica “No cartório (do baú)” (*O Globo*, 22/01/04), Veríssimo critica essa submissão ao FMI por meio de uma piada. Um casal vai ao cartório para registrar o filho, mas encontra certa dificuldade devido ao nome escolhido, “*Novesfora*”. Depois de uma breve discussão sobre nomes diferentes, acontece o seguinte desfecho:

- *Bom, mas “Novesfora” não pode não. Tem que ser outro.*
- *O que cê acha, Vadico?*
- *Por que não faz como a sua mãe? Põe o nome de quem manda no Brasil.*
- *Sei não. Se a moça não deixa botar “Novesfora”, vai deixar “Efemi”?*

---

<sup>37</sup> Esta expressão pode ser entendida como uma referência ao clima brasileiro, geralmente de temperatura elevada, em que o mais provável seria o aumento do deserto e não a chegada da neve.

Nesse caso, a ironia não é construída por meio de nenhuma antífrase ou hipérbole, apenas uma zombaria ao fato de que, à época da publicação da crônica, o Brasil era “comandado” pelo FMI. Esse é mais um exemplo de “*ironie situationnelle*”<sup>38</sup> (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980, p. 119), ou seja, o autor ironiza alguma situação apenas por verbalizá-la. Nem mesmo um deslocamento semântico é percebido nesse enunciado.

Dessa forma, pode-se afirmar que, no exemplo mencionado, o enunciado final “*Se a moça não deixa botar ‘Novesfora’, vai deixar ‘Efemi’?*” apenas relata quem, na opinião da mãe do menino, na verdade, manda no Brasil, ou seja, o FMI. O enunciado pode ser considerado irônico, pois esse papel, de mandar no Brasil, deveria ser desempenhado pelo Presidente da República e não por um órgão internacional. E essa inversão ocorre devido à dívida crônica que o Brasil possui com o FMI.

#### **e) O ilógico político brasileiro**

A constatação de que no Brasil as posições políticas são indefinidas é também alvo das críticas de Veríssimo. De fato, é difícil definir a posição política tanto dos partidos quanto dos políticos brasileiros. E essa indefinição ficou ainda mais evidente depois que Lula, do PT, partido dito de esquerda, chegou à presidência e optou por um governo de direita.

Veríssimo ironiza essa rápida adaptação de Lula ao modelo que vigorava, quando de sua eleição, na crônica “Cooptação” (*O Globo*, 05/12/04), título que é a própria designação de tal fenômeno:

---

<sup>38</sup> “Ironia situacional.” (Tradução livre).

*Na política brasileira, toda novidade é cooptada pelo “centrão”, aquela zona difusa e meio pantanosa onde mora a “Governabilidade”, como uma serpente mítica. E como — seguindo outra tradição do Brasil, segundo a qual as coisas nunca estão no seu devido lugar — o “centrão” não fica no centro, mas na direita, são raras as novidades políticas que sobrevivem intactas ao seu encontro com a serpente. O “centrão” brasileiro não representa o bom senso, o consenso possível ou o simplesmente razoável, representa interesses petrificados, representa o que não quer mudar. Ou só quer o diferente que pode cooptar até que desapareça.*

Nesse trecho, há uma crítica a um desvio de uma norma de organização política, de acordo com a qual a *direita* representa a situação, ou seja, o partido que está no comando e seus aliados; a *esquerda* representa a oposição à situação; e o *centro*, o bom senso, um meio termo entre a direita e a esquerda. O autor zomba, assim, da ausência da norma, o que implica na falta de definição política no Brasil.

Denominar o “centrão” como “*serpente mítica*” é uma forma irônica de dizer que o bom senso da política brasileira não existe, é um mito.

De acordo com Duarte (1994, p. 67),

*a ironia valoriza, portanto, o autor, cuja autoridade pretende-se reconhecida porque supostamente relaciona-se com a verdade, servindo assim à ratificação ou ao estabelecimento de valores e, portanto, ao reforço das ideologias,*

o que pode ser confirmado com o trecho em questão, pois nele o discurso gira em torno do ironista. De fato, a formulação do ironista representa uma *verdade*, o que favorece uma valorização do autor.

Este trecho nos permite realçar outra característica da ironia: sua capacidade de expressar muito além do que está escrito (ou dito). Por meio do trecho em análise, é possível fazer uma inferência sobre a política brasileira, qual seja, que no Brasil não se governa sem o “centrão” que, para o autor, representa a direita. Pode-se dizer, então, que,

neste caso, a crítica irônica é direcionada ao presidente Lula, que, mesmo sendo de esquerda, governa o país com forte influência da direita, da “*governabilidade*”, para usar uma expressão de Veríssimo.

“*O dito irônico, portanto, ataca e ao mesmo tempo procura reforços*” (DUARTE, 1994:59), ou seja, com o dito irônico o autor procura o apoio de seus leitores à sua crítica. Ele busca essa cumplicidade com o leitor, pois sabe que será entendido e apoiado em suas colocações.

Além de criticar a falta de “personalidade” do “*centrão*”, Veríssimo ataca também os políticos e sua infidelidade partidária, sendo os alvos escolhidos ninguém menos que o ex-presidente, Fernando Henrique Cardoso, e o atual, Luis Inácio Lula da Silva.

É público e notório que a maioria dos políticos brasileiros migra de um partido para outro com uma frequência que desperta o interesse de quem costuma acompanhar os fatos políticos nacionais. É, no mínimo, curiosa tal infidelidade.

Na crônica “O eterno retorno” (*O Globo*, 11/07/04), por exemplo, o autor zomba dos dois últimos governos brasileiros, FHC e Lula, por não terem sido governos característicos de seus partidos, PSDB e PT, respectivamente:

*Se há muitos anos alguém lhe dissesse que Fernando Henrique Cardoso seria o presidente do Brasil, você teria todo o direito de se entusiasmar, ou dizer “Quem nos dera”. Seria um sinal de maturidade política: uma esquerda com boa cara e sensata, uma opção social-democrata com respeitabilidade acadêmica, finalmente a geração da resistência à ditadura no poder com o que tinha de melhor. Quem poderia imaginar que seu governo seria do PFL?*

*Se há muitos anos alguém lhe dissesse que o Lula seria o presidente do Brasil, você teria todo o direito de se entusiasmar, ou dizer “Só acredito vendo”. Seria um sinal de que acabava o preconceito político, que um homem do povo com um claro ideário de esquerda, da geração da resistência à ditadura militar e à social-democracia comprometida, chegava ao poder com o que tinha de mais representativo. Como poderia imaginar que o seu governo seria do PSDB?*

Nesse caso, a ironia nasce de um contraste entre a realidade e a aparência, deixando entrever o ponto de vista do ironista em relação ao fato.

Pode-se dizer que Veríssimo, nesse trecho, faz uma crítica à incoerência dos políticos brasileiros, tomando como exemplo os dois últimos presidentes do país. A crítica é a mesma nos dois casos, tanto Lula quanto FHC permitiram que outros partidos “governassem” por eles.

Veríssimo constrói sua crítica mostrando que, no caso de Lula, por exemplo, a realidade é completamente diferente da aparência. Em outras palavras, a imagem que o candidato Lula vendeu (não só na última eleição como também nas outras vezes em que disputou as eleições) durante a campanha presidencial não corresponde à atuação do presidente. A questão proposta “*Como poderia imaginar que o seu governo seria do PSDB?*” remete-nos diretamente à incoerência do político brasileiro. Não há outro termo para caracterizar um político dito de esquerda que, ao chegar à presidência, rompe com todo o ideário político de seu partido, o PT, e adota um modelo de governo de direita, do PSDB.

Curioso notar também que Veríssimo, ao descrever o que se poderia esperar dos dois governos, o faz de maneira semelhante nos dois casos. FHC na presidência “*seria um sinal de madureza política*”; Lula na presidência “*seria o sinal de que acabava o preconceito político*”. Os dois casos representariam a maturidade política do eleitorado. FHC seria “*uma esquerda com boa cara e sensata*”; Lula, “*um homem do povo com um claro ideário de esquerda*”, ou seja, ambos presidentes de esquerda, o que poderia significar governos populares. Tanto Lula quanto FHC representariam a geração da resistência à ditadura militar, finalmente no poder, sendo que FHC era o que essa geração



“*tinha de melhor*” e Lula, “*o que tinha de mais representativo*”. Para um leitor atento aos acontecimentos políticos no Brasil essa semelhança apontada por Veríssimo é, obviamente, uma crítica irônica à atuação dos dois presidentes. De fato, nem Lula nem FHC corresponderam às expectativas provocadas por sua imagem associada à esquerda brasileira. Nos dois casos, a chegada à Presidência promoveu uma mudança, no mínimo, incoerente com suas ideologias. Ironia que só será percebida pelo leitor que compartilha com o autor os conhecimentos necessários para sua interpretação, o que mostra a importância dos conhecimentos prévios do leitor na produção de sentido irônico de determinado enunciado.

Outro aspecto, não menos importante, a ser observado é que as expressões utilizadas por Veríssimo para descrever FHC caracterizam, de fato, o PFL, e também, as expressões utilizadas para descrever Lula caracterizam, de fato, o PSDB. Sendo assim, de acordo com a argumentação montada pelo autor, se PT, então PSDB, e se PSDB, então PFL, logo, se PT, então PFL, o que pode ser entendido como mais uma forma de mostrar as semelhanças entre FHC e Lula. Aproximação que gera uma ironia, pois se trata de políticos que defendem posições opostas.

Outra crítica, ainda no gênero infidelidades partidárias, é relativa às alianças heterogêneas feitas pelo PT durante o ano de 2004. Na crônica “Estrumufar” (*O Globo*, 06/07/04), Veríssimo apresenta-nos um novo produto lançado no mercado, a “*estrumufadeira*”. Um produto que “*uma intensa campanha publicitária convenceu muita gente que deveria ter*”, mas ninguém sabia ao certo o que essa máquina fazia.

As alianças políticas que o PT fez nessa época têm sua função comparada à da “*estrumufadeira*”:

*Alianças políticas como a que o PT está fazendo para ter uma maioria segura no Congresso e aprovar o que quiser podem levar a um paradoxo delicado, parecido com o da estrumufadeira. Presume-se que alguns projetos que o governo, se ainda não se peessedebelizou por completo, queira ver aprovados pela sua maioria no Congresso sejam minimamente “de esquerda” (por exemplo, algo inédito em matéria de tributação para finalmente começar a desconcentrar riqueza no Brasil, ou não foi pra isso que se votou no PT?). Mas a condição para alianças heterogêneas funcionarem é jamais serem desafiadas as ortodoxias que as unem, e alguém imagina o novo centrão aprovando mudanças radicais na taxaço de grandes fortunas e etc.? Alianças de desiguais só sobrevivem da renúncia mútua e o PT tem mais a renunciar do que o PMDB e os outros. Alianças como estas só são viáveis se não adiantarem. (“Estrumufar”, O Globo, 06/07/04)*

Segundo Borges (1988), a situação do ironista que produz seus textos por meio da escrita, ao contrário do que o faz oralmente, é muito delicada. Ele precisa passar o tom irônico utilizando apenas a palavra. Dessa forma, é necessário que escolha elementos suscetíveis de provocar a ironia, e esta é uma apropriação inconsciente e praticamente automática.

Nesse caso, o ironista optou por uma analogia entre as alianças heterogêneas do PT e a “*estrumufadeira*”, coisas que, segundo ele, ninguém sabe para que servem. Dizer que uma aliança política não tem função determinada é uma forma de ironizar a escolha do PT. Sabe-se que as alianças políticas são feitas para que os partidos aumentem sua força no Congresso e, conseqüentemente, possam aprovar os projetos que lhes interessem. E, nesse caso, a aliança, para o autor, não teria função, talvez por se tratar de partidos com ideologias opostas, PT e PMDB. Fato que, na opinião do autor, obrigaria o PT a renunciar mais, uma vez que o PMDB e os outros pouco ou nada têm para renunciar. Mais uma vez, o autor constrói sua ironia tendo por base o não-dito. De fato, Veríssimo não afirma que o PMDB pouco ou nada tem para renunciar, mas essa inferência pode ser feita a partir do que é dito, “*o PT tem mais a renunciar do que o PMDB e os outros.*”

Veríssimo parte do pressuposto de que os projetos propostos pelo governo devam ser “*minimamente ‘de esquerda’ (por exemplo, algo inédito em matéria de tributação para finalmente começar a desconcentrar riqueza no Brasil, ou não foi pra isso que se votou no PT?)*”. Vale ressaltar que a proposta de desconcentrar riqueza no Brasil é algo que o PT tem a perder com essas alianças heterogêneas. No entanto, o partido, depois que se tornou governo, tem se mostrado cada vez menos de esquerda. E o que confirma isso são, justamente, as alianças heterogêneas criticadas por Veríssimo.

Então, se tais alianças obrigaram o PT a renunciar ao que seria sua proposição fundamental, como esperar a aprovação de projetos, mesmo que “*minimamente ‘de esquerda’*”? Cremos que esta é a maior crítica feita pelo autor neste trecho.

A analogia com a “*estrumufadeira*” produz a ironia se pensarmos na incoerência entre a ideologia de esquerda que levou o PT à presidência e sua atuação de fato. Uma vez governo, o PT tornou-se praticamente um partido de direita (PSDB?), manteve o modelo econômico vigente quando de sua eleição e não promoveu a tão esperada desconcentração de riqueza no Brasil.

Além disso, é possível pensar também no neologismo “*estrumufadeira*” como proveniente de *estrume*. Nesse caso, a criação de uma nova palavra seria uma estratégia lingüística utilizada na construção da ironia. De fato, associar a junção de partidos políticos a uma máquina cujo nome remete a estrume é fazer uma crítica aos efeitos que essa junção poderia produzir.

É certo que o Presidente da República recebe especial atenção do cronista Luis Fernando Veríssimo. No entanto, pode-se dizer também que alguns políticos brasileiros também mereceram referência em suas crônicas. Talvez por ironia, trata-se de dois políticos que já almejavam a cadeira da presidência, sem nunca alcançá-la.

Leonel Brizola, por exemplo, é lembrado justamente por isso:

*Tudo em Getúlio era contraditório, não apenas porque o seu estado natal é contraditório e o seu país é maluco. Era um caudilho sem estampa: no físico era mesmo um anticaudilho, mais na linha de um Franco do que de qualquer imagem idealizada da espécie. Que, pensando bem, nenhum caudilho brasileiro representava exatamente, fora da ficção. Oswaldo Aranha tinha mais o físico para o papel do que o baixinho. Também faz parte das peculiaridades nacionais essa pouca fisicalidade, se é que existe a palavra, dos nossos líderes. O esmirrado Prestes, por exemplo. Brizola foi uma exceção. Um exemplo de quem tinha o físico, mas nunca chegou a ter o papel, pelo menos o que queria. (“Um gaúcho paradoxal”, O Globo, 26/08/04)*

Nesta crônica, Veríssimo comenta o *paradoxo Getúlio*, para ele “*tudo em Getúlio era contraditório*”. Para demonstrar essa contradição, enumera algumas de suas características, dentre elas, sua “*pouca fisicalidade*”.

O autor elabora sua ironia ao comparar grandes líderes brasileiros, Getúlio e Prestes, que não eram homens fisicamente grandes, com Brizola que, apesar de o ser, “*nunca chegou a ter o papel*”, ou seja, nunca alcançou a Presidência da República, como os outros. A ironia é construída com base nessa contraposição entre o físico e o papel. De modo geral, associa-se o homem fisicamente grande à força, à firmeza, características que poderiam contribuir para a ascensão à Presidência da República, o que, de fato, não acontece, como nos mostra Veríssimo.

Parece-nos que essa crítica é uma zombaria ao insucesso de Brizola, o político que tinha o físico, mas nunca se elegeu presidente. Zombaria da situação, pois a característica que Veríssimo aponta em Brizola como característica de um líder, na verdade, não o é. Ou um candidato chegaria ao cargo de presidente devido ao seu físico?

Na já citada crônica “O eterno retorno” (*O Globo*, 11/07/04) é a vez de Maluf ser lembrado:

*Mas quem escolher um ponto imóvel da política brasileira e esperar, cedo ou tarde verá de tudo acontecer à sua volta. Principalmente o Maluf passar várias vezes. (...)*

*Mas confesso que vejo com alguma esperança esse eterno retorno do Maluf, que se for bem na eleição de São Paulo pode muito bem ser imaginado para a Presidência do Brasil. E quem nos assegura que, se o Fernando Henrique era o PFL insuspeitado e o Lula o PMDB inconcebível, Maluf não será, no poder, a esquerda disfarçada que a gente tanto esperava? Pela nossa lógica, parece lógico.*

Aqui ocorre também uma zombaria, sendo que o alvo agora é a carreira política de Maluf. Mais especificamente, a irregularidade dessa carreira. A ironia aparece no verbo “*passar*”, do qual pode-se apreender a efemeridade dos altos e baixos vividos por Maluf. Talvez Veríssimo se refira ao fato de que Maluf não possui uma carreira sólida, consistente, mas, sim, repleta de quedas seguidas de retornos. Por isso, o título da crônica, “O eterno retorno”, numa alusão às constantes idas e vindas de Maluf.

Na segunda parte do trecho em questão, Veríssimo continua zombando, ironizando Maluf. Mas desta vez ele tem companhias ilustres que, nem por isso, deixam de ser criticadas também. Aqui, mais uma vez, o autor menciona o fato de os nossos dois últimos presidentes não terem sido coerentes com a ideologia de seus partidos. De acordo com o autor, seguindo esse raciocínio, Maluf poderia ser “*a esquerda disfarçada que a gente tanto esperava*”. Creio que a ironia é construída por meio da simples zombaria, pois, essa afirmação implica que um dos ícones da impunidade brasileira, Paulo Maluf, poderia finalmente significar a esquerda de fato no poder (quem sabe pelo PT?). Tão absurdo que o próprio autor explica no final de sua crônica “*Pela nossa lógica, parece lógico*”, ou seja, seguindo a lógica de presidentes não atuarem de acordo com a ideologia de seus partidos, é aceitável pensar em Maluf atuando como um presidente *de esquerda*.

É importante ressaltar que se trata de crônica anterior (11/07/04) ao processo de prisão de Maluf e seu filho, ocorrido em 2005.

#### **f) Piadas infelizes**

A maneira de o presidente Lula se expressar verbalmente também foi amplamente comentada na mídia. As “pérolas” produzidas por ele, em função de sua espontaneidade, geraram muitas críticas, e não foi diferente com Luis Fernando Veríssimo:

*O Fernando Henrique sobreviveu aos seus improvisos porque nunca se identificou neles mais do que um deslize, lamentável ou apenas incongruente, tratando-se de um homem “preparado”. No caso de Lula parece haver a preocupação de enfatizar seu despreparo, na espreita da piada tão infeliz, tão infeliz que acabe numa crise política ou institucional. Agora, que poderia pensar duas vezes, ou três, ou quatro, antes de fazer a piada, poderia. (“Piadas infelizes”, O Globo, 22/08/04).*

A crônica em questão é desenvolvida em torno do tema piadas infelizes feitas por presidentes. Veríssimo começa lembrando alguns deslizes verbais de Fernando Henrique Cardoso, como o memorável “*esqueçam tudo o que eu escrevi*” para, na seqüência, afirmar que presidentes não devem improvisar e, ainda, que “*nunca é demais enfatizar a importância (...) da espontaneidade bem ensaiada*”.

Depois Veríssimo faz uma comparação entre FHC e Lula, sendo que este último, na opinião do autor, é imbatível “*na modalidade piada infeliz sem barreiras*”. Pode-se dizer que a ironia começa a ser construída com a utilização desta expressão. De fato, associar as “pérolas” presidenciais a uma corrida, “*piada infeliz sem barreiras*”, gera uma ironia na medida em que remete à idéia de competição, para a qual são necessários preparação e

treinos. É possível que nosso cronista tivesse por objetivo fazer com que seu leitor conclua que os presidentes em questão treinem para produzir essas “pérolas”.

No trecho selecionado, ocorre uma hipérbole quando o autor afirma que uma piada muito infeliz pode gerar uma crise política ou institucional, o que é, sem dúvida, um exagero. E é justamente nesse exagero que se pode perceber a presença de uma crítica irônica ao comportamento verbal de Lula. Veríssimo zomba do presidente ao apontar-lhe uma falha que, naquela época, agosto de 2004, estava em evidência e, por isso, era assunto constante em jornais, revistas e conversas informais também.

O enunciado final do trecho em questão, *“Agora, que poderia pensar duas vezes, ou três, ou quatro, antes de fazer a piada, poderia”*, também pode ser considerado uma construção hiperbólica com sentido irônico. É senso comum que se deve pensar antes de falar, para que não se digam besteiras. Com isso, pode-se perceber o exagero da sugestão para o Lula *“pensar duas vezes, ou três, ou quatro”*, já que, no seu caso, uma vez não o imuniza das besteiras.

#### **g) O Partido dos Trabalhadores**

Normalmente, no Brasil, os partidos políticos que chegam ao poder, em qualquer esfera, são muito criticados. E não é diferente com o Partido dos Trabalhadores (PT) que, depois de algumas tentativas frustradas, alcançou a Presidência da República.

Na crônica “O fim de um certo sorriso” (*O Globo*, 04/11/04), Veríssimo comenta justamente a ascensão do PT:

*“Não faz muito, dizer que você simpatizava com o PT provocava um certo sorriso. Dependendo de quem, ou do quê, você era, o sorriso poderia*

*significar surpresa (“E o PT existe?!”), irritação polida (“Ih, outro burguês com culpa...”), condescendência (“Eu também me preocupo com os humildes”) ou pena (“Quanta ingenuidade”). “Ser PT” sem ter qualquer razão lógica, de classe, para isso era visto como um capricho intelectual, um jeito de ser corretamente “de esquerda” sem o risco de ter que provar isso, já que o PT era uma miragem política. Algumas eleições depois muitas coisas mudaram no Brasil, mas a maior mudança de todas foi o fim daquele certo sorriso. A miragem não era miragem, o PT cresceu, chegou ao poder federal, teve mais votos do que qualquer outro partido nas últimas eleições municipais, e aos poucos o sorriso de incredulidade e tolerância foi desaparecendo. Em muitos casos, substituído por um esgar de raiva.*

*(...)*

*E quanto mais cresce e muda o PT mais amplo e variado fica — sem falar no PT transvestido de PSDB que mora em Brasília. Hoje, quando você diz que simpatiza com o PT, ouve a pergunta: “Qual deles?” Mas pelo menos ninguém mais está sorrindo.*

Mais uma vez, é possível perceber a relação que o autor estabelece com o poder ou, ao menos, com o desejo de poder. De acordo com Duarte (1994), a ironia valoriza o autor “*cuja autoridade pretende-se reconhecida*” (1994, p. 66-67), ou seja, a ironia permite ao autor um julgamento do que ou de quem é seu alvo.

No trecho em destaque, o autor avalia o que significa “*Ser PT*” antes e depois das eleições municipais de 2004. Nessa época, para Veríssimo, o conceito de “*Ser PT*” mudou, uma vez que o partido deixou de ser apenas uma “*miragem política*” para se tornar um partido com grande representatividade na esfera municipal.

Para Veríssimo, antes das eleições de 2004, “*ser PT provocava um certo sorriso*” que ele exemplifica por meio da polifonia. Ele mostra reações possíveis à afirmação de alguém “*Ser PT*” utilizando frases que supostamente não lhe pertencem, o que é marcado principalmente pelo uso das aspas. Assim, o autor profere um enunciado sem, no entanto, se responsabilizar por ele. Dito de outra forma: o autor aqui é o locutor, ser empírico que profere o enunciado, mas o enunciador é uma outra voz inserida em seu discurso e que não é identificada, a voz realmente responsável pelo que está sendo dito.



É possível perceber a presença da ironia principalmente na resposta à surpresa pelo fato de alguém afirmar que é PT, “*E o PT existe?!*”. De fato, essa reação ironiza, na verdade, a importância do PT, que, até assumir a Presidência, nunca foi um partido com a maioria das prefeituras. Pode-se falar então em “*ironie situationnelle*”<sup>39</sup> (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980, p. 119). O partido “de esquerda”, que apesar de fazer oposição dura à direita, de ter uma história de cerca de 20 anos, antes era visto apenas como uma “*miragem política*”, ou seja, “não existia” de fato. Mas essa não existência do PT é, claro, irônica. Trata-se de seu baixo desempenho nas urnas. Uma vez que o PT não alcançava os cargos políticos almejados, era como se não existisse, ou seja, não lhe era creditada importância. Fato que mudou depois que o PT chegou à Presidência, e que Veríssimo ironiza em sua crônica.

Pode-se falar em ironia de situação porque justamente o partido que não tinha crédito, que era apenas uma “*miragem política*”, não só alcançou a Presidência do país, como também, e justamente por isso, arrebatou a maioria dos votos nas eleições municipais, o que lhe garantiu um número expressivo de prefeituras. Além disso, a escolha lexical para caracterizar a “inexistência” do PT, “*miragem*”, também contribui para a construção da ironia. *Miragem* é algo que parece ser muito bom, mas que não é real. Sendo assim, o PT seria um partido muito bom, mas não-real, uma vez que, até então, não havia ocupado o maior cargo político do país.

Na primeira parte do trecho em análise, Veríssimo critica a pouca credibilidade dada ao PT, mostrando a ascensão do partido. Isso pode ser entendido como um elogio ao PT, pois este deixou de ser apenas o partido que critica para finalmente ter a chance de mostrar, na prática, suas virtudes.

---

<sup>39</sup> “ironia situacional”. (Tradução livre).

No entanto, na segunda parte do trecho, Veríssimo faz também uma crítica irônica ao comportamento do PT pós-crescimento político, quando afirma “*sem falar no PT transvestido de PSDB que mora em Brasília*”, para apontar, mais uma vez, a falta de coerência deste partido. Aqui o autor ironiza o fato de que, depois de chegar à Presidência, o PT se transformou em outro partido ou, mais precisamente, adotou a postura de um partido de direita, o que pode ser exemplificado pelo uso da expressão “*PT transvestido de PSDB*”. Nesse caso, a escolha lexical é fundamental na construção da ironia. Transvestir-se é mudar a própria natureza, ou seja, tratando-se de partidos políticos, representar o que não é, fato que ocorreu com o PT porque passou a morar em Brasília. Em outras palavras, Veríssimo ironiza aqui justamente essa mudança que ocorreu no PT pelo fato de ter assumido a Presidência da República, ou seja, ter mudado de domicílio. O autor ironiza, então, a variedade de posição dos membros do PT, variedade que vem sendo muito criticada inclusive por muitos petistas.

Na crônica “*Eta nós*” (*O Globo*, 15/01/04), o autor ironiza o fato de o PT não ter se mostrado tão incompetente na Presidência quanto anunciara a direita brasileira:

*Muitos do PT devem estar vendo toda essa euforia com o Brasil no mundo do dinheiro endógeno — o que só se acasala e procria com sua própria espécie e não produz para mais ninguém — e se perguntando: onde foi que erramos? É o sucesso errado com o público errado. Com o público que a esta altura deveria estar nos vaiando e nos chamando de moleques, não comprando nossos títulos internacionais pelo preço de capa e nos amando.*

*Outros do PT, ou do governo, que fica cada vez mais heterogêneo (eufemismo educado) estão se sentindo desagradados. Não diziam que íamos agir como irresponsáveis? Pois aí está, semo gente séria e confiável e o mercado gosta de nós mais do que gostava dos outros. Mas no fim a euforia do mercado não é confiança na economia brasileira e na seriedade do governo ou simpatia gratuita, é alívio porque o cassino não fechou. O cassino não virou creche nem igreja evangélica. Continua funcionando e pagando os*

*prêmios mais altos do mundo com o mesmo risco mínimo. Só com nova direção.*

Neste trecho, Veríssimo novamente critica o Partido dos Trabalhadores, mas, desta vez, divide sua crítica em dois momentos para atingir dois grupos distintos dentro do PT.

No primeiro momento, Veríssimo aponta sua caneta na direção dos dissidentes do PT. A ala mais radical do partido que, por não concordar com as posições adotadas por Lula, acabou por romper com o governo. O autor zomba justamente desse radicalismo que não aceitou o então sucesso do partido e rompeu com ele. A zombaria pode ser vista, por exemplo, no uso da expressão “*sucesso errado*”. De fato, a palavra *sucesso* tem uma conotação positiva, de reconhecimento, de popularidade, o que provoca uma ironia quando é empregada ao lado da palavra *errado*. Aqui também, a união dessas duas palavras produz uma contradição: *sucesso* [+ positivo] ao lado de *errado* [- positivo].

Trata-se de uma expressão irônica, pois todo representante da população, e o partido que representa, busca seu apoio, quer ter *sucesso* com a população, almeja popularidade. No entanto, a ala mais radical do PT, por não concordar com o “endireitamento” de Lula, não gostou e, portanto, rejeitou essa popularidade, esse *sucesso*. Por isso a expressão, “*sucesso errado*”.

No segundo momento, o autor ironiza os *outros do PT* por meio do enunciado “*Não diziam que íamos agir como irresponsáveis? Pois aí está, semo gente séria e confiável e o mercado gosta de nós mais do que gostava dos outros*”, que por ter sido construído na terceira pessoa do plural é supostamente creditado aos petistas que estão no governo. Supostamente, pois Veríssimo coloca na boca dos petistas uma fala que contém alguns desvios da norma culta da língua. Desvios exagerados que caracterizariam, por exemplo, a fala do presidente Lula. Na verdade, está claro que esse enunciado nunca foi proferido por

ninguém e é apenas uma forma de zombar dos opositores do PT, como aqueles que não acreditaram que esse partido poderia ir tão longe.

Além disso, os parênteses usados para explicar o termo *heterogêneo*, por si sós já constituem uma ironia em relação à divisão interna do PT. De fato, afirmar que um partido é heterogêneo *a priori* não é uma crítica. Ao contrário, a heterogeneidade muitas vezes pode ser vista de forma positiva. Mas afirmar que essa heterogeneidade levou à divisão do partido e que, desta divisão, surgiu, um novo partido com idéias diametralmente opostas às do PT original, induz à percepção de uma crítica irônica a esta “heterogeneidade”. Na verdade, o que aconteceu se deve a uma incompatibilidade ideológica entre dois grupos dentro do partido.

E ainda, o autor faz também uma crítica irônica (mais uma) à inércia do governo Lula. Ao afirmar que o cassino “*continua funcionando (...) com o mesmo risco mínimo. Só com nova direção*”, não está dito no enunciado, mas está implícito que o governo Lula não promoveu nenhuma mudança significativa em seu governo. Assim, jogando com o dito e o não-dito, Veríssimo ironiza mais uma vez a (não) atuação do governo Lula.

Já na crônica “Reversão” (*O Globo*, 04/04/04),

*E o PT no governo? Falam que o Lula mudou, que era um na campanha e é outro na Presidência, que o PT virou PSDB e corre atrás do FMI para pagar mais do que o FMI pede etc., e ninguém desconfia que a simples inconstância humana não pode ser a responsável por isto? Que explicar o comportamento do PT no governo pelo acaso ou a falta de convicção é o mesmo que acreditar que o furacão deu em Santa Catarina porque perdeu o caminho?*

é possível perceber a polifonia, pois o autor se isenta de qualquer responsabilidade pelo que foi dito ao iniciar o enunciado com “*falam*”, ou seja, não é ele quem fala, mas alguém.

Nesse caso, o enunciador é indeterminado e o locutor, por isso, não se responsabiliza pelo que diz. Aqui Veríssimo apenas aponta os desvios de conduta de Lula e do PT, pois tanto um quanto o outro mudou de comportamento ao chegar à Presidência. A ironia surge, pois um partido de esquerda, que tentou várias vezes chegar à Presidência com uma proposta de esquerda, quando a conquistou, passou a atuar como se fosse de direita, a forma de atuação mais criticada pelo PT e pelo próprio Lula. Mais uma vez, a ironia está na incoerência das atitudes do presidente Lula e de seu partido, salientada por Veríssimo, o que pode ser demonstrado pelo uso da expressão o “*PT virou PSDB*”, que ironiza a mudança no comportamento do PT. É irônico porque o PT adotou justamente a postura que mais criticou quando era oposição. Além desta, podemos destacar também a expressão “*corre atrás do FMI para pagar mais do que o FMI pede*”, na qual é possível perceber uma crítica à subserviência do PT ao FMI, ou seja, à manutenção do modelo econômico herdado do governo FHC.

Na crônica “Um gaúcho paradoxal” (*O Globo*, 26/08/04), a ironia é composta pela contradição argumentativa proposta por Berrendonner (1987):

*E o ilógico político brasileiro continua. Está presente no curioso governo Lula, que decepcionou todo mundo, a direita que esperava o pior e a esquerda que esperava o melhor, e por isso é um sucesso.*

Neste trecho é possível perceber uma contradição, pois o autor aponta para uma direção, a decepção geral que o governo Lula causou, mas, por meio de uma manobra locutória, segue um caminho diferente do apontado, o sucesso do governo Lula. A ironia surge, então, dessa contradição decepção/sucesso.

Faz-se necessário ressaltar, mais uma vez, que o termo contradição aqui é utilizado no sentido de valor argumentativo inverso.

#### **h) Lembranças históricas**

No dia primeiro do abril de 2004, Veríssimo publica uma crônica na qual faz uma comparação entre o primeiro de abril de 1964 e o de quarenta anos depois:

*Cito os bondes para não citar outros marcos da distância que nos separa daquele primeiro de abril de 1964. O fato incrível de que tínhamos todos 40 anos menos, por exemplo. A TV era em preto-e-branco e a política da época, de um certo modo, também. Havia a esquerda e havia a direita e as duas se demonizavam mutuamente. A Terra estava dividida entre o Mundo Livre e o mundo comunista num permanente limiar de guerra, e a nitidez da distinção determinava o que nos acontecia aqui no quintal. Não foi um tempo de muitas nuances. Para a América Latina não ser dos demônios da esquerda mobilizaram-se os demônios da direita e começou a era dos generais. Estas partes do Mundo Livre ficaram com a liberdade em moratória. No Brasil, a moratória duraria 20 anos. (“40 anos”, O Globo, 01/04/04)*

Por meio desta comparação entre as épocas, o autor critica ironicamente dois fatos da política brasileira, e critica sem mencionar tais fatos, ou seja, constrói, mais uma vez, sua ironia por meio do jogo entre o dito e o não-dito.

A primeira crítica é sobre o fato de hoje não haver uma distinção clara entre direita e esquerda no Brasil. Mas isso não é explicitado no texto. Na verdade, trata-se de um não-dito que salta aos olhos quando da leitura da crônica. De fato, quando se lê que quarenta anos atrás a TV e a política eram preto-e-branco, ou seja, havia uma distinção clara entre os que apoiavam o governo e os que faziam oposição ao governo, é possível perceber, de acordo com o contexto político atual, uma crítica irônica à difícil distinção entre direita e

esquerda na política brasileira contemporânea. Pode-se dizer então que, neste caso, a ironia nasce do conhecimento prévio acerca da política atual (contexto) que não está explícito no enunciado em análise.

O segundo fato criticado é a instituição da ditadura militar, “*começou a era dos generais*”, que tinha por objetivo impedir que a América Latina se tornasse comunista. A ironia está no fato de que o Brasil recusou o comunismo, aderiu à ditadura militar e acabou por ficar com “*a liberdade em moratória*”, durante 20 anos. Dito de outra forma: o Brasil recusou uma forma de governo que supostamente divide as riquezas do país de maneira igualitária e adotou uma na qual nem a liberdade é uma garantia.

Outra reminiscência histórica retomada por Veríssimo em uma de suas crônicas é referente à Segunda Guerra Mundial:

*A Segunda Guerra Mundial acabou para sempre com a idéia de espectador inocente e consagrou o efeito colateral como tática de intimidação do inimigo. Nas guerras de hoje as baixas civis são sempre maiores do que as baixas militares, com a diferença que a baixa civil não é da responsabilidade oficial de ninguém. (“Detritos”, O Globo, 11/11/04)*

O que Veríssimo denomina “*efeito colateral*” é a matança de civis em guerras que, segundo o autor, teve início na Primeira Guerra Mundial, se expandiu na Segunda e foi além de qualquer previsão pessimista na guerra Iraque X EUA.

De acordo com Kerbrat-Orecchioni (1980), o tropo irônico é constituído por um enunciado que possui um significante único, ao qual podem ser atribuídos dois níveis de significação de forma hierarquizada, quais sejam, primeiro, o sentido literal, e segundo, o derivado. A ironia estará presente, então, justamente no segundo sentido, o derivado, aquele

que só poderá ser inferido com a ajuda de algum fator externo ao enunciado, seja o co-texto ou o contexto.

Como em “*a baixa civil não é da responsabilidade oficial de ninguém*”, enunciado ao qual pode-se atribuir dois sentidos, o literal e o derivado, sendo que este último é exatamente o contrário do primeiro. De fato, o tom de toda a crônica é de indignação pelo menosprezo à vida humana civil, portanto, infere-se que tal afirmação se constitui apenas em uma crítica irônica à indiferença com que são tratados os civis mortos em guerra, que não são “*responsabilidade oficial de ninguém*”. Na verdade, existem responsáveis por estas mortes, mas o fato é que aparentemente os governos dos países em guerra não assumem tais responsabilidades.

De acordo com Kerbrat-Orecchioni (1980) é o segundo sentido atribuído ao enunciado que vai assegurar sua coerência interna e sua adequação externa. Sendo assim, no nosso exemplo, é a inferência feita a partir do enunciado, aliado ao contexto (“*100 mil civis mortos no Iraque não figuram nem como curiosidade no debate político do país responsável por isto*”). Cf. “Detritos”, *O Globo*, 11/11/04) que envolve a própria guerra e também as eleições americanas que permitirão perceber a ironia do enunciado.

É importante ressaltar que a decodificação do tropo irônico é aleatória, uma vez que seus marcadores são apenas índices presumitivos e não marcadores infalíveis (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980).

Na crônica “Lei de ferro” (*O Globo*, 15/02/04), Veríssimo reflete sobre como o atual processo de globalização confirma uma teoria de David Ricardo, importante economista inglês do século XIX, segundo a qual “*mesmo no melhor dos mundos teóricos, os salários tenderiam a se estabilizar ao nível da subexistência mínima, já que o trabalho é um recurso universalmente disponível e infinitamente substituível*”. De acordo com o autor,



“a organização do trabalho a partir do século XIX e o crescimento dos sindicatos pareciam desmentir o fatalismo de Ricardo”, mas conclui que

*O trabalho organizado perde a sua força até em países como a França e a Alemanha, onde sindicatos e movimentos sociais sempre tiveram grande participação política, e a receita para ‘responsabilidade’ econômica aqui no quintal passa pela flexibilização de leis trabalhistas e outros eufemismos para roubar do trabalho o seu poder de barganha. Trabalhadores do mundo inteiro, hoje incapazes de se unirem, só têm a perder uns duzentos anos de luta, mais ou menos. Para Pfaff, o pensamento de David Ricardo estava tristemente certo. Só foi um pouco prematuro.*

Ao comentar o enfraquecimento dos sindicatos, o autor faz uma crítica também à sua atuação no Brasil, “*aqui no quintal*”. Quando chama a flexibilização de leis trabalhistas de eufemismo está, na verdade, fazendo uma crítica a tal flexibilização. O que se pode ler nas entrelinhas é que o autor possivelmente entende a flexibilização como uma desvalorização do trabalho e, por isso, chamou-a de eufemismo. Desse modo, atenuou uma noção que, dita de forma direta, seria muito forte.

Mas a ironia deste trecho está especificamente no uso da palavra *só*. Depois de refletir sobre a atuação e a importância dos sindicatos na história, Veríssimo conclui que seu atual enfraquecimento pode levar os trabalhadores a perderem “*uns duzentos anos de luta*” (“*só têm a perder uns duzentos anos de luta*”).

Está claro que se trata de uma forma irônica de concluir seu raciocínio, pois duzentos anos de luta são, na verdade, um tempo muito longo. Dessa forma, pode-se afirmar que o autor aqui utilizou uma expressão hiperbólica para construir a ironia de seu enunciado. Ao diminuir exageradamente a representatividade desses duzentos anos, Veríssimo conduz o leitor ao verdadeiro sentido de seu enunciado, qual seja, que duzentos

anos de luta são, na verdade, muitos e preciosos anos para que sejam “jogados fora” pela simples incapacidade dos trabalhadores de hoje de se unirem.

Neste trecho, é possível perceber também o uso da antífrase, ou seja, o processo básico de construção da ironia. De fato, ao diminuir exageradamente o valor dos duzentos anos de luta, o autor deixa perceber que, na verdade, acredita no contrário do que está sendo enunciado. Dito de outra forma: faz uma afirmação com o objetivo de fazer entender seu contrário.

### **i) O Ministério da Defesa**

Além de zombar de pessoas específicas em suas crônicas, Veríssimo não se exime de apontar também os problemas enfrentados por ministérios. Por exemplo, o Ministério da Defesa:

*Uma herança bendita do governo passado foi o Ministério da Defesa, com o qual o Brasil entrou na lista dos países adultos em que força militar não é poder independente mas subordinada ao poder civil — pelo menos no papel. A novidade institucional não foi muito testada sob o Fernando Henrique. Passou para o novo governo como uma máquina moderna e admirada, uma flamante supercafeteira que ninguém sabia bem como funcionaria quando exigida. Seu primeiro teste real foi agora, no episódio das fotos que eram ou não eram do Herzog e da incrível nota do Exército sobre o fato. No choque do Ministro da Defesa com seus subordinados apenas no papel, os subordinados apenas no papel mostraram de quem era a superioridade hierárquica de verdade, e como velhas mentalidades resistem a mudanças por decreto e boas intenções. A supercafeteira não só não funcionou como se desmanchou no teste. (“Maquiagem”, O Globo, 14/11/04)*

Neste trecho, o autor fala do que seria “uma herança bendita do governo passado”, ou seja, o Ministério da Defesa. A ironia nasce da comparação entre o Ministério da Defesa

e “*uma flamante supercafeteira que ninguém sabia bem como funcionaria quando exigida*”. Em outras palavras, uma das poucas heranças benditas do governo FHC não tem função conhecida.

Além da comparação, mais uma vez, o autor utiliza o não-dito, o contexto como elemento constituinte do processo de elaboração da ironia. De fato, se retomarmos suas crônicas anteriores, veremos que a maioria de seus temas está relacionada a uma herança maldita do governo FHC, ou seja, o modelo econômico. Dessa forma, por meio do dito na crônica em análise (o Ministério da Defesa é uma herança bendita, mas não se sabe qual sua função), pode-se concluir o não-dito (não há de fato herança bendita do governo FHC). Assim, Veríssimo zomba dos dois governos, Lula e FHC, ao mesmo tempo. Este porque institucionalizou um Ministério sem função definida e aquele porque o herdou e o manteve.

Pode-se salientar também o uso da expressão “*subordinados apenas no papel*”. O uso e a repetição desta expressão reforçam a crítica irônica de Veríssimo sobre a ausência de uma função definida para o Ministério da Defesa.

De fato, quando se diz, por exemplo, que uma lei só funciona no papel, tem-se como intenção afirmar que, na prática, tal lei não funciona. O mesmo acontece com a expressão em análise. Na prática, esses “*subordinados*” são a “*superioridade hierárquica de verdade*”. Dessa forma, ou seja, com o uso da expressão “*subordinados apenas no papel*”, o autor reforça sua ironia sobre a inutilidade do Ministério da Defesa.

#### **j) Além do Brasil...**

Além do Brasil, sua política, seus políticos, os brasileiros, outros países também foram temas nas crônicas de Veríssimo. Principalmente os EUA que, em 2004, estavam em

ano eleitoral para a presidência do país. A campanha eleitoral é sempre uma rica fonte de temas para os cronistas.

Na crônica “Tem sempre a Flórida” (*O Globo*, 03/02/04), Veríssimo critica uma atitude do governo americano:

*Nos Estados Unidos, a Casa Branca parou de insistir na existência de provas da existência de armas de destruição em massa e recuou para a posição dois: invadiu o Iraque por ter sido mal informada pelos seus próprios serviços de segurança. Bush vai exigir uma investigação bipartidária e independente dos seus próprios serviços de informação — trabalho marcado para durar mais de um ano: dificilmente será fator decisivo nas eleições presidenciais de novembro. Muito esperto. Mas talvez nem tanto: toda manipulação política bem-feita tem de ser invisível, e esta tem sido discutida em detalhes na imprensa americana e também na TV. Pior, nos programas de humor da TV.*

Mais uma vez Veríssimo constrói sua ironia, sua crítica, partindo simplesmente da situação, sem fazer uso de antífrase alguma. Nesse caso, o que é ironizado é a “esperteza” do governo Bush, que em um ano eleitoral faz uma manipulação política que, segundo Veríssimo, deveria ser invisível, mas não o é. Na verdade, Bush vê sua posição ser detalhadamente comentada na imprensa americana.

A situação que provoca a crítica irônica é o fato de o presidente de uma das mais ricas nações do mundo tomar uma decisão política que se tornou assunto até dos programas humorísticos da TV, o que, na opinião de Veríssimo, não poderia acontecer.

Mais uma vez, tem-se um exemplo de que o valor pragmático de um enunciado é que será o responsável por seu sentido irônico, e não apenas sua estrutura semântica (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980).

No trecho,

*A guerra do Iraque é sobre os Estados Unidos como o filme “Black hawk down” era sobre americanos, feito para a paróquia americana, desprezados o resto do mundo e detalhes como a realidade e vidas alheias. (“Má guerra”, O Globo, 13/05/04)*

Veríssimo ironiza as posições do governo americano com relação à guerra contra o Iraque por meio de uma analogia com um filme.

Esta comparação pode ser considerada irônica, pois as atitudes do Presidente dos EUA afetam vidas reais, não são apenas partes de um filme, ou de uma não-realidade. Aqui Veríssimo compara Bush a um criador de pseudo-realidades, a um manipulador de vidas imaginárias, que é o cineasta. A crítica de Veríssimo é justamente ao fato de parecer que Bush desconsidera totalmente as vidas que destrói com a guerra contra o Iraque, o que pode ser comprovado pelo uso da palavra *detalhes*. Nesse caso, a escolha lexical permite a percepção do tom irônico do enunciado. De fato, considerar “*a realidade e vidas alheias*” como “*detalhes*” é uma opção não aceita pelo senso comum. Ao contrário, a vida humana, de acordo com o senso comum, deve ser sempre preservada.

Na crônica “Relativismo moral” (*O Globo*, 16/09/04), Veríssimo explora a mesma palavra *detalhes* para ironizar a falta de sensibilidade das autoridades que promovem guerras e/ou ataques a civis:

*As crianças mortas em Beslan seriam detalhes da luta pela independência dos chechenos. As crianças mortas no Iraque seriam detalhes da luta para instalar a democracia no Oriente Médio — ou assegurar o suprimento de petróleo e bons contratos para os Estados Unidos, dependendo do relativismo moral da sua preferência.*

Como no trecho anterior, aqui a ironia também é constituída a partir da escolha lexical. Está claro que o valor pragmático, neste caso, também é fator fundamental para a

criação da ironia. Dito de outra forma, aqui o autor, ao mesmo tempo que critica as mortes de crianças, apela para o emocional de seu leitor para, assim, ganhar sua adesão.

Retomando Berrendonner (1987), pode-se dizer que a ironia é uma contradição argumentativa, ou seja, apresenta um argumento e, ao mesmo tempo, apresenta o argumento inverso. No trecho em questão, isso pode ser visto da seguinte forma: o autor afirma que crianças mortas em guerras são “*detalhes*”, mas o próprio uso da palavra *detalhes*, além do valor pragmático do enunciado, conduz a uma inferência contrária ao que está sendo dito. Desse modo, é possível perceber um contraste entre a realidade do que é dito, ou o ponto de vista expresso pelo ironista, e sua aparência, o que gera a ironia do enunciado.

Além da palavra *detalhes*, pode-se dizer que a expressão “*relativismo moral*” também é responsável pela ironia presente neste enunciado. Mais uma vez, o senso comum é convocado a embasar o ponto de vista do autor. Ao “relativizar” a moral, o autor associa as mortes de crianças à democracia e à economia, ou seja, para se alcançar a democracia, num caso, e para se fazer bons contratos, no outro, é preciso que se sacrifiquem crianças. Aqui, também pode-se perceber uma contradição argumentativa, constituída de uma ironia.

Já na crônica “Alvos e erros” (*O Globo*, 04/07/04), Veríssimo lembra um fato bastante comentado na imprensa internacional: “*Segundo Tutty Vasquez, a diferença entre o Clinton e o Bush é que quando o Clinton errava o alvo só acertava o vestido da moça*”.

Nesse caso, Veríssimo ironiza, mais uma vez, a atitude do governo americano. Desta vez, faz uma comparação entre Bush e Clinton, sendo que este último é lembrado com uma referência a um fato não-político ocorrido durante seu mandato. Trata-se do suposto envolvimento amoroso do então presidente dos EUA, Bill Clinton, casado, com uma estagiária da Casa Branca, Mônica Lewinsky.

Neste enunciado, o autor trabalha com o não-dito, ou seja, para que o leitor perceba a ironia presente é necessário que possua alguns conhecimentos prévios acerca do assunto tratado. O autor compara os alvos acertados por Bush no Iraque, armas de destruição em massa, com o vestido de uma estagiária, acertado por Clinton num encontro íntimo. Nos dois casos pode-se perceber uma ironia com relação aos atos dos presidentes americanos. Tanto Bush quanto Clinton, de acordo com o autor, acertaram alvos pouco importantes. Bush porque os alvos declarados — *“as armas de destruição em massa disponíveis para o terror mundial e o arsenal nuclear operacionável em 45 minutos”* – não existiam; e Clinton porque seu alvo não era relevante politicamente.

Sendo assim, pode-se afirmar que o não-dito pelo autor provoca a ironia do enunciado, ou seja, ele conta com os conhecimentos partilhados com seu leitor para que este perceba a ironia ali presente. O que nos permite inferir, mais uma vez, que os conhecimentos partilhados entre autor e leitor talvez sejam a principal ferramenta utilizada por Veríssimo na construção das suas ironias.

### Conclusão

Com o intuito de concluir este trabalho, retomaremos algumas das questões propostas no capítulo 4 e, a partir da análise das crônicas, tentaremos sistematizar, de forma sintética, o que foi discutido anteriormente.

É importante ressaltar que este trabalho é de caráter exploratório e que requer ainda muitas outras avaliações, uma vez que a ironia é um fenômeno aberto a múltiplas interpretações. Sendo assim, o que propomos é apenas uma das possibilidades de interpretação que está baseada no estudo ora apresentado.

A primeira questão proposta é: Como se constitui a ironia como fenômeno de linguagem?

A ironia pode ser entendida como efeito de sentido provocado semântica e sintaticamente em determinado texto, com o objetivo de sugerir uma interpretação diversa daquela que constitui o seu sentido literal. Dito de outra forma: a essência da ironia “*consiste em dizer o contrário do que se pretende comunicar a outra pessoa*” (FREUD *apud* BRAIT, 1996, p. 44), de forma que seu interlocutor não necessite fazer uma réplica contraditória. O interlocutor perceberá tal manobra discursiva por meio de algumas indicações discursivas.

Pode-se dizer também que a ironia configura-se como uma voz que expressa um ponto de vista contraposto ao significado natural<sup>40</sup> da proposição. Não é a voz do locutor, mas a contradição entre o que é assumido e o que não é assumido por ele. O locutor assume apenas o sentido literal dos signos, não o significado não-expresso, o que possui significação contrastante.

Para que o jogo irônico se estabeleça são essenciais o ironista e o interpretador, que são as figuras centrais do processo, sendo que o interpretador não será, necessariamente, o destinatário visado pelo ironista. De fato, é o interpretador quem atribui sentido irônico a determinado enunciado, o que acontece independentemente dos objetivos do ironista. Atribuir sentido irônico a um determinado enunciado é um ato complexo do interpretador. Esse ato possui dimensões semânticas e avaliadoras, e pode também ser constituído pela inferência da intenção do ironista. A ironia é, portanto, parte do processo comunicativo, ela nasce nas relações entre significados, pessoas e emissões e, ainda, entre intenções e interpretações.



Passamos agora à segunda questão: o que nos permite apreender a ironia e identificá-la?

Por se tratar de um fenômeno muito complexo, a ironia pressupõe a existência de um destinatário hábil a desvendá-la e de um locutor que se permita fugir às normas de coerência impostas pela argumentação. Se o receptor da mensagem irônica não for capaz de decodificá-la como tal, ela perderá o sentido, ou seja, o receptor da mensagem irônica precisa estar preparado para escutar/ler o oposto sob pena de a ironia ser mal-entendida.

Ao analisar os textos de Veríssimo, pudemos comprovar a veracidade do que foi dito anteriormente. Um leitor comum, sem o conhecimento de mundo, principalmente no que diz respeito à política, é incapaz de captar o traço irônico ali presente.

Para que a ironia presente nas crônicas de Veríssimo que compõem o *corpus* deste trabalho seja percebida, o leitor precisa conhecer os fatos políticos recentes do Brasil e também a história do PT, ainda que superficialmente; precisa saber que o PT é um partido

---

<sup>40</sup> Entende-se por *natural* o sentido primário expresso em determinado enunciado.

originariamente de esquerda, apesar da adesão do governo petista ao modelo econômico adotado por FHC (governo de direita); precisa saber que, até pouco tempo, não se acreditava na ascensão do PT nas proporções em que ela aconteceu; precisa saber sobre a submissão do governo brasileiro ao FMI; precisa conhecer a instabilidade de vinculação dos políticos brasileiros aos partidos; por fim, precisa conhecer um pouco de História não só do Brasil, como também, do mundo. Tudo isso para que a ironia com que o autor trata esses temas seja compreendida pelo leitor. cremos, portanto, que o conhecimento partilhado com o leitor é o principal fator, utilizado por Veríssimo, que permite a identificação e a apreensão da ironia.

Mas Veríssimo utiliza também marcas discursivas na composição de suas ironias, o que nos remete à terceira questão: Quais são as marcas discursivas da ironia?

A partir das crônicas analisadas pode-se perceber que, além do conhecimento partilhado com o leitor, Veríssimo constrói ironias utilizando também determinadas escolhas lexicais, analogias, jogos de sentido entre o literal e o subentendido, a simples zombaria e contradições de sentido ou antífrases. Esses foram os mecanismos discursivos mais freqüentemente encontrados nos trechos analisados.

Além destes, foram encontrados, ainda que em menor escala, os seguintes mecanismos discursivos na elaboração das ironias: hipérboles, paródias, litotes, ambigüidades, aspas e repetições. Dentre eles, talvez a paródia não tenha sido abordada na sua totalidade, pois se trata de fenômeno complexo, e a sua especificação não é relevante para os objetivos deste trabalho.

É importante salientar ainda que a polifonia também é uma característica recorrente nas crônicas irônicas de Veríssimo. E, de fato, a ironia é um bom exemplo de enunciado polifônico, ou seja, de enunciado constituído por mais de uma voz. Sendo assim, o

“locutor” é o responsável empírico pela enunciação ou quem a profere, e o “enunciador” tem seu ponto de vista expresso na enunciação sem, no entanto, se responsabilizar por ele. São “vozes” outras que estão presentes no discurso, colocadas pelo “locutor”. Na ironia, a posição do “enunciador” não é assumida pelo “locutor”, ao contrário, ela é considerada absurda e insustentável por este último.

Por fim, a última questão proposta: Qual é o papel do elemento situacional?

No caso das ironias políticas de Veríssimo, pode-se dizer que o elemento situacional tem grande importância para a sua compreensão. De fato, a crônica política é um gênero textual que registra (além de refletir sobre) alguns fatos ocorridos em determinada época. Por isso, a crônica, que utiliza a ironia como estratégia de persuasão será melhor compreendida à época de sua publicação. Em outras palavras, a proximidade entre o fato e a data de publicação da crônica favorece a percepção da ironia nesta última.

No entanto, não se pode chegar ao extremo de afirmar que tais crônicas são datadas, pois não o são na sua totalidade e na dimensão dos fatos políticos que nos cercam. É possível, sim, perceber as ironias ali presentes ainda hoje, 2006, mesmo que tenham sido publicadas em 2004. O que percebemos é que a proximidade dos fatos facilita, favorece a identificação e a conseqüente compreensão das ironias.

De modo geral, poderíamos ressaltar a complexidade do fenômeno discursivo ironia, seu caráter polifônico e a importância do contexto ou elemento situacional, no caso das crônicas de Luis Fernando Veríssimo, como elementos constituintes das crônicas analisadas. Reiterando uma afirmação já feita, gostaríamos de lembrar que a ironia não se encerra em nenhuma definição fechada e definitiva. Ao contrário, é um fenômeno aberto a muitas interpretações e se apresenta sob múltiplas formas. Este estudo pretendeu apenas explorar algumas delas.

## Referências Bibliográficas

### **Crônicas de Luis Fernando Veríssimo**

- Jornalistas americanos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 maio 2004. Primeiro Caderno.
- O modelo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 maio 2004. Primeiro Caderno.
- Cooptação. **O Globo**, Rio de Janeiro, 05 dez. 2004. Primeiro Caderno.
- O fim de um certo sorriso. **O Globo**, Rio de Janeiro, 04 nov. 2004. Primeiro Caderno.
- Um gaúcho paradoxal. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 ago. 2004. Primeiro Caderno.
- Nosso café com leite. **O Globo**, Rio de Janeiro, 05 ago. 2004. Primeiro Caderno.
- Sem aspas desta vez. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 jun. 2004. Primeiro Caderno.
- Relevâncias e irrelevâncias. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 out. 2004. Primeiro Caderno.
- Transatlânticos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 mar. 2004. Primeiro Caderno.
- Baixas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 nov. 2004. Primeiro Caderno.
- A alegria dos banqueiros. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 mar. 2004. Primeiro Caderno.
- Inconstâncias. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 mar. 2004. Primeiro Caderno.
- Maquiagem. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 nov. 2004. Primeiro Caderno.
- Senso de proporção. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 jun. 2004. Primeiro Caderno.
- Fogos de artifício. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 fev. 2004. Primeiro Caderno.
- Esperando a neve. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 jul. 2004. Primeiro Caderno.
- No cartório (do baú). **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 jan. 2004. Primeiro Caderno.
- O eterno retorno. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 jul. 2004. Primeiro Caderno.
- Estrumufar. **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 fev. 2004. Primeiro Caderno.
- Piadas infelizes. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 ago. 2004. Primeiro Caderno.
- Eta nós. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 jan. 2004. Primeiro Caderno.

Reversão. **O Globo**, Rio de Janeiro, 04 abr. 2004. Primeiro Caderno.

40 anos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 abr. 2004. Primeiro Caderno.

Detritos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 nov. 2004. Primeiro Caderno.

Lei de ferro **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 fev. 2004. Primeiro Caderno.

Tem sempre a Flórida. **O Globo**, Rio de Janeiro, 03 fev. 2004. Primeiro Caderno.

Má guerra. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 maio 2004. Primeiro Caderno.

Relativismo moral. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 set. 2004. Primeiro Caderno.

## **Geral**

ANSCOMBRE, J.-C.; DUCROT, O. L'argumentation dans la langue. **Langages**, n. 42, p. 5-27, 1976.

ARRIGUCCI JR., D. Fragmentos sobre a crônica. In: ARRIGUCCI JR., D. **Enigma e comentário: ensaio sobre literatura e experiência**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 51-66.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem** São Paulo: Hucitec, 1997.

BERRENDONNER, A. **Elementos de pragmática linguística**. Buenos Aires: Gedisa Editorial, 1987.

BORGES, I. L. M. **Essay d'analyse du fonctionnement de l'ironie comme élément de communication**. Tese (Doutorado em Lingüística), Toulouse, 1988.

BRAIT, B. **Ironia em perspectiva polifônica**. Campinas: UNICAMP, 1996.

BRONCKART, J.-P. **Atividade de linguagem, textos e discursos**. São Paulo: Educ, 2003.

CHARAUDEAU, P. Análise do discurso: controvérsias e perspectivas. In: MARI, H. *et al.* (Org.). **Fundamentos e dimensões da análise do discurso**. Belo Horizonte: Carol Borges-Núcleo de Análise do Discurso. FALE-UFMG, 1999. p. 27-43.

DUARTE, L. P. Ironia, humor e fingimento literário. **Cadernos de Pesquisa do NAPq**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, n. 15, p. 54-78, 1994.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

DUCROT, O. **Princípios de semântica lingüística (dizer e não dizer)**. São Paulo: Cultrix, 1977.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes; Lisboa: Centro do livro brasileiro, 1972.

GANS, E. Hyperbole et ironie. **Poétique**, Paris: Seuil, n. 46, p. 488-494, 1975.

GRAIEB, C. O autor que é uma paixão nacional. **Veja**, São Paulo, ed. 1793, ano 36, n. 10, p. 74-80, 12 mar. 2003.

GREGOLIN, M. R. V. Michel Foucault: o discurso nas tramas da história. In: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. C. **Análise do discurso: unidade e dispersão**. Uberlândia: EntreMeios, 2004. p. 19-42.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HUTCHEON, L. **Teoria e política da ironia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. L'ironie comme trope. **Poétique**, Paris: Seuil, n. 41, p. 108-127, 1980.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1997.

MAINGUENEAU, D. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). **Gêneros textuais & ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003. p. 19-36.

MARI, H.; SILVEIRA, J. C. C. Sobre a importância dos gêneros discursivos. In: MACHADO, I. L. M.; MELLO, R. de (Org.). **Gêneros: reflexões em análise do discurso**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2004. p. 59-74.

MENDES, P. H. A. Os gêneros discursivos em debate: análise de uma crônica de L. F. Veríssimo. In: MACHADO, I. L. M.; MELLO, R. de (Org.). **Gêneros: reflexões em análise do discurso**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2004. p. 119-140.

MUECKE, D. C. Analyses de l'ironie. **Poétique**, Paris: Seuil, n. 36, p. 478-494, 1978.

MUECKE, D. C. **Ironia e o irônico**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: UNICAMP, 1988.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema de Bibliotecas. **Padrão PUC Minas de normalização**: normas da ABNT para apresentação de trabalhos científicos, teses, dissertações e monografias. Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <[http://www.pucminas.br/biblioteca/normalizacao\\_monografias.pdf](http://www.pucminas.br/biblioteca/normalizacao_monografias.pdf)>.

SCHOENTJES, P. **Poétique de l'ironie**. Paris: Seuil, 2001.

SPERBER, D.; WILSON, D. Les ironies comme mentions. **Poétique**, Paris: Seuil, n. 36, p. 399-412, 1978.

## Resumé

L'objectif central de ce travail est d'analyser comment s'est élaborée la construction du discours ironique dans les chroniques de Luis Fernando Veríssimo. Pour cela, trente chroniques publiées dans le journal O Globo de l'année 2004 ont été choisies. Premièrement, un inventaire théorique sera fait avec des auteurs contemporains qui ont analysé la question de l'ironie. Les conceptions choisies pour composer la vision théorique de ce travail sont: a) l'ironie comme la mention (SPERBER; WILSON, 1978); b) l'ironie comme la contradiction argumentative (BERRENDONNER, 1987); c) l'ironie comme un phénomène polyphonique (DUCROT, 1987); d) l'ironie comme trope (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980). En second lieu, l'ironie sera abordée du point de vue argumentatif, en soulignant la polyphonie comme une des ses stratégies d'argumentation. Nous partirons des conceptions sur l'argumentation du Perelman et Olbrechts-Tyteca (1996) et Anscombe et Ducrot (1976), nous passerons aux indices d'ironie que Schoentjes (2001) a proposé et nous nous approcherons du dialogisme du Bakhtin et, finalement, de la conception d'ironie comme un phénomène polyphonique élaboré par Ducrot (1977, 1987). Ensuite, nous ferons une brève réflexion sur la question du genre. En s'appuyant sur la notion de Foucault (1972) sur la forme du discours, sur la définition de genre proposée par Bakhtin (2003) et sur les actuelles conceptions dérivées du Bakhtin, nous essayerons de caractériser le genre chronique. À la fin, nous ferons une analyse des chroniques choisies en ayant comme modèle la vision théorique réalisée.

Mots-clef: discours, ironie, chronique



Anexo  
**Crônicas de Luis Fernando Veríssimo (*O Globo* – 2004)**

JORNALISTAS AMERICANOS 20/05/04

Estou há mais de um mês fora do Brasil. Informações sobre o que acontece aí não faltam, na internet e nas notícias de familiares e amigos. Mas se fosse depender da imprensa local para saber do Brasil poderia desconfiar que ele deixou de existir quando viajei, ou existe como a Mongólia ou Luxemburgo, vagas curiosidades geográficas à margem de qualquer interesse sério. Desde que estou na Europa só li três notícias sobre o Brasil. Uma, pequena, tratava da vitória brasileira na Organização Mundial do Comércio na questão dos subsídios. A outra nem me lembro qual foi, provavelmente sobre música ou futebol. A que teve destaque foi a reação desproporcional do governo à matéria do "New York Times".

O que é desprezível deve ser desprezado, não transformado em caso internacional de previsível péssima repercussão. Na minha opinião, era tão inaceitável pensar em expulsar alguém do país daquele jeito que quem teve a idéia deve ser expulso imediatamente. Para não ter outra idéia parecida.

O enfoque e o tom da matéria do correspondente do "Times" (não li, me contaram) não são novidade — como não são novidade as sugestões de que ele seguia sombrios desígnios americanos de represália e desmoralização. Pior do que mal-intencionada ou secretamente dirigida, a matéria é tradicional, apenas outro jornalista americano sucumbindo aos estereótipos de sempre sobre estes pitorescos latinos — com a vantagem de, no caso, mirar num presidente especialmente pitoresco. A própria arrogância da peça não é maliciosa, é um hábito de pensamento senhorial, como o da elite brasileira que não consegue ver um extornteiro mecânico ou qualquer outro de origem popular no poder a não ser como um acidente social, um vexame sempre prestes a nos envergonhar diante dos estrangeiros. Pois nossos pobres não são por natureza cachaceiros sem linha? O americano não escreveu que o Lula é vergonhoso.

Mas tomou o preconceito de classe que a figura e a história do Lula ataçam como subsídio para os seus próprios simplismos pré-fabricados, que são os mesmos de quase todos os seus antecessores.

Um jornalista americano que realmente merece atenção, Seymour Hersh, já tinha contribuído para mudar a história do seu país com reportagens sobre o desastre americano no Vietnã e está fazendo história outra vez com seu jornalismo investigativo para a revista "New Yorker" sobre outro desastre, o que Bush e seus neoconservadores armaram no Iraque. Suas revelações atuais sobre os responsáveis graúdos pela tortura de prisioneiros iraquianos e pela tragédia iraquiana em geral aumentam a preocupação nacional com a conduta no cargo de um presidente, filho da aristocracia do seu país, que, como se sabe, abandonou a bebida há anos. Também merece ser dito que Seymour Hersh não corre perigo de ser expulso de lugar algum.

## O MODELO 27/05/04

Notícias de gripes na China são duplamente preocupantes: porque as gripes podem ser epidêmicas e porque elas possibilitam uma hipótese temida pela ciência há anos: a de que um dia todos os chineses espirrem ao mesmo tempo e desviem a Terra da sua órbita na direção do Sol e da extinção certa. Na verdade, a China pode mudar a História do mundo de várias outras maneiras. Já está mudando conceitos econômicos e preconceitos políticos, pois não há ortodoxia que resista à idéia de uma população de mais de um bilhão — de consumidores ou de inimigos, dependendo de quem está pensando. Seja como for, com a sua modernização e seu crescimento explosivos, a China é hoje um modelo triunfante. Resta saber, exatamente, de quê.

Guardadas as óbvias desproporções, China é para os liberais um pouco o que Cuba é para a esquerda: o problema é saber até onde elogiar. Cuba é um exemplo de independência dos Estados Unidos e de prioridades sociais mantidas apesar da penúria e do boicote. Quanto à restrição de direitos políticos, a repressão a dissidentes e a eternização do Fidel, é melhor mudar de assunto. A nova China é um exemplo das vantagens da abertura econômica e da competição capitalista, mas nenhum liberal pode usar seu governo comunista como exemplo da sua ortodoxia preferida, o Estado mínimo. E na China também se desrespeitam direitos humanos. Mas, neste caso, o pragmatismo empresarial vence qualquer prurido. O que é um pouco de hipocrisia diante das possibilidades de um mercado desse tamanho?

Na sua busca de um modelo de país grande para ser e para conviver com os Estados Unidos, já que ainda não pode ser o Canadá, a Rússia ou a Austrália, o Brasil tem três escolhas: a Índia, a Indonésia e a China. Este último é o modelo mais entusiasmante, mas é preciso pensar no que se está recomendando. A China atual é produto de uma transformação violenta, o que está aí é o que sobreviveu a um processo cruel como não se conhece outro igual, uma guerra contra a fome e contra o seu próprio passado que atravessou algumas gerações. O exemplo da China é o desta transformação e o seu efeito, ou é apenas o de uma americanização tardia sem antecedentes? Ignorando a sua História, alguns empresários brasileiros podem voltar da China convencidos de que o que o Brasil precisa mesmo é não de uma transformação social parecida, mas de um governo comunista que não se meta muito.

## COOPTAÇÃO 05/12/04

O termo "cooptar", no sentido de se apoderar malandramente, dominar absorvendo ou modificar adaptando, é relativamente recente. Começou em linguagem de suplemento para descrever como qualquer movimento cultural novo acabava sendo domesticado e integrado à cultura mediana. Um fenômeno da era da publicidade e da obsolescência instantânea, em que a vanguarda de um dia vira o corriqueiro do outro e tudo feito para espantar os burgueses, os burgueses adoram. E adotam.

Na política brasileira, toda novidade é cooptada pelo "centrão", aquela zona difusa e meio pantanosa onde mora a "Governabilidade", como uma serpente mítica. E como — seguindo outra tradição do Brasil, segundo a qual as coisas nunca estão no seu devido lugar — o "centrão" não fica no centro, mas na direita, são raras as novidades políticas que sobrevivem intactas ao seu encontro com a serpente. O "centrão" brasileiro não representa o bom senso, o consenso possível ou o simplesmente razoável, representa interesses petrificados, representa o que não quer mudar. Ou só quer o diferente que pode cooptar até que desapareça.

O pacto do PT com a "Governabilidade" poderia ser mais discreto, e não envolver tantas concessões a outras tradições políticas brasileiras como o fisiologismo, mas era inevitável. O que parece claro é que a cooptação foi mais funda do que a compreensível, feita pelo "direitão" do Congresso. Só cooptado pelo capital financeiro, o interesse petrificado dominante no país, e pelo esquemão que nos mantém dependentes e bons pagantes, o PT pode manter o poder, ou a ilusão do poder. A própria celebração dos eventuais sucessos do modelo econômico com o qual assegurou sua licença para governar é uma prova de como a cooptação do PT foi completa: estão vibrando com a derrota do que até ontem era a principal reivindicação do PT para chegar ao poder, a mudança do modelo, e a vitória da principal justificativa do time inimigo para manter a ortodoxia monetarista. Está certo que revissem seus conceitos, aceitassem a cooptação e trocassem de camiseta, mas precisava soltar foguetes?

## O FIM DE UM CERTO SORRISO 04/11/04

Não faz muito, dizer que você simpatizava com o PT provocava um certo sorriso. Dependendo de quem, ou do quê, você era, o sorriso poderia significar surpresa ("e o PT existe?!"), irritação polida ("Ih, outro burguês com culpa..."), condescendência ("Eu também me preocupo com os humildes") ou pena ("Quanta ingenuidade"). "Ser PT" sem ter qualquer razão lógica, de classe, para isso era visto como um capricho intelectual, um jeito de ser corretamente "de esquerda" sem o risco de ter que provar isso, já que o PT era uma miragem política. Algumas eleições depois muitas coisas mudaram no Brasil, mas a maior mudança de todas foi o fim daquele certo sorriso. A miragem não era miragem, o PT cresceu, chegou ao poder federal, teve mais votos do que qualquer outro partido nas últimas eleições municipais, e aos poucos o sorriso de incredulidade e tolerância foi desaparecendo. Em muitos casos, substituído por um esgar de raiva.

Mas há quem diga que o sorriso só ficou mais irônico. Perdendo em São Paulo e em Porto Alegre, mesmo com todas as outras prefeituras conquistadas, o PT teria encontrado o seu limite, ou o tamanho máximo que a reação lhe concedeu sorrindo. No Rio Grande do Sul a derrota do PT deve ser vista, em parte, como seqüência da sacudida que a eleição surpreendente de Olívio Dutra para o governo do estado e o crescimento do partido no interior deram no conservadorismo gaúcho, que se uniu num antipetismo ecumênico que agora cassou até a licença tácita dada a Porto Alegre para ser um mostruário fixo da esquerda aplicada, um pouco como era a Bologna administrada pelos comunistas durante sucessivos governos democrata-cristãos, na Itália. Como aconteceu na Itália, esta Bologna também foi reconquistada pela direita. O prefeito eleito José Fogaça, a julgar pelas suas declarações e pelo que se sabe dele, pretendia fazer em Porto Alegre uma espécie de governo petista sem o PT, mas teria que fazê-lo com uma coligação cujo principal traço-de-união é o horror a tudo o que o PT representa.

Análises apressadas são sempre imprecisas e a sociologia de boca-de-urna não costuma resistir ao tempo, este carrasco de teorias, mas as recentes eleições municipais também sugerem outro caminho para o PT, ou outro meio para enfrentar a reação. O PT era um fenômeno paulista, passou a ser um fenômeno diferente no Rio Grande do Sul urbano e agora estaria se transformando num fenômeno nordestino, que seria a sua vocação natural. E quanto mais cresce e muda o PT mais amplo e variado fica — sem falar no PT transvestido de PSDB que mora em Brasília. Hoje, quando você diz que simpatiza com o PT, ouve a pergunta: "Qual deles?" Mas pelo menos ninguém mais está sorrindo.

## UM GAÚCHO PARADOXAL 26/08/04

O paradoxo Getúlio é um pouco o paradoxo gaúcho. O de um estado agropastoril produzindo líderes anticonservadores, uma oligarquia rural produzindo populismo urbano. A idéia de uma progressão do positivismo via castilhismo para o filofascismo do Estado Novo getulista se perde porque é uma dedução lógica que não leva em conta o paradoxo gaúcho, e o ilógico político brasileiro.

Tudo em Getúlio era contraditório, não apenas porque o seu estado natal é contraditório e o seu país é maluco. Era um caudilho sem estampa: no físico era mesmo um anticaudilho, mais na linha de um Franco do que de qualquer imagem idealizada da espécie. Que, pensando bem, nenhum caudilho brasileiro representava exatamente, fora da ficção. Oswaldo Aranha tinha mais o físico para o papel do que o baixinho. Também faz parte das peculiaridades nacionais essa pouca fisicalidade, se é que existe a palavra, dos nossos líderes. O esmirrado Prestes, por exemplo. Brizola foi uma exceção. Um exemplo de quem tinha o físico, mas nunca chegou a ter o papel, pelo menos o que queria.

Procura-se uma coerência histórica em Getúlio mas volta-se sempre à sua personalidade. Ele foi o líder que o país precisava para correr com o velho regime e se modernizar, mas, muito do que fez, não precisava. Não era historicamente inevitável. E muito do que seria coerente fazer mas ele não fez enobrece a sua memória. O próprio Estado Novo, com todos os seus horrores, foi só quase um estado fascista e o que faltou para o quase deve ser creditado à personalidade do velho. Não é porque o tempo inocenta todo mundo, ou porque Getúlio ainda é para a velha esquerda e os nacionalistas um ícone venerável, que nas atuais celebrações da sua morte o Getúlio modernizador está sendo mais lembrado do que o Getúlio ditador, apesar do "Olga".

O paradoxo gaúcho continua. Estava presente na eleição do PT com o Olívio Dutra para governar o estado e na furiosa reação conservadora ao seu governo. E o ilógico político brasileiro continua. Está presente no curioso governo Lula, que decepcionou todo mundo, a direita que esperava o pior e a esquerda que esperava o melhor, e por isso é um sucesso.

## NOSSO CAFÉ COM LEITE 05/08/04

Entreouvada na rua: "O que isso tem a ver com o meu café com leite?" Não sei se é uma frase feita comum que só eu não conhecia ou se estava sendo inventada na hora, mas gostei. Tudo, no fim, se resume no que tem e não tem a ver com o nosso café com leite, no que afeta ou não afeta diretamente nossas vidas e nossos hábitos. É uma questão que envolve mais do que a vizinhança próxima. No outro dia ficamos sabendo que o Stephen Hawking voltou atrás na sua teoria sobre os buracos negros, aqueles furos no Universo em que a matéria desaparece. Nem eu nem você entendíamos a teoria, e agora somos obrigados a rever nossa ignorância: os buracos negros não eram nada daquilo que a gente não sabia que eram, são outra coisa que a gente nunca vai entender. Nosso consolo é que nada disto tem a ver com nosso café com leite. Os buracos negros e o nosso café com leite são, mesmo, extremo opostos, a extrema angústia do desconhecido e o extremo conforto do familiar. Não cabem na mesma mesa ou no mesmo cérebro.

Mas assim como estes extremos não estão tão longe assim — basta o Sol inventar de implodir e iremos todos juntos para o buraco, nós, nosso café com leite, nosso pão com manteiga, nosso santinho da sorte e aquele pulôver favorito — coisas da vizinhança próxima que parecem não ter nada a ver com nossas vidas, têm muito. Você lê essas histórias de fortunas migrando entre os poucos bolsos de sempre, indo para paraísos fiscais e contas ófishor e voltando disfarçadas, o milagre de dinheiro estéril gerando mais dinheiro estéril, a grande e interminável farra do capital no Brasil, e é como se lesse sobre os buracos negros, algo que não lhe diz respeito, que se passa longe do seu café com leite. E no entanto a moral desse bordel é a moral dominante no país, agora, incrivelmente, mais do que nunca. É a que determina nossa expectativa de vida. Seus apologistas dizem que não há nada de ilegal no turismo sexual que o capital financeiro faz no Brasil para reproduzir a si mesmo, como se o escândalo não fosse justamente sua ilegalidade. Também alegam que não há alternativa viável à nossa dependência no capital amoral. Era o que o Stephen Hawking dizia da sua teoria para os buracos negros, antes de mudar de idéia. Mas aparentemente as leis da física são mais flexíveis do que a ortodoxia do bordel.

## SEM ASPAS, DESTA VEZ 24/06/04

Foi a primeira morte sem aspas do Brizola. Sua "morte" em sentido figurado foi anunciada várias vezes. Quando comecei a publicar matéria assinada em jornal, em 1969, não havia instruções claras sobre o que se podia e não se podia escrever - pelo menos não em Porto Alegre. Alguns assuntos eram obviamente desaconselhados, para usar um termo brando: críticas ao governo militar e a militares brasileiros em geral, qualquer referência aos rumores de tortura e assassinato de presos políticos e opositores do regime, notícias de guerrilhas. Você podia recorrer à alusão velada, a entrelinhas e a indiretas que passavam ou não passavam pela autocensura do jornal, e assim ir testando os limites do permitido. Às vezes "passar" ou não "passar" dependia apenas de um retoque no texto, outras vezes tudo era desaconselhado e você tinha que escrever outra crônica, de preferência sobre o sexo de anjos apolíticos. Era conveniente ter sempre um texto de reserva, um que não se prestasse a nenhuma interpretação dúbia. Por isso escrevia-se muito sobre futebol, e mesmo assim cuidando para não enfatizar demais as jogadas pela esquerda. Um assunto ideal seria um torneio de futebol entre anjos sem sexo e destros.

Só uma vez recebi uma proibição direta, com nome e sobrenome. Na verdade, dois nomes e sobrenomes. Tinha mencionado o Brizola numa crônica — nem a favor nem contra, era só uma reminiscência — e o editor me chamou para dizer que a crônica não poderia sair e que eu não fizesse mais aquilo. Era proibido tocar no nome de Leonel Brizola no jornal. "Faz de conta que o Brizola morreu", me disse. E, quando eu ia saindo do seu gabinete, acrescentou: "Ah, e o Helder Câmara também."

Acho que deixaram o Dom Helder ressuscitar antes do Brizola, que continuou "morto" para a imprensa brasileira até começar a famosa abertura lenta e gradual do general Geisel. E quando voltou ao Brasil depois da anistia, vivíssimo, Brizola foi recebido por uma multidão que resistira aos anos de silêncio forçado e inútil sem esquecê-lo. Seguiram-se anos de triunfos e de mais algumas mortes entre aspas. Depois daquela eleição presidencial em que ele chegou atrás do Enéas, fiz uma charge para o "Jornal do Brasil" que era assim: uma multidão em torno da sepultura do Brizola recém-enterrado, e no meio da multidão, sorrindo, o próprio Brizola. Se sua vida e sua carreira ensinavam alguma coisa era que qualquer notícia da sua morte política seria prematura.

Sua última morte não foi em sentido figurado. Foi sem aspas, desta vez. Mas, sei não. Talvez seja prudente deixar uma cuia com mate quente perto da sepultura, por via das dúvidas.

## RELEVÂNCIAS E IRRELEVÂNCIAS 31/10/04

O que é irrelevante para um pode não ser para outro, e vá você convencer alguém alérgico a mosquito que uma picadinha não tem a menor importância. Nada mais subjetivo do que a importância relativa das coisas. Mas sempre desconfio quando alguma coisa ganha uma relevância que nada razoável justifica. Por exemplo: numa escala de importância para a nação e o destino dos seus cidadãos, não consigo pensar em algo menos relevante do que o gosto do Duda Mendonça por rinha de galo.

Talvez seja uma falha de avaliação minha. Talvez o fato mereça, sim, todo o espaço e o verbo gastos com ele e eu é que não esteja entendendo o seu significado maior. Mas como eu nunca entendi o significado maior do Duda Mendonça na vida nacional, fica difícil entender o significado maior dos seus galos. Ou você acredita no mito que foi o marquetchim que elegeu o Lula (os mitos sobre o poder da propaganda são criados pela própria propaganda, o que só prova o seu poder de vender mitos), e que dessa maneira o Duda flagrado na rinha de certa forma conspurca o governo na sua origem, pois é um pecado imperdoável contra as relações públicas, ou você só pode desconfiar de tanto barulho por tanta irrelevância.

Nossa história política também autoriza suspeitas sombrias. Temos uma longa tradição de irrelevantes transformadas em fato do dia e de moralismo cenográfico, para desestabilizar governos ou mascarar o realmente relevante. O significado que merece atenção no flagra do Duda é o da ação da Polícia Federal, que para ser coerente agora teria que interditar todos os terreiros de umbanda do país. Como o realmente relevante, e assustador, na questão das fotos que eram ou não eram do Herzog foi aquela primeira, inacreditável, nota do encarregado de comunicações do Exército, tentando reescrever a história.

O realmente relevante, e escandaloso para quem procura escândalos, no governo Lula é o fato de o primeiro ano do primeiro governo de origem popular no Brasil ter coincido com o ano em que os banqueiros lucraram como nunca no país. Mas esta é outra rinha de galos, e não tem muita graça.

- - -

A derrota eleitoral do Bush pai, mesmo depois de correr com o Saddam do Kuwait com a aprovação de quase 90 por cento da população americana, teria sido a prova definitiva da velha máxima de que as pessoas votam com o bolso. A economia ia mal e todo o fervor patriótico não impediu que o Bush I perdesse a eleição. A situação agora só não é parecida porque a guerra do Bush atual contra o Iraque continua, mesmo disfarçada, enquanto a do Bush anterior já tinha se tornado irrelevante, eleitoralmente. Hoje a economia americana também vai mal e todos se lembram que foi o democrata Clinton, que derrotou o Bush I, quem a endireitou. Mas a continuação da guerra é que será decisiva, e tanto pode ajudar o Bush filho quanto Kerry. Depende do que for mais forte, o fervor patriótico ou o desencanto com a matança. De qualquer jeito, desta vez a velha máxima utilitária parece que será subvertida por uma escolha moral.



## TRANSATLÂNTICOS 07/03/04

Se um dia você estiver numa gincana e a tarefa for encontrar alguém que fez três aniversários em alto-mar — não se procure. Eu fiz aniversário em alto-mar três vezes mas odeio gincanas. Fiz nove anos a bordo do José Menendez, um cargueiro argentino que nos trazia de Nova York ao Rio no fim da guerra. A Segunda Mundial, crianças. Não havia mais o risco de o navio ser torpedeado mas enjoiei tanto na primeira semana de viagem que um torpedozinho que nos pusesse a pique e acabasse com o martírio seria bem-vindo. Os outros dois aniversários também aconteceram entre Nova York e o Rio mas em navios de passageiros da velha Moore-McCormick, nada a ver com o decrépito José Menendez.

Por que estas reminiscências marítimas de outro século? É que a passagem do Queen Mary 2 pelo Rio no carnaval me lembrou a seqüência fantástica do "Amacord", do Fellini, em que toda a população da cidade sai de barco para ver a passagem do grande transatlântico iluminado e fica embasbacada por aquele vislumbre de luxo, potência e sonhos impossíveis em meio à cerração. Muito depois de o navio passar as pessoas continuam com o mesmo brilho nos olhos, boiando cada um na sua fantasia, até pouco a pouco começarem a voltar para a terra firme e a sua resignação provinciana. O Queen Mary 2 atracou no Rio e é provável que seus passageiros tenham se deslumbrado mais com o carnaval carioca do que os cariocas com o navio, mas não deixava de haver um tom reverencial nas citações das estatísticas sobre a sua imensidão — tipo "dizem que se todos os guarda-chuvinhas dos drinques servidos a bordo fossem colocados lado a lado na linha do Equador...".

Um transatlântico assim é sempre uma visão evocativa, e o que ele evoca acima de tudo é uma vida despreocupada, um doce se deixar levar. E um melancólico nos deixar para trás. Foi-se o Queen Mary 2 e ficamos nós nesta província de sonhos frustrados. Lembrei também que nas primeiras explicações para o fato de o modelo econômico herdado pelo novo governo não mudar se alegava que era impossível fazer cavalo de pau com transatlântico. Uma boa imagem: não se muda a impulsão e a direção que um grande barco manteve durante doze anos de uma hora para outra. Mas já se passou um ano com o novo comando e este nosso transatlântico não mudou um grau do seu rumo desastroso, o que dirá tentar uma manobra radical. Ninguém sabe que Brasil receberá o Queen Mary 2 quando ele voltar no próximo carnaval.

## BAIXAS 25/11/04

Abraham Lincoln elogiou o desempenho do general Ulysses S. Grant no comando das forças do Norte contra o Sul, na Guerra Civil americana, porque, entre outras virtudes, Grant estava disposto a "enfrentar a aritmética", ou o número de baixas necessárias para atingir os objetivos da guerra, que no caso foi uma carnificina. Num plano um pouco menos sangrento, disposição para "enfrentar a aritmética" é uma das qualidades exigidas para quem deve seguir a receita monetarista no comando econômico de um país com o país se deteriorando à sua volta.

A aritmética com que a ortodoxia precisa conviver no Brasil é a da miséria renitente, da crescente emergência social nas ruas, da guerra de morte pela terra — enfim, das nossas baixas na campanha por respeitabilidade fiscal, já que a única moral que parece interessar é a moral contábil. Ninguém é insensível ao custo social da opção pela austeridade, mas aceitar a sua inevitabilidade e aderir à ética peculiar do mercado financeiro, que exclui todas as outras. Como os objetivos do modelo, em tese, são claros, a retórica com que o defendem é convincente e não há alternativa viável, ainda mais depois que a própria esquerda brasileira ao chegar ao poder declarou que não era de esquerda, a aritmética é — como decidiu a maioria do PT na última reunião — tolerável. O bom da aritmética é que ela é feita com números. No caso de baixas, é só esquecer que a cada número corresponde uma vida e você também pode ser um general vitoriosos ou um economista neoclássico.

Foi tristemente adequado que se falasse e escrevesse tanto sobre a alternativa à receita monetarista nas elegias ao Celso Furtado, que mais do que ninguém representava o caminho não tomado pelo atual governo cooptado, e que teses descartadas viessem envoltas na melancolia resignada de últimos adeuses. Alternativas desprezadas só sobrevivem como nostalgia, oportunidades perdidas só voltam como lamento. O que Celso Furtado simbolizava já tinha sido enterrado antes dele, e contabilizado como apenas outra baixa da campanha.

## A ALEGRIA DOS BANQUEIROS 28/03/04

Se soubessem que o primeiro ano do governo Lula seria o melhor ano de suas vidas os banqueiros não teriam feito tudo o que fizeram para melar a sua eleição, lembra? Se soubessem que o primeiro ano do governo Lula acabaria com os banqueiros contentes, e ninguém mais, muita gente teria votado no Serra. Afinal, para ter outro presidente do PSDB, melhor um registrado e sem disfarce. Mas quem poderia adivinhar? Uma das graves carências brasileiras é a da previsão competente. Nenhum outro país do mundo tem tantos videntes, astrólogos, pressagiadores, quiromantes, cartomantes e analistas políticos. E não acertam uma morte de papa, um casamento da Xuxa, um impeachment, uma desilusão! Vivemos nos surpreendendo com o futuro que não estava nos astros, nos búzios, na lógica e muito menos em biografias ou promessas de campanha.

Mas a alegria dos banqueiros pode salvar o governo Lula nessa tentativa de venezuelização do país em aparente curso. Se é verdade que a economia é tudo e o resto é só decorrência ou barulho, então a satisfação de banqueiros nacionais e internacionais com a economia do jeito que está é a garantia de que Lula não vai virar Chávez. Eles não farão nenhum barulho, além dos naturais ruídos de plenitude e prazer. Não lhes interessa a venezuelização, pelo menos enquanto estiverem pagos e satisfeitos. E com banqueiros satisfeitos Lula pode enfrentar os escândalos e a crítica moralista, a reação ideológica, a imprensa conservadora, os desiludidos do seu próprio partido, a rebeldia dos aliados e os descontentes com tudo em geral. Ter banqueiros satisfeitos ao seu lado é um pouco como andar no pátio da escola com aquele amigo parrudo que desencoraja qualquer desafio. Ninguém derruba você. Só xingam de longe.

Mas se a venezuelização não interessa a quem interessa, interessa a quem? Numa entrevista ao Bob Fernandes da "Carta Capital" o ex-chefe do FBI no Brasil disse que os americanos têm a Polícia Federal brasileira no bolso. Já deve ter gente pensando na greve da PF como um lance de desestabilização manejada de fora, como a dos caminhoneiros no Chile de Allende. Mas se os banqueiros estão felizes, nem as mais delirantes teorias conspiratórias devem nos assustar. O que, no fim, só significa que a nossa dependência no humor deles já passou de total, como era antes. Agora é vital.

## INCONSTÂNCIAS 21/03/04

Embora às vezes se ache, a publicidade não é uma ciência exata. Com todas as suas pesquisas de mercado, estudos motivacionais e medições de expectativas e resultados, pode errar feio. Será interessante saber qual foi o efeito, na maioria do público, do comercial do Zeca Pagodinho voltando, arrependido, para a Brahma depois de nos mandar tomar Nova Schin. A Brahma ganhou ou perdeu com o lance? O Zeca cresceu ou acabou como pagodeiro-propaganda? E a Schin, sai da história como vítima, com uma vitória moral e o voto-simpatia, ou não? No fim o efeito talvez seja duplo e as pessoas passem a bater no balcão e pedir: "Esquece a Schin e manda lá a do poder econômico e do traíra."

De qualquer jeito, o comercial da contrição é bom e seu samba é ótimo. E serve de modelo para quem quiser, como o Zeca Pagodinho, explicar suas inconstâncias em público. A Luma de Oliveira, por exemplo:

"Quem nunca teve um amor de primeira  
de botar o nome em coleira  
não sabe por que estou assim.  
Ele não era só um cacife  
foi, mais que um marido, minha grife  
mas se cansou de mim.  
(Breque)  
Igualzinho à Nova Schin!  
Outro amor eu entendo  
mas melhor do que eu, só vendo  
foi ele que se enganou.  
Se não encontrou nesta aqui  
o que foi buscar por aí  
é porque não procurou,  
ah, não procurou.  
Hoje diz que é ciumento  
(vê se eu agüento)  
só porque eu sou gostosa.  
Não querer me ver desfilando  
e quase tudo mostrando  
- é sonegação criminosa!  
Mas nosso amor não foi fogo em palheiro  
que se apaga assim ligeiro.  
(Breque)  
Chamem um bombeiro!"

E o Lula poderia aparecer num comercial do governo cantando:

"Sim, eu fui da esquerda pura  
quando tinha a barba escura  
e era da oposição.

Hoje não aceito censura  
não mudar seria loucura  
na minha situação,  
meu irmão.

A minha barba ficou branca  
e quem manda mesmo é a banca  
portanto, atenção para a estrofe:  
não vou, como o Pagodinho,  
voltar para o outro caminho  
— continuo com o Palófi!"

## MAQUIAGEM 14/11/04

Uma herança bendita do governo passado foi o Ministério da Defesa, com o qual o Brasil entrou na lista dos países adultos em que força militar não é poder independente mas subordinada ao poder civil — pelo menos no papel. A novidade institucional não foi muito testada sob o Fernando Henrique. Passou para o novo governo como uma máquina moderna e admirada, uma flamante supercafeteira que ninguém sabia bem como funcionaria quando exigida. Seu primeiro teste real foi agora, no episódio das fotos que eram ou não eram do Herzog e da incrível nota do Exército sobre o fato. No choque do ministro da Defesa com seus subordinados apenas no papel, os subordinados apenas no papel mostraram de quem era a superioridade hierárquica de verdade, e como velhas mentalidades resistem a mudanças por decreto e boas intenções. A supercafeteira não só não funcionou como se desmanchou no teste.

Caiu o ministro, ficou o general que o desafiara. O general talvez caia também, mas na hora o governo preferiu salvar a sua cara, não a do seu superior apenas no papel, que ganhará uma embaixada em troca da humilhação.

Esqueça a cafeteira. Uma metáfora melhor é a da estrutura rachada que tentam reparar com maquiagem. Nem todas as demãos de massa e tinta e boas intenções do novo governo conseguem disfarçar os defeitos da estrutura herdada, que as repele. A maquiagem não pega, a intenção não esconde as rachaduras ou muda a estrutura. Tome-se o exemplo da ministra Marina Silva: sua simples escolha para o cargo valeu como uma declaração de princípios em questões ecológicas e ambientais, uma clara proclamação da intenção do governo na área. Equivaleu a uma leve aplicação de cal numa estrutura de interesses intocáveis que não tardaram a reaparecer, e prevalecer. A ministra tem sido repetidamente derrotada na definição da política do governo no setor e, na recente aprovação do projeto sobre biossegurança e transgênicos, tinha todo o direito de se sentir como o ministro da Defesa descobrindo que os generais ganharam. E não pode nem pleitear uma embaixada.

Nisso tudo, louvem-se as escolhas do governo na área econômica, onde não recorreu a tinta, estuque, rouge ou blush para maquiar sua opção pelo que já havia. Neste caso, o fato é igual à intenção.

E como se faz para mudar velhas mentalidades e estruturas e fazer valer a vontade de quem votou por outra coisa? Não tenho a menor idéia. Minha função aqui é só a de escolher metáforas.

## SENSO DE PROPORÇÃO 17/06/04

Na semana em que 40 senadores aprovaram a nomeação para o Tribunal de Contas da União de um homem que deve explicações em juízo das suas próprias contas, a notícia mais destacada do Senado da República foi o beijo que a Heloísa Helena deu no Suplicy. Alguém poderia alegar que, longe de ser uma falha na avaliação da importância relativa das duas coisas para a nação, a ênfase no beijo em vez de no absurdo da votação foi um exemplo de síntese jornalística: o beijo simbolizava o absurdo. Assim como o beijo da Heloísa Helena no Suplicy, não importa a que distância da boca, não significaria mais do que afeto, a votação dos 40 senadores não seria mais do que uma manifestação de carinho por um par, descartadas todas as outras considerações e rejeitadas todas as interpretações maliciosas. Ou então seriam duas amostras de falta de decoro parlamentar, só que uma era mais fotogênica do que a outra e merecia mais espaço.

Outros alegariam que a imprensa brasileira simplesmente perdeu todo o senso de proporção, uma hipótese menos generosa mas não menos irrealista. Nunca a grande imprensa brasileira teve tanta noção da proporção que convém manter entre os fatos. Exemplo: na mesma semana em que a nação se horrorizava com novas notícias de um dos mais cruéis e recorrentes efeitos da privação em que vive o país, a desumanidade do seu sistema carcerário, a mesma imprensa que denunciava o horror parecia ter se reunido e combinado exaltar como o grande, senão o único, sucesso do governo Lula, o ministro Palocci — que, com todas as suas boas intenções e qualidades pessoais, representa a continuação da política econômica responsável pela privação. O grande desafio para os grandes interessados na continuação da política do governo anterior é impedir que se faça a simples, singela, óbvia, inescapável ligação entre causa e efeito. É preciso, de todas as maneiras, evitar a conclusão de que os compromissos embutidos no modelo mantido são o que impede o investimento social que diminuiria o horror. Ou seja, a perigosa, impensável conclusão de que dois mais dois são quatro.

## FOGOS DE ARTIFÍCIO 26/02/04

O amor, segundo a letra da velha valsa, é um holocausto de palpitações. O Brasil está vivendo um holocausto de hipocrisias.

Uma hipocrisia explode de dentro da outra, como nos fogos de artifício. Difícil saber qual a maior, ou a mais barulhenta.

A cena patética de quem viria a ser um dos homens mais importantes da República — afinal, o braço direito do braço direito do governo — oferecendo uma lei da jogatina para um empresário do jogo redigir como lhe conviesse, em troca de dinheiro para campanhas eleitorais e um porcentinho para ele, detonou a conflagração em cascata. De dentro da hipocrisia dos que passaram oito anos impedindo qualquer investigação de suspeita de escândalo no governo anterior saltou a hipocrisia do PT, que passou oito anos cobrando CPIs e agora não quer. Para outro lado saltou a hipocrisia dos que se declaram chocados — chocados! — com a cena do molha-mão explícito, como se ela não fosse uma representação barata de uma rotina, o dinheiro comprando favores da política, antiga como o dinheiro e a política. Cachoeira e Valdomiro só faziam a versão crua do que em outras esferas é feito com mais fineza e disfarces.

Como pano de fundo disto tudo, como o céu profundo atrás dos fogos, está a hipocrisia institucionalizada de um país em que o jogo é proibido e é onde mais se joga, e das maneiras mais variadas, em todo o mundo. E a da falta de uma legislação sobre financiamento de campanhas. Que pode vir, por ironia, junto com uma lei para regular os bingos.

E por trás destas está a hipocrisia maior de todas essas palpitações morais sendo usadas para desestabilizar um governo que já tinha renunciado a tudo que o tornava impalatável para os donos do poder real — da pretensão a outra política econômica até a sua autodefinição como "esquerda" — e ainda assim precisa pagar pelo acinte de ter sido eleito. Já tinham exigido a história e a coerência do PT para ele poder fingir que governa. Por que poupar a ética?

Ninguém ainda se preocupou muito em saber de onde vieram as tristes fitas do Valdomiro, e por que apareceram agora. Mas esta hipocrisia, em comparação com as megahipocrisias de artifício, soa como um tiro de espoleta.



## ESPERANDO A NEVE 25/07/04

Gosto muito desta história. O Egito estava sendo atacado por Israel e não sabia como se defender. Pediu conselhos à Rússia. O que fazer? Ninguém melhor do que os russos para ensinar como resistir a uma invasão e derrotar um exército mais forte do que o seu. Afinal, eles não tinham detido o grande exército de Napoleão? Não tinham parado o grande exército de Hitler? Os russos sabiam o que fazer. Ou o que aconselhar.

Mas tinham que aconselhar logo. A força israelense aproximava-se do Cairo.

— Deixa eles virem — foi o conselho dos russos.

Os egípcios deixaram eles virem. Os israelenses continuaram avançando. Os egípcios preocupados. Até quando deveriam esperar para agir? Calma, disseram os russos.

— Deixa eles virem.

Os israelenses continuaram avançando. Os egípcios nervosos.

Não seria melhor... Não, disseram os russos.

— Deixa eles virem.

Os egípcios, finalmente, se desesperaram. Estava certo, os russos tinham detido Napoleão, tinham parado Hitler, mas a única tática que recomendavam era deixar os invasores avançarem?

— Exato — respondeu o estrategista russo, de Moscou. — Quando vier a neve, eles ficarão imobilizados.

Sempre me lembro desta história quando ouço as razões para se seguir os conselhos de economistas liberais do FMI — enfim, dos nossos estrategistas russos — sobre os apertos que temos de sofrer agora para merecer a redenção que virá com o tempo, como a neve.

Se a história de todos estes anos de economia de mercado e obediência ao conselho liberal na América Latina ensina alguma coisa é que a neve não vem nunca. Antes aumentou o deserto, agravou-se justamente a realidade que os conselheiros ignoram, a emergência social que transforma qualquer pedido de paciência e qualquer ortodoxia econômica, mesmo as mais bem intencionadas, numa forma de escárnio.

Brasileiro gosta de uma contradiçãozinha semântica. Na terra de corruptos impunes e de maracutaias diárias, qual é o adjetivo nacional mais elogioso?

Legal! Deve ser por isso que por aqui conseguiram transformar responsabilidade fiscal em antônimo de responsabilidade social. É o que dá confiar em estrategistas russos.

## NO CARTÓRIO (DO BAÚ) 22/01/04

- É aqui que registra filho?
- É, sim, senhora.
- Então registra o nosso aí. Nome de Doropôndio.
- Como é?!
- Doropôndio. De ó "do", erre ó "ro", pe ó chapeuzinho ene "pôn", de i ó "dio".
- Do...ro...pôn...dio... Muito bem. Data de nascimento?
- Dezembro.
- Que dia?
- Não sei ainda.
- A senhora não sabe que dia o seu filho nasceu?
- Nasceu ainda não. Ainda vamo encomendá, não é, Francelino?
- Francelino, entusiasmado:
- E é hoje!
- Só estamos registrando o nome que é pra ninguém pegá. Doropôndio é nosso.

Mesmo cartório, mesmo Brasil:

- Viemos registrar o nascimento desta criança.
- Sim, senhor. Que nome vão dar?
- Severino Júnior. Ele é a cara do pai.
- É mesmo, seu Severino. Parabéns.
- Eu não sou o pai.
- O senhor é o padrinho?
- Menos que isso.
- É tio?
- Menos que isso.
- É parente?
- Menos que isso. Sou só o marido da mãe.
- Mas então...
- Conhece o Severino?
- Não, acho que...
- Homem bonito, tipo sedutor, sapato duas cores, casaco apertado... Ninguém resiste. Esta aqui não resistiu. Olha só o bichinho. É a cara do Severino. Se tivesse bigode, era o retrato... Olha aí, o safado pegou o meu dedo. Não pode ver nada meu que agarra, não é, Severino?

Outro cartório. Mesmo Brasil.

- É pra registrá nome de criança...
- Sim, senhora, é aqui mesmo.
- Nosso primeiro...
- Como é o nome?
- Novesfora.
- "Novesfora"?
- Foram dez tentativas e a décima é que pegou.

- Desculpe, minha senhora, mas, pela lei, não é mais permitido botar nomes diferentes nos filhos.
- Não é não? Mas essa lei é nova...
- Nem tanto. É de quando botaram o nome de uma criança de Apolo Treze, no Ceará.
- Apolo Treze, um nome tão bonito... Se essa lei já existisse, eu não me chamaria Medicina, em homenagem ao presidente.
- Ao presidente?
- Medici. Nem as minhas irmãs se chamariam Juscelina, Jânia, Janga, Humberta, Costa e Sílvia.
- "Costa" e "Sílvia"?
- As gêmeas.
- Bom, mas "Novesfora" não pode não. Tem que ser outro.
- O que você acha, Vadico?
- Por que não faz como a sua mãe? Põe o nome de quem manda no Brasil.
- Sei não. Se a moça não deixa botar "Novesfora", vai deixar "Efemi"?

## O ETERNO RETORNO 11/07/04

Diziam que quem ficasse sentado na frente do café "Deux Magots" em Paris por um tempo indeterminado veria passar todo o mundo à sua frente. Um exagero, claro, parecido com aquele dos mil macacos ao teclado de mil computadores, que no fim de um milhão de anos (estamos falando de macacos longevos) teriam reescrito toda a obra de Shakespeare — e ido comemorar no "Deux Magots", presumivelmente. Mas quem escolher um ponto imóvel da política brasileira e esperar, cedo ou tarde verá acontecer de tudo à sua volta. Principalmente o Maluf passar várias vezes.

Se há muitos anos alguém lhe dissesse que Fernando Henrique Cardoso seria o presidente do Brasil, você teria todo o direito de se entusiasmar, ou dizer "Quem nos dera". Seria um sinal de maturidade política: uma esquerda com boa cara e sensata, uma opção social-democrata com respeitabilidade acadêmica, finalmente a geração da resistência à ditadura no poder com o que tinha de melhor. Quem poderia imaginar que seu governo seria do PFL?

Se há poucos anos alguém lhe dissesse que o Lula seria o presidente do Brasil, você teria todo o direito de se entusiasmar, ou dizer "Só acredito vendo". Seria um sinal de que acabava o preconceito político, que um homem do povo com um claro ideário de esquerda, da geração da resistência à ditadura militar e à social-democracia comprometida, chegava ao poder com o que tinha de mais representativo. Como poderia imaginar que o seu governo seria do PSDB?

Está certo, a reincidência do Maluf é um atestado da inconseqüência reinante no Brasil, onde nada tem história e ninguém tem biografia, ou pelo menos biografia relevante. Maluf é o símbolo dessa constante reabsolvição, dessa licença sempre renovada para a regeneração que salva nossa elite política do seu passado e dos seus prontuários e nossos contestadores das suas incoerências. Mas confesso que vejo com alguma esperança esse eterno retorno do Maluf, que se for bem na eleição de São Paulo pode muito bem ser imaginado para a Presidência do Brasil. E quem nos assegura que, se o Fernando Henrique era o PFL insuspeitado e o Lula o PMDB inconcebível, Maluf não será, no poder, a esquerda disfarçada que a gente tanto esperava? Pela nossa lógica, parece lógico.

## ESTRUMUFAR 01/02/04

Contam que lançaram no mercado uma estrumufadeira. Uma intensa campanha publicitária convenceu muita gente que deveria ter a novidade em casa, e na entrega de cada estrumufadeira ia um técnico junto para explicar seu funcionamento. Era fácil. Colocava-se a estrumufadeira - uma caixa de tamanho médio — em qualquer lugar da casa, no chão ou em cima de um móvel, ligava-se a estrumufadeira numa tomada, apertava-se um botão e pronto, a estrumufadeira começava a estrumufar. O técnico fazia "Ó", com a mão atrás da orelha, para todos ouvirem o ruído que vinha de dentro da caixa. O que era aquilo? Era a estrumufadeira estrumufando. Era o som do estrumufe. E o que era, exatamente, estrumufar? Bem, dizia o técnico, isso só se saberia arrombando a caixa para ver o que acontecia lá dentro, o que os fabricantes não recomendavam, sob pena de a estrumufadeira parar de estrumufar. Além de, automaticamente, invalidar a garantia.

Alianças políticas como a que o PT está fazendo para ter uma maioria segura no Congresso e aprovar o que quiser podem levar a um paradoxo delicado, parecido com o da estrumufadeira. Presume-se que alguns projetos que o governo, se ainda não se peessedebelizou por completo, queira ver aprovados pela sua maioria no Congresso sejam minimamente "de esquerda" (por exemplo, algo inédito em matéria de tributação para finalmente começar a desconcentrar riqueza no Brasil, ou não foi pra isso que se votou no PT?). Mas a condição para alianças heterogêneas funcionarem é jamais serem desafiadas as ortodoxias que as unem, e alguém imagina o novo centrão aprovando mudanças radicais na taxaço de grandes fortunas e etc.? Alianças de desiguais só sobrevivem da renúncia mútua e o PT tem mais a renunciar do que o PMDB e os outros. Alianças como estas só são viáveis se não adiantarem. A estrumufadeira só existe para estrumufar. Qualquer outra exigência, como a de fazer pipoca ou fazer sentido, a destruiria. E quando a arrombam para descobrir que diabo, afinal, é estrumufar, ela pára de estrumufar e ninguém fica sabendo.

Contam que tem muita gente satisfeita com sua estrumufadeira em casa. Gostam de ter aquela coisa ao seu lado, apenas fazendo o que dizem que ela faz, seja isso o que for. E nada mais. Enfim, algo em que acreditar.

## PIADAS INFELIZES 22/08/04

Fernando Henrique fez uma piada no começo do seu governo (aquela do "esqueçam tudo que eu escrevi") que o perseguiu durante oito anos. Era apenas uma piada simpaticamente autodepreciativa, pelo menos para quem estivesse disposto a entendê-la assim. Queria dizer que nenhum membro da classe teórica passa à prática sem sacrificar algumas certezas acadêmicas e que com ele não seria diferente. Mas quem já não tinha muita boa vontade com o sociólogo de esquerda virado político neoliberal tomou a frase como uma confissão pública de cinismo. Fernando Henrique continuou fazendo frases, boas e ruins, durante todo o seu mandato, o que significa que não aprendeu o que deveria ser a primeira regra para orações presidenciais: não improvisar. Se tiver que improvisar, não fazer piadas. Se quiser fazer piadas, treinar o improviso com bastante antecedência. Nunca é demais enfatizar a importância, para uma presidência estável e para a tranquilidade geral da nação, da espontaneidade bem ensaiada.

Seria impossível aplicar a regra no caso do Lula, que gosta de improvisar e que em dois anos já superou a marca total do Fernando Henrique na modalidade piada infeliz sem barreiras. A esta altura — até porque ele não pára — já deveria existir uma certa resignação entediada na imprensa com as piadas sem preparação prévia, revisão, teste de público, redação final e aprovação pela sua assessoria de comunicação, do Lula. Todo o mundo conhece o seu jeito e sabe que ele nunca vai se enquadrar em qualquer padrão de cautela verbal. Mas repete-se a mesma reação a cada nova frase impensada e "a última do Lula" já se tornou quase uma seção fixa dos jornais. Isso quando não se sugere que a espontaneidade não é assim tão sem ensaio, que a frase foi pensada e é uma mensagem sombria: o Lula sonharia, mesmo, em ficar no poder tanto quanto um ditador africano, acha mesmo jornalista covarde, etc. O Fernando Henrique aos seus improvisos porque nunca se identificou neles mais do que um deslize, lamentável ou apenas incongruente, tratando-se de um homem "preparado". No caso de Lula parece haver a preocupação de enfatizar seu despreparo, na espreita da piada tão infeliz, tão infeliz que acabe numa crise política ou institucional.

Agora, que ele poderia pensar duas vezes, ou três ou quatro, antes de fazer a piada, poderia.

## ETA NÓIS 15/01/04

É um pouco a história daquele autor de vanguarda, agressivo e contestador, que quando vê sua obra ser não apenas entendida como elogiada pela crítica e transformada em sucesso comercial pelo público, se mata. O sucesso é um sinal do seu fracasso. Muitos do PT devem estar vendo toda essa euforia com o Brasil no mundo do dinheiro endógeno — o que só se acasala e procria com sua própria espécie e não produz para mais ninguém — e se perguntando: onde foi que erramos? É o sucesso errado, com o público errado. Com o público que a esta altura deveria estar nos vaiando e nos chamando de moleques, não comprando nossos títulos internacionais pelo preço de capa e nos amando.

Outros do PT, ou do governo, que fica cada vez mais heterogêneo (eufemismo educado) estão se sentindo desagradados. Não diziam que íamos agir como irresponsáveis? Pois aí está, semo gente séria e confiável e o mercado gosta de nós mais do que gostava dos outros. Mas no fim a euforia do mercado não é confiança na economia brasileira e na seriedade do governo ou simpatia gratuita, é alívio porque o cassino não fechou. O cassino não virou creche nem igreja evangélica. Continua funcionando e pagando os prêmios mais altos do mundo com o mesmo risco mínimo. Só com nova direção.

Algum do dinheiro apostado sobrar para o investimento que interessa — qualquer cassino acaba beneficiando o comércio em sua volta — e está certo, não dava para desmontar as mesas e mudar de ramo de um dia para o outro. Mas dizem que, levado pelo clima de eta nós passado pela grande imprensa com o dinheiro especulativo que entra e o entusiasmo nas bolsas, como se qualquer uma dessas coisas fosse ter efeito direto na sua vida e na sua miséria, já tem brasileiro pensando em chamar filho recém-nascido de C-Bond. O que não demonstra uma avaliação muito realista da situação.

Li que há pressão para darem autonomia ao Banco Central logo. Depois que o atual governo confirmou que o pensamento econômico neoliberal era único porque não existia alternativa mesmo, desvincular política monetária de qualquer outra realidade parece ser um passo lógico. Enfim, um pouco de coerência.

## REVERSÃO 04/04/04

Não se está dando a devida importância ao inédito furacão que atingiu a costa sul do país no fim de semana passado. Pode ter sido um sinal. Como é um fenômeno natural do Hemisfério Norte nunca visto por aqui, se não foi uma aberração, foi um anúncio. Algo pode ter mudado na inclinação do eixo da Terra ou no alinhamento magnético dos sei lá o quê, com o resultado de que começaram a acontecer coisas no Brasil que nunca tinham acontecido. Coisas estranhas e antinaturais como furacões do Caribe em Santa Catarina.

A mudança já teria se manifestado em estranhezas menores, que nós apenas não tínhamos notado. Foi preciso um cataclismo climático, ventos de 150 quilômetros por hora, para nos darmos conta da reversão. Ninguém me convence que o Zeca Pagodinho trocar a Brahma pela Nova Schin e depois voltar para a Brahma daquele jeito foi um procedimento normal, motivado apenas por dinheiro ou capricho. Forças muito mais poderosas do que o seu caráter, até agora inexplicadas, estariam em ação. E o PT no governo? Falam que o Lula mudou, que era um na campanha e é outro na Presidência, que o PT virou PSDB e corre atrás do FMI para pagar mais do que o FMI pede etc., e ninguém desconfia que a simples inconstância humana não pode ser a responsável por isto? Que explicar o comportamento do PT no governo pelo acaso ou a falta de convicção é o mesmo que acreditar que o furacão deu em Santa Catarina porque perdeu o caminho?

E o estranho silêncio do ACM? E o misterioso declínio do Guga? E você acredita, sinceramente, que alguém do tamanho da Daiane consegue pular daquela altura e ainda dar dezessete cambalhotas no ar só com a força das próprias pernas, sem ajuda de uma reconjunção magnética ou coisa parecida? E a conduta desconcertante da Luma de Oliveira? Saberemos se tudo é coincidência ou se houve mesmo um deslocamento do eixo terrestre e um realinhamento dos meridianos se começar a nevar em Belém do Pará. Você eu não sei mas eu não vou ficar para saber. Vou fugir deste hemisfério, pelo menos temporariamente, até que tudo se esclareça e o país volte à normalidade, ou à sua anormalidade costumeira, que aprendemos a amar. Estou saindo de férias. Volto em maio, se vocês ainda estiverem aqui.



## 40 ANOS 01/04/04

Estávamos recém-casados. Eu tentava começar um negócio que só confirmaria a incompetência da família para negócios. Dependia de ajuda de casa para pagar o aluguel do nosso primeiro apartamento, em Copacabana. Um quarto-e-sala na Figueiredo Magalhães com janelas para a Siqueira Campos, onde passavam bondes. Até hoje nossa primeira filha, que nasceu quando ainda morávamos lá, é a que tem o sono mais tranqüilo: se acostumou a dormir com o barulho dos bondes da Siqueira Campos.

Cito os bondes para não citar outros marcos da distância que nos separa daquele primeiro de abril de 1964. O fato incrível de que tínhamos todos 40 anos menos, por exemplo. A TV era em preto-e-branco e a política da época, de certo modo, também. Havia a esquerda e havia a direita e as duas se demonizavam mutuamente. A Terra estava dividida entre o Mundo Livre e o mundo comunista num permanente limiar de guerra, e a nitidez da distinção determinava o que nos acontecia aqui no quintal. Não foi um tempo de muitas nuances. Para a América Latina não ser dos demônios da esquerda mobilizaram-se os demônios da direita e começou a era dos generais. Estas partes do Mundo Livre ficaram com a liberdade em moratória. No Brasil, a moratória duraria 20 anos.

Minha atividade política naqueles dias era nenhuma. Me limitava a vibrar com os artigos do Cony no "Correio da Manhã" e a xingar as notícias da consolidação do golpe na TV em preto-e-branco, que mostrava, entre outras celebrações, a coleta de ouro da população para ajudar os militares a salvarem o Brasil. Não se soube onde foi parar este ouro. Nossa maior preocupação era com a minha tia Lucinda, que trabalhava para o governo do Rio, nunca escondera suas opiniões políticas e estava sendo perseguida. Se fosse preciso, a contrabandearíamos para Porto Alegre. Não foi preciso. Eu é que, dois anos e pouco depois — uma filha nascida, a vida apertando e nenhuma perspectiva no Rio - decidi fazer a coisa sensata. Voltei pra casa do pai.

Quarenta anos depois, é tão difícil recapturar o clima daquela época como seria, hoje, pegar um bonde na Siqueira Campos. Esquerda e direita se dissolveram em nuances, as divisões do mundo são outras, tudo mudou. Ou será que mudou? Mais espantoso do que constatar a distância que nos separa daquele primeiro de abril seria a constatação de que tudo mudou menos o essencial, que um outro Brasil ainda luta para sair de dentro do velho como no processo interrompido em 64. O que seria certamente o parto mais longo da História.

## DETRITOS 11/11/04

A Guerra dos Boers (fim do século dezenove, começo do século vinte, ingleses contra colonos holandeses na África do Sul) foi importante para as biografias do então correspondente de guerra Winston Churchill, que fugiu espetacularmente de uma cadeia boer, escreveu a respeito e tornou-se uma personalidade mundial, e de Baden-Powell, o oficial inglês que depois inventaria o movimento internacional dos escoteiros e é creditado pela popularização das bermudas. Também teve importância para a história militar porque foi quando os ingleses começaram a identificação sistemática dos seus soldados mortos, antes um privilégio só dos oficiais. Até a Guerra dos Boers todos os caídos no campo de batalha abaixo de uma certa graduação eram, para efeitos burocráticos, soldados desconhecidos. Faziam parte dos detritos da guerra. Em muitos casos, detritos recicláveis. Na Europa existiam legiões de catadores que competiam com os urubus das batalhas, recolhendo os cadáveres abandonados de soldados para usá-los como fertilizante.

O começo do reconhecimento oficial do combatente morto não-graduado e da responsabilidade da corporação pelos seus restos coincidiu com o começo do século vinte, quando uma nova categoria de baixas entraria na história militar, a dos civis. Na Primeira Guerra Mundial ainda foram relativamente poucos os efeitos colaterais entre civis da estupidez militar, apesar de já existirem o bombardeio aéreo e o canhão arrasa-quarteirão. A Segunda Guerra Mundial acabou para sempre com a idéia de espectador inocente e consagrou o efeito colateral como tática de intimidação do inimigo. Nas guerras de hoje as baixas civis são sempre maiores do que as baixas militares, com a diferença que a baixa civil não é da responsabilidade oficial de ninguém.

O sucesso do terrorista se mede pelo número de suas vítimas inocentes, uma ação de represália ao terror com muitas vítimas inocentes é uma ação defeituosa. Numa o civil é o alvo e na outra o civil é um estorvo. Mas a distinção se perde nesse crepúsculo moral em que 100 mil civis mortos no Iraque não figuram nem como curiosidade no debate político do país responsável por isto, em que 100 mil civis mortos por um equívoco são tratados com desgosto resignado, nem como qualquer outro detrito.

## LEI DE FERRO 15/02/04

Uma frase que certamente não ouviremos mais — junto com "Madame, sua liteira chegou" e "Quem é o center-forward do scratch?" — é "Trabalhadores do mundo, uni-vos". Os trabalhadores do mundo sofrem com a grande perversidade da globalização, que abriu as fronteiras nacionais para empregadores atrás de mão-de-obra barata e desregularizada mas não para eles. Trabalhadores do mundo rico são prisioneiros das suas vantagens, ganhando tanto que não podem competir com os trabalhadores do mundo pobre, que não podem ser solidários com as suas reivindicações de tarifas altas para proteger seus empregos pois perderiam os seus. Nenhuma solidariedade é possível num mundo em que o capital vai atrás do lucro onde quer e o único internacionalismo permitido ao trabalho é esse tráfego tétrico de empregos exportados cruzando com desemprego importado.

Economistas neoclássicos dizem que o exercício continuado do livre-comércio dará razão ao clássico David Ricardo, que no século XVIII teorizou que estados nacionais explorando suas respectivas vantagens em recursos naturais, capacidade industrial e mão-de-obra acabariam se complementando e todos ganhariam com isto, inclusive os trabalhadores, no melhor de todos os modelos econômicos possíveis. Mas num recente artigo para o "Herald Tribune", William Pfaff lembrou que o Ricardão tinha outra teoria, que chamava de "a lei férrea dos salários". Para Ricardo, mesmo no melhor dos mundos teóricos, os salários tenderiam a se estabilizar ao nível da subexistência mínima, já que o trabalho é um recurso universalmente disponível e infinitamente substituível.

A organização do trabalho a partir do século XIX e o crescimento dos sindicatos pareciam desmentir o fatalismo de Ricardo, pois os trabalhadores aos poucos deixaram de ser o lado indefeso do modelo ideal. A legislação social, em maior ou menor grau, nos países industrializados — ou em países como o Brasil, em que a legislação precedeu a industrialização — inviabilizava a teoria de Ricardo, pelo menos em teoria, e retirava as condições para a confirmação da sua lei férrea. Segundo Pfaff, a globalização está restaurando estas condições. O trabalho organizado perde a sua força até em países como a França e a Alemanha, onde sindicatos e movimentos sociais sempre tiveram grande participação política, e a receita para "responsabilidade" econômica aqui no quintal passa pela flexibilização de leis trabalhistas e outros eufemismos para roubar do trabalho o seu poder de barganha. Trabalhadores do mundo inteiro, hoje incapazes de se unirem, só têm a perder uns duzentos anos de luta, mais ou menos. Para Pfaff, o pensamento de David Ricardo estava tristemente certo. Só foi um pouco prematuro.

## TEM SEMPRE A FLÓRIDA 03/02/04

Washington e Londres entraram juntos na aventura iraquiana. Pode-se dizer, portanto, que há alguma justiça — embora, desculpem os amantes de frases feitas, nada poética — no fato de que tanto Bush quanto Blair estão no momento suando frio ante o acúmulo de provas de que se lançaram numa guerra talvez santa, mas falsamente urgente ou mesmo necessária.

O primeiro-ministro Tony Blair teve frágil e provisória vitória com o resultado do inquérito judicial sobre a BBC. A organização, pública mas não controlada pelo Estado, foi condenada por erros em suas denúncias de que o governo trabalhista manipulava as provas de que Saddam tinha armas de destruição em massa. Note-se que os erros, embora tenham custado alguns empregos importantes, não invalidaram as denúncias.

Portanto, tanto quanto Blair, a BBC sai do episódio chamuscada. No seu caso, uma pena: ela tem sido prova viva e eficiente de que democracias podem ter uma organização jornalística pública — leia-se oficial sem controle oficial — que não seja órgão de propaganda do governo.

Nos Estados Unidos, a Casa Branca parou de insistir na existência de provas da existência de armas de destruição em massa e recuou para a posição dois: invadiu o Iraque por ter sido mal informada pelos seus próprios serviços de segurança. Bush vai exigir uma investigação bipartidária e independente dos seus próprios serviços de informação — trabalho marcado para durar mais de um ano: dificilmente será fator decisivo nas eleições presidenciais de novembro. Muito esperto.

Mas talvez nem tanto: toda manipulação política bem-feita tem de ser invisível, e esta tem sido discutida em detalhes na imprensa americana e também na TV. Pior, nos programas de humor da TV.

(Pausa para uma concessão: não há registro histórico de governos — mesmo os mais democráticos — jogando inteiramente limpo em anos eleitorais. Note-se que, no parlamentarismo inglês, para todos os efeitos práticos todos os anos podem ser eleitorais, já que a mudança de governante pode acontecer a qualquer momento.)

Resumindo o imbróglio: a comédia de erros e falsidades representada pela guerra no Iraque botou o governo Blair na corda bamba e, de hoje até as eleições do fim do ano, ainda pode derrubar o governo Bush da mencionada corda.

Mas, por enquanto, o ameaçado George W. ainda leva jeito de ser o provável sucessor de si mesmo. A Flórida está aí para isso mesmo, com suas urnas de destruição em massa.

## MÁ GUERRA 13/05/04

No fim, o filme definitivo sobre esta era talvez seja aquele do Ridley Scott, "Black Hawk down", sobre o resgate dos tripulantes de um helicóptero americano abatido no centro da capital da Somália, onde os Estados Unidos tinham ido liquidar com um regime tirano e também acabaram atolados. É um filme sobre a coragem, a lealdade entre camaradas e o caráter dos soldados americanos — e que em nenhum momento deixa claro onde eles estão, e por quê. Para quem não sabe da intervenção americana na Somália a história poderia se passar em qualquer lugar, real ou fictício. Poderia ser um videogame com inimigos indefinidos que só aparecem para serem pulverizados, num mundo eletrônico à prova de realidade. O filme é sobre os Estados Unidos, o local da ação não interessa. Muito menos a sua origem e as suas conseqüências. Como em todos os bons filmes de guerra, detalhes políticos e ambigüidades morais só atrapalhariam: boa guerra é aquela em que os homens provam seu valor, vencem ou são derrotados com honra e, se o diretor for um Ridley Scott, com bons efeitos fotográficos, e as únicas referências que contam são as virtudes guerreiras. E afinal, quem ainda se lembra onde fica a Somália?

A guerra do Iraque é sobre os Estados Unidos como o filme "Black Hawk down" era sobre americanos, feito para a paróquia americana, desprezados o resto do mundo e detalhes como a realidade e vidas alheias. É sobre o baque emocional do 11/9 e o que fazer para exorcizá-lo, é sobre a ascensão ao poder com Bush de uma direita neoconservadora cujos planos publicados de intervenção na região antecederiam o 11/9, é — para não esquecer a mesquinharia — sobre oportunidades de negócios para os amigos de Bush e Cheney e sobre a angústia do Bush filho em ser mais macho do que o Bush pai. Agora, com a imprensa crítica, a oposição em campanha eleitoral para derrubar Bush e as revelações sobre tortura dos presos iraquianos, feitas por americanos, é sobre as contradições internas de uma grande democracia onde só se permite que a realidade seja desprezada até certo ponto.

Os autores das fotos e dos vídeos da humilhação dos prisioneiros iraquianos poderiam dizer que queriam apenas ter o que mostrar em casa, e dar boas risadas, quando ninguém mais se lembrasse onde ficava o Iraque. A aprovação da paróquia os inocentaria. A própria contrição americana é dirigida à paróquia: o tratamento dos prisioneiros é condenado porque é un-american, contrário aos valores americanos. Os valores do resto do mundo civilizado, aparentemente, não são parâmetros reconhecidos.

Se a guerra do Iraque fosse um bom filme de guerra, acabaria com o Bush descendo do seu caça naquele porta-aviões, declarando a vitória, sobe música e fim. Infelizmente, é um mau filme de guerra. E os efeitos fotográficos são péssimos.

## RELATIVISMO MORAL 16/09/04

Paris — A charge da capa do "Le Monde", dias atrás, mostrava Bush sentado nas ruínas do Iraque, rodeado de cadáveres de crianças, dizendo para um Putin sentado nas ruínas da escola de Beslan, rodeado de cadáveres de crianças: "Eu faria o mesmo que você." E o Putin respondendo: "Você fez o mesmo que eu." Injusto, até descontando-se a licença tácita dada a chargistas para exagerar. É difícil imaginar outra ação militar parecida, em inépcia e insensibilidade, com as das tropas russas em Beslan. Mas o alvo da charge era o relativismo moral que invocam o tamanho do horror em Beslan para justificar o contra-horror no mesmo nível, ou absolver os radicais do outro lado. Enfileire-se todas as crianças mortas no Iraque desde que as primeiras bombas americanas levaram choque e assombro aos habitantes de Bagdá e o resultado será tão pungente quanto o das fotos de Beslan, mitigado apenas pelo fato de que no Iraque ninguém está contando os civis mortos. Justificar uma só criança morta por qualquer causa ou objetivo é adotar o relativismo moral do Monsieur Le Pen — já que estamos falando de opiniões francesas — que chamou o massacre dos judeus pelos nazistas de apenas um detalhe da Segunda Guerra Mundial. As crianças mortas em Beslan seriam detalhes da luta pela independência dos chechenos. As crianças mortas no Iraque seriam detalhes da luta para instalar a democracia no Oriente Médio — ou assegurar o suprimento de petróleo e bons contratos para os Estados Unidos, dependendo do relativismo moral da sua preferência. "O fim justifica os meios" continua sendo um lema universalmente aceito, apesar de velho e batido, mesmo que às vezes os meios envolvam cenas desagradáveis, como as de crianças sem braço ou mães desesperadas. Só não se diga que há uma diferença moral entre a criança despedaçada pelo homem-bomba e a criança despedaçada pela represália.

A escalada de horrores, que chegou a uma espécie de apoteose tétrica em Beslan, estaria levando muitos muçulmanos a reverem sua omissão diante do terror, visto até aqui como lamentável, mas o efeito de uma situação mais lamentável ainda. Banalizou-se a identificação do islã com desumanidade e atraso e estaria se organizando uma reação ao estereótipo, não ao nível dos príncipes e dos magnatas mas ao de intelectuais, políticos moderados e mesmo religiosos, para não dar razão aos que, do outro lado, não querem outra coisa senão uma guerra de civilizações. Fala-se muito nesta reação aqui na França, uma das frentes históricas do confronto — e portanto potencialmente do entendimento — entre as culturas ocidental e muçulmana. A base de um consenso possível, contra toda forma de relativismo moral, deve ser a que o inimigo comum é a estupidez humana, da qual ninguém tem monopólio.